

MANUEL JOSÉ ALVES DA ROCHA

**DESIGUALDADES E ASSIMETRIAS REGIONAIS EM ANGOLA –
OS FACTORES DE COMPETITIVIDADE TERRITORIAL**

Prefácio de Fernando Pacheco

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA
CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA**

DESIGUALDADES E ASSIMETRIAS REGIONAIS EM ANGOLA – OS FACTORES DE COMPETITIVIDADE TERRITORIAL

(o investigador **Milton Reis** – mestre em macroeconomia – deu apoio a este trabalho de pesquisa na parte da regionalização das despesas orçamentais correntes e de investimento)

Luanda, Agosto de 2010

OBRAS DO AUTOR

- 1.- Potencialidades da Bacia Leiteira do Bié (em colaboração), Serviços de Planeamento e Integração Económica de Angola, 1970 (esgotado).
- 2.- Algumas Considerações Teóricas sobre Desenvolvimento Regional (policopiado), Serviços de Planeamento e Integração Económica, 1972 (esgotado).
- 3.- Potencialidades e Perfis Industriais da Região Centro de Portugal, co-autor, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984 (esgotado).
- 4.- As Mudanças Estruturais para o Desenvolvimento, publicado sob o título genérico “Política Económica de Transição em Angola”, PREGE/Ministério do Planeamento, 1996 (esgotado).
- 5.- Questões Actuais e Fundamentais da Economia Angolana, Policopiado, Ministério do Planeamento, 1995 (esgotado).
- 6.- Economia e Sociedade em Angola, LAC, 1997 (Patrocínio da Associação Industrial de Angola) (esgotado).
- 7.- Angola: Estabilização, Reformas e Desenvolvimento, LAC, 1998 (Patrocínio do Ministério do Planeamento) (esgotado).
- 8.- Por Onde Vai a Economia Angolana? LAC-Executive Center, 2000 (Patrocínio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, FLAD) (esgotado).
- 9.- Os Limites do Crescimento Económico em Angola - As fronteiras entre o possível e o desejável, LAC-Executive Center, 2001 (Patrocínio da Fundação Friedrich Ebert, FES) (esgotado).
- 10.- Opiniões e Reflexões – Colectânea de artigos, conferências e palestras sobre Angola, África e o Mundo, Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica, 2004 (Patrocínio do Banco Nacional de Angola).
- 11.- Finanças Públicas, Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica, 2006 (Patrocínio do Ministério das Finanças) (esgotado).
- 12.- Introdução à Economia Internacional e Integração Regional, Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica, 2008 (Patrocínio da Open Society).
- 13.- Finanças Públicas, 2ª edição, Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica, Março de 2009 (Patrocínio do Ministério das Finanças).
- 14.- Economia e Sociedade em Angola, 2ª edição, Editorial N’Zila, 2009.
- 15.- Os Limites do Crescimento Económico – As fronteiras entre o possível e o desejável, 2ª edição, Editorial N’Zila, Novembro de 2009.

16.- As Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola – Os factores da competitividade provincial, Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica, Setembro de 2010, Patrocínio da Open Society.

17.- Por Onde Vai a Economia Angolana? 2ª edição, Editorial Mayamba, Novembro de 2010.

18.- Angola – Estabilização, Reformas e Desenvolvimento, 2ª edição, Editorial Mayamba, Novembro de 2010.

19.- Em preparação, para lançamento em Maio de 2011, uma colectânea dos artigos publicados no semanário económico Expansão.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS

PREFÁCIO

APRESENTAÇÃO

1.- PONTOS PRÉVIOS

2.- INTRODUÇÃO

3.- AS REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

3.1.- Considerações preliminares

3.2.- Eixos e Zonas de desenvolvimento futuro

3.2.1.- Definição e delimitação geográfica

3.2.2.- Caracterização demográfica

3.2.3.- Recursos naturais

3.2.4.- Caracterização social

3.2.5.- Caracterização da população economicamente activa

3.2.6.- Caracterização económica

3.2.6.1.- Caracterização geral

3.2.6.2.- Empresas e estabelecimentos por regiões

3.2.6.3.- Facturação por sectores e regiões

3.2.6.4.- Produto Interno Bruto por sectores e regiões

3.2.6.5.- Produtividade Bruta Aparente

3.2.6.6.- Uma aproximação às diferenças salariais regionais

4.- A REGIONALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO E DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS

5.- OS FACTORES DE DIFERENCIAÇÃO PROVINCIAL

6.- ASPECTOS RELEVANTES PARA UMA REDUÇÃO DAS ASSIMETRIAS REGIONAIS

7.- POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

8.- CONCLUSÕES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRADECIMENTOS

É da praxe nas primeiras páginas dos livros reservar algumas linhas para endereçar agradecimentos, a colegas, a amigos e a instituições. Até porque um livro que tenha por detrás trabalho de investigação necessário à demonstração duma qualquer tese acaba por ser sempre uma obra conjunta. Em diferentes sentidos.

Desde logo, porque se utiliza bibliografia, ou seja, pesquisas e trabalhos de outrem, que representam, afinal, conhecimento acumulado. Ninguém é capaz de escrever um livro ou até mesmo um artigo, com alguma vertente científica, sem recorrer aos conhecimentos de terceiros e ao conhecimento acumulado (no sentido de Isaac Newton)¹.

Depois, os trabalhos de investigação estão sempre inseridos em equipas de trabalho pertencentes a determinadas instituições, públicas ou privadas. Ainda que essas equipas tenham de ter um coordenador, o trabalho é conjunto, participado – na busca de dados, na discussão das hipóteses e das conclusões – e vivenciado em grupo.

Depois ainda há terceiras pessoas a quem se pedem opiniões, pontos de vista, reflexões, observações e mesmo que não sejam integral ou parcialmente consideradas, servem para admitir pontos de vista diferentes possivelmente úteis noutras circunstâncias.

O Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola – já sobejamente conhecido no país e no estrangeiro (Portugal, Brasil, Reino Unido, África do Sul, Estados Unidos, França, Noruega, Senegal) – possui um acervo de trabalhos científicos de enorme utilidade e que são realizados pelas suas equipas de investigadores seniores e juniores, estes saídos das diferentes Faculdades da UCAN, em cujos cursos se incutem as necessidades de investigar para aplicar os conhecimentos recebidos e para descobrir outros conhecimentos e formular novas teses.

O CEIC tem ainda beneficiado do excepcional apoio do Christian Michelsen Institute (CMI) de Bergen (Noruega) em múltiplos aspectos: metodologias de investigação, investigação aplicada a situações concretas em Angola realizada por equipas conjuntas, gestão integrada de projectos de pesquisa, aconselhamento bibliográfico, etc. Mas também tem-se aprendido com os noruegueses que a humildade é um dos segredos da boa investigação, porque nos leva sempre a tomar consciência das nossas insuficiências e deficiências. Para este livro tenho de agradecer ao Jan Isaksen – excelente investigador, brilhante economista, excepcional companheiro e singular amigo – as suas contundentes críticas e as suas úteis sugestões. Também, ao Aslak Orre devo uma palavra de agradecimento pela apreciação feita ao trabalho e pelos incentivos intelectuais disponibilizados. O Jan e o Aslak são dos melhores investigadores do CMI.

A Embaixada do Reino da Noruega em Angola tem sido nos últimos quatro anos o grande suporte do CEIC. Em termos financeiros e materiais, mas principalmente através do reconhecimento da nossa actividade de investigação, séria, científica, fundamentada e útil. Portanto, são devidos agradecimentos ao senhor Embaixador Jon Vea e ao conselheiro Fred Rasmussen pelo constante apoio e defesa do nosso Centro de Investigação.

A Open Society é uma organização não governamental com presença em muitos países africanos e preocupada com questões relacionadas com os direitos humanos, a transparência, a corrupção, a distribuição dos rendimentos, a melhoria das condições de vida das populações, a justiça e a liberdade. O apoio e o seu envolvimento a e em trabalhos em Angola tem proporcionado a abordagem de situações sensíveis para os

¹ Este cientista, que descobriu a lei da gravidade quando desfrutava a sombra duma macieira, disse que se conseguia ver mais além era porque se encavalitava nas costas de outras pessoas.

angolanos. Um dos trunfos da Open Society tem sido o de basear as suas propostas em trabalhos científicos. Por isso merece um grande aplauso.

A Open Society é a segunda vez que patrocina a edição dum livro meu. O que me tem sensibilizado nesta atitude não é só o apoio financeiro necessário para cobrir o custo do trabalho das gráficas, mas a confiança que deposita nas minhas investigações e na utilidade que lhes reconhece para o país. Por isso, o Elias Isaac, representante residente em Angola desta organização, tem de ser referido, não apenas para lhe agradecer, mas igualmente para eu reconhecer a sua constante preocupação pelos problemas do nosso país.

Dom Damião Franklin, Chanceler da Universidade Católica de Angola, seguramente ficará satisfeito com este livro, pelo tema em si – as desigualdades são uma das preocupações fundamentais da Igreja Católica em Angola –, mas, sobretudo, por ser um indefectível defensor da investigação. Em diferentes ocasiões e circunstâncias não perde oportunidade de “provocar” os docentes e discentes a produzirem o seu próprio conhecimento através da pesquisa.

Outro elemento ligado à Reitoria da UCAN que tem um apreço especial pelos trabalhos de pesquisa que o CEIC realiza é Monsenhor José Manuel Cachadinha, que constantemente nos apoia, incentiva, reconhece, aconselha e recomenda. O pessoal do CEIC tem muitas saudades do Monsenhor, ausente nos Estados Unidos, e deseja-lhe, do fundo dos seus corações, rápidas melhoras e breve regresso. Ainda precisamos muito de si.

O Fernando Pacheco, que assina o prefácio, é um dos maiores conhecedores dos problemas sociais e económicos de Angola. São falados os seus trabalhos, elaborados desde há já muito tempo. A forma como procura conhecer os problemas, identificar razões e causas e a honestidade com que formula propostas conferiram-lhe um estatuto ímpar no país, sendo escutado por todos, mesmo por quem dele discorda. Pelo estatuto intelectual que patenteia, tenho de me sentir honrado com o seu prefácio.

Outros agradecimentos são devidos:

- ✚ À Albertina Delgado, colaboradora da Open Society e minha assistente na disciplina de Integração Económica, pela sua permanente disponibilidade para integrar equipas de trabalho e pelo apoio que me facilita enquanto membro daquela organização. A Albertina é um excelente quadro.
- ✚ À Regina Santos, investigadora competente do CEIC, encarregase de projectos de pesquisa de relevância para o conhecimento e aprofundamento de certas matérias económicas incidentes em Angola. É uma das co-autoras do Relatório Económico do CEIC e uma militante da busca de novos conhecimentos que a investigação proporciona.
- ✚ Ao Francisco Paulo, acabadinho de se formar na UCAN, mas há muito tempo no CEIC. É um aderente inveterado da investigação, sempre interessado e disposto em aquiescer a novas experiências. Foi-lhe solicitado um pequeno apoio a este trabalho.

Ao Milton Reis, não sendo, propriamente, co-autor do livro, é-lhe devida a sistematização e o tratamento das informações estatísticas sobre o Orçamento Geral do Estado e o Programa de Investimentos Públicos. Daí o destaque dado ao seu nome.

Por fim, não necessariamente os últimos e porque somos amigos e parte do mesmo *team* da UCAN e do CEIC: Justino Pinto de Andrade, José Dias Amaral, Nelson

Pestana, Pedro Vaz Pinto, Vicente Pinto de Andrade, Emílio Londa, Margarida Teixeira e Salim Valimamade.

Luanda, 3 de Setembro de 2010.

PREFÁCIO

Convidado pelo Professor Alves da Rocha, amigo e companheiro de trabalho de longa data, não pude recusar o honroso convite para prefaciar este seu novo livro, apesar das minhas enormes limitações actuais.

Nutro pelo prestigiado economista Alves da Rocha uma grande admiração. Considero-o o académico angolano que, ao mesmo tempo, mais investiga e mais divulga a sua imensa obra, contribuindo, com cerca de uma dezena de livros já publicados e inúmeros artigos escritos com grande regularidade para jornais e revistas angolanos sobre temas diversos da actualidade, para que os cidadãos comuns possam compreender alguns dos meandros da economia e da sociedade angolanas. À sua intensa actividade agregou nos últimos anos a direcção do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, onde é o principal animador do Relatório Económico produzido anualmente, dando assim os seus préstimos para o aumento da produção de conhecimento e do prestígio de uma das poucas instituições científicas do empobrecido panorama de investigação angolano.

Não poderia deixar de atender ao seu convite por uma razão adicional. O tema tratado neste estudo vai ao encontro de uma das minhas maiores preocupações no campo político, do conhecimento e do desenvolvimento do país. Com efeito, entendo que as assimetrias de que padece a economia e a sociedade angolanas, de há muito mereciam tratamento rigoroso, que possa trazer alguma luz sobre um assunto que por vezes parece dramaticamente esquecido e se revela de transcendência importância para o desenvolvimento sustentável do país.

Uma comparação com o que se vivia nos últimos anos do tempo colonial, impõe-se desde logo. O famoso milagre económico de Angola dos anos 60 e 70, baseado em índices de crescimento assinaláveis, só foi possível pela vontade ou interesse político do poder da época associado à sua política em matéria do conhecimento do território. Ainda antes do início da luta de libertação, medidas começaram a ser tomadas no sentido da criação da prematuramente extinta Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA), que tanto contribuiu para o que hoje se conhece sobre o nosso mundo rural, e dos Institutos de Investigação em vários domínios, que, apesar de muito fragilizados, se mantêm em funcionamento na sua maioria.

Foram os resultados dessa política no campo da investigação que permitiram ao governo português a definição de reformas mais estruturadas do sistema político e económico vigente em Angola no final dos anos 60, depois das apressadas tentativas de mudança logo a seguir aos acontecimentos do início de 1961². O IV Plano de Fomento, que deveria ser implementado a partir de 1974, estava já concebido de forma a pôr em causa grande parte das opções económicas que em muitos campos as autoridades angolanas quiseram ou ainda querem recriar, de que os colonatos são um bom exemplo³. A Extensão Rural, que fora ensaiada nos últimos anos da década de 60 como consequência da informação inquietante revelada pela MIAA sobre o drama que viviam os camponeses e mostrara resultados interessantes, revelava-se um instrumento crucial para uma mudança radical da situação.

Mas as assimetrias regionais e sociais da Angola de então, apesar do propagado milagre económico, eram demasiado contundentes e tiveram papel importante na conflitualidade e no caos que marcou a transição para a independência.

² Ver Clarence-Smith, Gervase (1985). *O terceiro império português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema

³ Veja-se, por exemplo, o texto “Para uma estratégia de desenvolvimento agrário”. *IV Plano de Fomento*. Luanda.

Se revisitarmos os primeiros documentos programáticos das políticas governamentais da Angola independente, facilmente constataremos que constituía então preocupação de topo a correcção de assimetrias sociais e regionais herdadas do colonialismo, no quadro do “desenvolvimento harmonioso” pretendido.

A realidade angolana actual é chocantemente reveladora de que se seguiu em sentido oposto. O Relatório de Desenvolvimento Humano, anualmente publicado pelas Nações Unidas e frequentemente contestado pelas autoridades angolanas, apesar das suas limitações em matéria de informação que sustente a argumentação, tem sido o espaço mais credível de abordagem da questão das assimetrias nacionais. No Relatório de 2009, Angola merece um tratamento inusitado, com um incremento acentuado da sua posição no *ranking* do desenvolvimento humano, que passou de 162º lugar entre 177 países em 2005, para a 143ª posição entre 182 países, como consequência da melhoria da oferta de serviços sociais nos últimos anos, o que permitiu ao país integrar o grupo daqueles considerados de rendimento médio. Porém, melhorias não se assinalam no que se refere ao coeficiente de Gini, que continua com o preocupante *score* de 0,62 durante o mesmo período, e coloca Angola entre os países com maior índice de desigualdade no mundo, situação impensável nos alvares da independência⁴

Poder-se-á pôr em causa a metodologia e a base de partida para o cálculo do coeficiente de Gini. Mas os sinais de riqueza e ostentação na sociedade são demasiado visíveis nas práticas dos governantes e das elites em geral, em contraste chocante com a miséria da população considerada mais desfavorecida, mas que na realidade foi conduzida para esta situação pelos ditames das políticas públicas, por razões que nem sempre tiveram que ver com a guerra.

Com efeito, a guerra, obviamente, não explica tudo. Já nos anos 80, a título de exemplo, o montante atribuído à Educação na província do Moxico representavam apenas 1% das verbas do sector inscritas anualmente no Orçamento Geral do Estado. Este facto, em minha opinião, tem de figurar necessariamente ao lado da guerra para explicar porque esta província tem actualmente um Produto Interno Bruto *per capita* de apenas 119 dólares quando Luanda apresenta um valor superior a 8700 e Benguela quase atinge os 4400 dólares. Se tivermos em conta os evidentes níveis de pobreza de que padece a maioria da população da cidade de Luanda, apesar das melhorias reveladas pelo recente Inquérito ao Bem-Estar da População (IBEP), ficaremos com uma ideia de quanto é preocupante o nível das assimetrias e do seu potencial para a emergência de conflitos sociais.

Os critérios utilizados pelo Professor Alves da Rocha e a divisão regional resultante são discutíveis. Desde logo, a falta de consideração de critérios ecológicos pode merecer da parte de ambientalistas, agrónomos e zootécnicos certas apreensões. A desanexação do Namibe do conjunto das províncias do Sul, com as quais constitui o designado pelo saudoso Eduardo Cruz de Carvalho – um homem tão injustamente esquecido e a quem Angola deve uma justa homenagem pelo papel que desempenhou no conhecimento científico da sua agricultura e do seu mundo rural, e que abriu caminho à divulgação dos trabalhos de António Castanheira Diniz, ambos responsáveis pelas primeiras abordagens de regionalização de Angola a partir de uma base científica – por Complexo do Leite ou da Ordenha é apenas um exemplo, dada a importância da criação de gado na vida das populações rurais. Este é um indicador de que as preocupações dos políticos e dos investigadores se deslocou das áreas rurais para as

⁴ O coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade da distribuição dos rendimentos num dado país ou sociedade, variando de 0 a 1, onde 0 significa igualdade perfeita e 1 representa uma situação de desigualdade extrema.

idades, do sector primário para outros (quais mesmo?), conformando a exclusão de uma parte substancial da população em relação à economia real. A junção de Malanje com as províncias do Leste é igualmente muito discutível, revelador de que o foco das preocupações económicas deixou de ser a agricultura⁵.

A análise do Professor Alves da Rocha explica em grande medida os intensos movimentos migratórios que se registam no território e representam para as regiões tradicionalmente fornecedoras de mão-de-obra uma recreação da tristemente célebre *ngalia*⁶. Com efeito, nas arruinadas regiões rurais do interior, onde os rendimentos proporcionados pela actividade agrícola, por dificuldades de acesso ao mercado, são muito inferiores aos obtidos nos mercados informais das grandes cidades, a solução indicada para quem queira investir na compra de bois de tracção para trabalhos agrícolas ou na construção de uma residência ligeiramente melhorada, praticamente só pode ser o recurso à nova *ngalia*⁷.

Por diversas vezes critiquei os economistas angolanos pelo facto de não dedicarem a necessária atenção à análise económica da agricultura angolana, com evidentes prejuízos para esta. Eles tornam-se, pois, em certa medida, também responsáveis pela marginalização do sector.

Apesar da crítica situação relatada, é justo reconhecer que algumas medidas de política e de estratégia têm sido tomadas pelas autoridades angolanas na última década. O Plano Estratégico de Desconcentração e Descentralização, que procurou reestruturar a Administração Local do Estado, conferindo-lhe novos papéis e mais autonomia, numa perspectiva gradualista, foi a primeira de tais medidas com carácter estruturado. Os Programas de Oferta de Serviços Sociais Básicos à População constituíram o primeiro passo para a responsabilização das Províncias por investimentos públicos. As críticas sobre a excessiva concentração do poder de decisão nos Governos Provinciais, relativo aos investimentos públicos, conduziram ao ensaio de Programas de Gestão Municipal, gradualmente alargados a quase todos os municípios, com carácter anual, e mais recentemente aos Programas Integrados Municipais de Desenvolvimento Rural e

⁵ Quando passo pelo agora remodelado Largo da Independência na cidade do Huambo, denominado pelos portugueses por Largo Norton de Matos, verdadeiro centro político-administrativo da província que, por ignorância da realidade, continua a ser designada erradamente por “celeiro de Angola”, não deixo de reflectir sobre a desvalorização da agricultura e do desenvolvimento rural, deslocadas de sectores fundamentais da economia para a condição marginal que hoje vivem. Com efeito, o emblemático edifício construído pelas autoridades coloniais no início dos anos 70 para albergar os serviços directamente ligados ao fomento ou desenvolvimento rural, reúne hoje todas as direcções que integram a província do Huambo.

⁶ *Ngalia* é uma corruptela de angariamento, designação ligada ao processo de “contratação” de mão-de-obra das províncias excedentárias para outras carenciadas, como as produtoras de café, de diamantes e de pescado. A designação continua a ser usada por falantes de língua umbundo para se referirem a migrações temporárias, agora direccionadas quase exclusivamente para os centros urbanos, com especial relevância para Luanda, que exerce sobre as populações do Planalto Central um verdadeiro fascínio, pelas oportunidades que oferece em matéria de emprego e de negócios e de acesso a serviços.

⁷ Contudo, é preciso não esquecer, ou ter em conta, que as dificuldades dos agricultores não são de hoje. Os excelentes trabalhos de Jacinto Carriço e Júlio de Moraes, preparatórios do Plano de Desenvolvimento do Huambo, mostram que os rendimentos de grande parte dos chamados agricultores tradicionais no início dos anos 70, como consequência da redução da dimensão das suas terras por ocupação das fazendas em anos anteriores, em plena época do chamado milagre económico angolano, eram de tal modo exíguos que não lhes restava outra hipótese que não fosse o recurso ao trabalho migratório, que deixava assim de ser uma imposição das autoridades como até ali, apesar de algumas mudanças na legislação laboral, para ser uma necessidade imperiosa para a sobrevivência das famílias. Ver também Carriço, Jacinto (1974). *A economia da pequena empresa no Planalto Central*. I Curso de Treinamento em Extensão Rural (1971). Universidade de Luanda: Nova Lisboa.

Combate à Pobreza, estes já com carácter plurianual. A criação de universidades públicas regionais é outra das medidas de política e estratégia para diminuir a drenagem de quadros do interior para o litoral, nomeadamente para Luanda.

Porém, tais políticas e estratégias têm-se revelado pouco ousadas e coerentes e frequentemente erráticas. Na realidade, o gradualismo é muitas vezes entendido como uma estratégia para se prolongar, tanto quanto possível, a transição para a criação das autarquias, que seriam, apesar das limitações que venham a enfrentar, fundamentais para uma mais diversificada participação dos cidadãos na vida política do país e na gestão da coisa pública, o que pode favorecer, pelo menos em teoria, um combate mais sério contra as assimetrias regionais. Por outro lado, os investimentos mais avultados do ponto de vista financeiro mantêm-se sob a alçada dos órgãos centrais e, a esse nível, num reduzido leque de decisores, ainda que a complexidade tecnológica não o justifique. Além disso, a reiterada estratégia de se privilegiarem os investimentos em capital físico, isto é, em *hardware*, em prejuízo do reforço de capacidades locais, ou seja, em *software*, pode revelar, se agregada aos outros aspectos assinalados, uma insuficiente vontade política em aprofundar a política de descentralização política. A falta de qualidade do ensino em grande parte das novas universidades públicas parece ser outro indicador de falta de coerência das estratégias seguidas mas insuficientemente assumidas.

A reconstrução do país, depois de caladas as armas, teria sido uma segunda oportunidade para o delineamento de políticas de correcção das assimetrias, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável. Mas o desejo de modernização acelerada, não só por parte dos governantes, mas da população em geral, choca com a prudência que a preocupação com a sustentabilidade aconselha. Sem estar sustentada na investigação científica, tal modernização terá provavelmente efeitos perversos muito nocivos, em várias dimensões⁸. A Agenda Nacional de Consenso poderia ter sido uma terceira janela de oportunidades, que tal como as primeiras, se perdeu, pelo menos por agora.

Está de parabéns o Professor Alves da Rocha por oferecer aos angolanos os resultados de mais um importante estudo. Que os estudantes, professores e investigadores aproveitem este conhecimento para a produção de novo conhecimento, e, sobretudo, que os políticos o aproveitem para fundamentarem as suas políticas, de governação ou de oposição.

Fernando Pacheco, 21 de Setembro de 2010.

⁸ Recomendo a consulta de um excelente texto de Maria da Conceição Neto a propósito da reconstrução nacional, por ocasião da II Semana Social da CEAST. Segundo ela, a reconstrução não pode significar voltar a pôr as coisas como estavam antes, por mais urgente que seja a necessidade de reabilitar infra-estruturas e pôr a funcionar serviços, por duas razões fundamentais: porque na história das sociedades jamais se volta atrás e se repetem as condições do passado; e porque, de facto, ao contrário do que muitos saudosistas do tempo colonial referem, nunca tivemos um “bom país” devido às situações de injustiça social e restrições de direitos que sempre existiram.

APRESENTAÇÃO

Estou convencido de que a problemática do desenvolvimento regional no nosso país não goza da mesma prioridade política que outros temas, como a estabilização macroeconómica, o controlo do valor cambial externo da moeda nacional, a restrição monetária, etc.

Tem-se consciência das profundas desigualdades entre as regiões e dentro destas, entre as províncias. No entanto, a este nível de percepção não tem correspondido uma atitude reactiva em termos estratégicos e de políticas macroeconómicas, microeconómicas e empresariais tendentes a mitigar as diferenças de níveis de vida entre Luanda e algumas províncias do litoral e todo o extenso interior.

Desde que finalizei a minha formação académica básica e complementar que a temática regional me tem atraído, sobretudo pela influência que a disciplina curricular Métodos e Técnicas de Planeamento Regional exerceu sobre algumas das minhas preferências de estudos teóricos e aplicados. A atracção por esta área do conhecimento levou-me a escrever um ensaio nos idos anos 70, depois de um ano de actividade profissional pós-licenciatura⁹.

A abordagem do desenvolvimento regional coloca em dicotomia duas formas de encarar o planeamento económico dos países e que na literatura ficaram conhecidas como planeamento ascendente e planeamento descendente¹⁰.

O planeamento descendente – actualmente praticado, nos países com algum sistema de planeamento, de forma cada vez mais mitigada – é o existente no país e parte do topo para a base, em todas as suas componentes, sejam de política económica e social, seja de atribuição/repartição dos fundos financeiros¹¹. O planeamento descendente é o que melhor se ajusta a sistemas administrativos centralizados e concentrados regionalmente, politicamente e financeiramente (receitas fiscais). Não é o que atende, integra e modela as assimetrias territoriais, que, afinal, todos os países mostram.

Na verdade, o processo de crescimento económico é, ele próprio, gerador de desigualdades, provocadas por mecanismos de mercado capazes e suficientes de assegurar, no substancial, uma afectação racional e eficiente dos recursos e factores de produção, mas deficitários nos critérios de repartição do PIB e do rendimento nacional. Em diferentes pontos de vista: funcional (factores de produção), pessoal e regional. A adopção de métodos correctivos impõe-se, pelas vias da descentralização de decisões, da captação de factores, recursos e competências, da valorização das vantagens competitivas regionais, da democratização do acesso à informação, às oportunidades de negócios, ao crédito (uma das modalidades de se mitigar a pobreza e corrigir a disfuncionalidade na repartição pessoal do rendimento nacional), à educação e à saúde.

O planeamento ascendente, metodologicamente mais complexo, mas igualmente mais atraente, parte do conhecimento e análise das condições sectoriais e regionais, agregando-as até se chegar ao plano nacional, este sim respeitador das opções, preferências e necessidades das unidades económicas, territoriais e familiares mais básicas da sociedade. O processo iterativo de ajustamento entre necessidades e possibilidades é mais uma ocasião de praticar e aprofundar a partilha de informação, ideias e opiniões.

⁹ Alves da Rocha – Algumas Considerações Teóricas sobre Desenvolvimento Regional, Serviços de Planeamento e Integração Económica de Angola, Julho de 1972, com prefácio de José Manuel Zenha Rella.

¹⁰ Métodos e Técnicas de Planeamento Económico, Vittorio Marrama, Clássica Editora, 1970.

¹¹ As excepções e reformas que se vão aplicando, muito bem-vindas, não alteram o essencial da filosofia da centralização, reforçada substancialmente com os preceitos da nova Constituição da República.

O planeamento ascendente, do ponto de vista territorial, tem como um dos seus elementos mais importantes, a caracterização dos problemas, condições e potencialidades das regiões que compõem o espaço nacional. Dentro desta abordagem estão as desigualdades e assimetrias regionais.

O desenvolvimento e a programação regional são domínios de estudo, pesquisa e análise portadores de futuro, não apenas do estrito ponto de vista económico, mas, principalmente, na sua capacidade de propiciar a descoberta de dinâmicas e sinergias invisíveis quando se parte do topo para a base.

Parece, portanto, suficientemente justificado o estudo sobre as desigualdades e assimetrias regionais. Mas acrescento mais:

- Preocupação pessoal pela temática regional e da regionalização do desenvolvimento económico.
- Lacuna completa na abordagem sistemática e consistente do desenvolvimento regional em Angola.
- Necessidade de quantificação das diferenças de desenvolvimento entre as regiões no país. Estou consciente das insuficiências desta quantificação, mas fica o desafio para a discussão e o debate.
- Ajudar os governos provinciais a dispor de informação que os habilite a encontrar, dentro da centralidade, centralismo, centralização e concentração de Luanda, portas, janelas e espaços de afirmação das potencialidades das províncias que dirigem e administram, em favor do desenvolvimento das respectivas populações, tão afastadas da riqueza que se produz e concentra em duas províncias do litoral do país.

Toda a informação utilizada neste trabalho é oficial – quer dizer do Governo – de modo a evitarem-se comentários menos propositados sobre a veracidade e correcção científica das conclusões, muitas vezes emitidos quando se pretende menosprezar conclusões não do agrado de quem governa e administra, mas, também, porque, na realidade, não existem outras.

A base da pesquisa é o Recenseamento Geral de Empresas e Estabelecimentos e as Estatísticas do Ficheiro de Unidades Empresariais 2003-2006 do Instituto Nacional de Estatística, 2008. Os ajustamentos e projecções para 2007 são da minha responsabilidade.

Outras publicações e documentos oficiais:

- Programas Gerais do Governo 2003-2004, 2005-2006, 2007-2008, Plano Nacional 2009 e Plano Nacional 2010-2011.
- Relatórios de Balanço dos Programas e Planos Nacionais do Governo até 2009.
- Relatórios do MAPESS sobre o emprego.
- Programa de Investimentos Públicos e respectivos relatórios de Execução de 2006 e 2007.
- Orçamento Geral do Estado de 2003, 2006 e 2007.
- Jornal de Angola, diferentes edições.

1.- PONTOS PRÉVIOS

Os factores de crescimento numa qualquer economia são constituídos por três tipos de capital: o capital intangível – qualidade dos recursos humanos, competências várias, qualidade das instituições, valores culturais, garantias da propriedade privada – o capital físico – normalmente designado por stock de capital fixo e constituído pelas infraestruturas económicas e sociais e pelos equipamento industriais e agrícolas – e o capital natural, onde se incluem os recursos naturais, renováveis e não renováveis.

O objectivo do desenvolvimento económico é o de reproduzir o capital natural não renovável – e que se vai esgotando com a sua exploração – em aumentos do capital intangível e do capital físico. Directamente, com a sua incorporação no processo produtivo interno – adensamento da malha de relações intersectoriais – e indirectamente, através da aplicação das receitas financeiras da sua exploração.

O factor de produção global duma economia é constituído pela agregação geométrica dos três factores indicados, numa ponderação média – resultante de estudos *cross-section* realizados sobre mais de 150 países – de 70% para o capital intangível, 27% para o capital físico e 3% para o capital natural.

Querem aquelas ponderações significar que um patamar básico e essencial de interacção entre o investimento público e o investimento privado é o do incremento sistemático do capital intangível. A repartição precisa de participações e relevâncias depende do estágio de desenvolvimento do país, da doutrina vigente sobre o papel do Estado na economia e dos valores culturais dominantes.

Esquemáticamente, a intervenção pública pode ter dois patamares: o Estado como criador de externalidades e o Estado enquanto fornecedor de bens públicos¹².

A acumulação sistemática de capital físico, capital humano e capital tecnológico engendram externalidades. São estas externalidades que igualam o rendimento privado da acumulação ao seu rendimento social. Dependendo do estágio de desenvolvimento do país, tem vindo a competir ao Estado a criação durável do essencial do capital físico e do capital humano, concorrendo, assim, para a constituição de externalidades positivas para o sector privado e que, em condições de normal funcionamento dos mercados, deve conduzir ao incremento dos investimentos, da produção e do emprego, num quadro de redução dos custos de produção e maximização do bem-estar nacional. De resto, num estágio de reconstrução económica, os efeitos anteriores podem ser tomados como o retorno social dos investimentos do Estado na criação das condições para um melhor exercício da economia privada.

A intervenção pública depende do tipo de externalidades que se pretende criar.

¹² A protecção é o principal objectivo do Estado. Esta visão é partilhada por todos excepto pelos anarquistas, para quem o papel protector do Estado é desnecessário, sendo bastante a atitude que os indivíduos tomas nesta matéria, defendendo-se cada um de per se. A maior parte das pessoas aceita que esta protecção contra predadores internos e externos seja um monopólio natural: a presença de mais uma organização do género num dado território é garantia de ausência de lei, ordem e disciplina. Na nossa terra ficou conhecida, nos idos tempos da Administração portuguesa, a frase “a Diamang é um Estado dentro do Estado” para exemplificar a força desta companhia de diamantes e o poder que tinha de não cumprir a lei estabelecida quando lhe convinha ou de influenciar a feitura das leis em seu favor. Nos dias de hoje este epíteto pertence à Sonangol, tal o seu poder de influência económica e política em todas as decisões (Martin Wolf, semanário *Expansão*, 20 de agosto de 2010: Qual é o papel do Estado?).

A investigação básica e fundamental – da qual resultarão condições de aumento sustentável da produtividade dos investimentos privados – cujos efeitos sobre a rentabilidade económica é incerta e de longo prazo, deve competir ao Estado.

No domínio da investigação aplicada, o papel do Estado deve ser, essencialmente, o de garantir o reconhecimento e a defesa da propriedade intelectual.

Relativamente à educação, a existência de externalidades não justifica o seu financiamento inteiramente público, porquanto uma parte dos ganhos da formação é apropriada por quem a obteve. O financiamento exclusivamente público só se aceita nos casos relacionados com a promoção da igualdade de oportunidades dos mais pobres no acesso à educação.

O Estado tem uma influência directa na eficácia do sector privado, uma vez que os investimentos públicos concorrem para a melhoria da produtividade privada¹³.

Estudos levados a efeito através do modelo $Qt = AK_t L_t P_t$, com as elasticidades α do stock de capital privado K , β do volume de mão-de-obra empregada L e γ do stock de capital privado P (com $\alpha + \beta + \gamma = 1$), conduziram a um valor de γ de cerca de 40%, o que em termos práticos significa que um aumento de 1% no stock de capital do Estado induz um incremento de 0,4% na produtividade privada.

Os estudos relativos às assimetrias do desenvolvimento dentro dum mesmo país não são recentes e o interesse que esta problemática tem suscitado remonta a François Perroux, Jonh Friedman e Jan Tinbergen na década de 60 do século passado¹⁴. Mais recentemente, o interesse pelo estudo do crescimento regional alargou-se às assimetrias decorrentes dos processos de integração económica, que têm levado – ou ameaçam levar – ao esvaziamento progressivo de territórios/zonas/espacos escassamente competitivos ao nível comunitário. Esta nova direcção – de resto, complementar da anterior – que tem sido impressa à problemática regional/espacial é de particular interesse para Angola, a braços com uma ausência de estratégia para a sua integração económica nos espacos regionais africanos a que politicamente se comprometeu pertencer.

O interesse académico e científico por esta componente da Teoria Económica só começou a manifestar-se na segunda metade do século XX. Recuando-se até ao século XVIII verifica-se que a Teoria Económica foi construída numa perspectiva a-histórica e a-espacial. Esta foi a filosofia fundamental do pensamento clássico, para quem o livre jogo do mercado levaria, num sistema a que não se seguiria nenhum outro, à optimização na determinação dos bens a produzir, na utilização dos factores de produção, na repartição dos rendimentos, no escalonamento temporal das decisões e na localização das actividades económicas. Ficaram célebres as “*theories of regional self-balance*” de Ohlin (1933), Losch (1939) e Isard (1956), de acordo com as quais a

¹³ Como se sabe, existe um novo paradigma de desenvolvimento alicerçado nas vantagens trazidas pelo conhecimento e informação com o aumento da importância dos factores intangíveis na produção, como a tecnologia, o conhecimento, a cooperação e a organização. Se é que temos alguma competitividade fora dos sectores do petróleo e diamantes, ela acaba por estar alicerçada em vantagens comparativas oriundas dos factores clássicos de produção (terra, trabalho barato e capital). Na nova economia estas vantagens deixam de ser relevantes diante do novo factor de produção, o conhecimento. Estes pontos de vista são capitais para se traçar uma estratégia nacional de *des-assimetriação* do país. Mais do que aumentar o peso económico do Estado, o novo paradigma exige que deixe de ser o grande empresário que tem sido nas economias menos desenvolvidas – com as consequências inerentes e conhecidas do pernicioso tráfico de influências – e o protector dos empreendimentos nacionais de baixa eficiência, para se tornar no promotor do ambiente de inovações que aumentam a eficiência colectiva nacional. Reflexões inspiradas em Sérgio C. Buarque, Política Industrial e Competitividade no Brasil, Relatório Económico de Angola, 2002, Centro de Estudos e Investigação Científica, Universidade Católica de Angola, Outubro de 2003.

¹⁴ Ver “A Planificação e os Pólos de Desenvolvimento”, Perroux, Friedman e Tinbergen, Edições RÉES, 1975.

optimização dentro de cada país se conseguiria através do livre jogo das forças do mercado, levando os detentores de capital a maximizar os seus ganhos e os trabalhadores os seus salários através de localizações espaciais onde as circunstâncias fossem mais favoráveis, tanto do ponto de vista individual, quanto social. O “*self-balance*” operar-se-ia, então, do modo seguinte: os investimentos seriam atraídos das regiões com salários mais altos para as outras com salários mais baixos, onde, por ser escasso o capital, seria maior a sua produtividade marginal. Por seu turno, a mão-de-obra movimentar-se-ia em sentido contrário, para as regiões mais desenvolvidas de salários mais elevados e disponibilidade de força de trabalho mais escassa e, conseqüentemente, de produtividade marginal mais elevada (empobrecendo demograficamente as regiões de origem). O equilíbrio segundo o óptimo de Pareto era evidente e alcançável, desde que inexistentes quaisquer formas de intervenção do Estado que levassem ao falseamento das regras do mercado. Portanto, “*assimetrias regionais*” era uma expressão abolida do seu léxico económico.

Só por volta da segunda metade dos anos 50 e primeira dos anos 60 do século XX se reconheceu, empírica e cientificamente, que a realidade apresentava-se muito assimétrica dentro de cada país e com conseqüências tais que só uma intervenção correctora do Estado poderia concertar. Justificou-se, assim o aparecimento das teorias do desequilíbrio regional (“*theories of regional imbalance*”), tendo como representantes mais expressivos François Perroux (1955), Hirschman (1957 e 1958), Myrdal (1957) e Kaldor (1967). O denominador comum do seu pensamento económico era o de que o livre jogo das forças do mercado não tenderia para o equilíbrio económico interno.

Em termos teóricos, são já relativamente abundantes conceitos, modelos e ferramentas metodológicas que, no âmbito da disciplina do Crescimento Económico¹⁵, têm permitido realizar e enfatizar determinados contrastes empíricos que conduzam ao conhecimento/descoberta das causas do aumento do Produto, da origem das assimetrias espaciais – e, conseqüentemente, da criação e distribuição do rendimento – e das razões das dinâmicas de desenvolvimento, ou seja, o porquê de alguns países/regiões/territórios crescerem mais rapidamente do que outros/outras. E é neste contexto que se pode inserir a problemática da equidade inter-territorial, procurando-se reflectir se deve ser este o sentido do desenvolvimento regional ou, pelo contrário, se o mesmo se deve concentrar nas regiões mais competitivas, de modo a rentabilizar os investimentos económicos e sociais e depois difundir o crescimento para os espaços imediatamente mais contíguos.

Quer dum ponto de vista teórico, quanto dum perspectiva prático/empírica, os temas essenciais relacionados com a economia regional podem ser agrupados em três áreas: a primeira, relacionada com o impacto do crescimento sobre a localização e concentração das actividades económico-produtivas em determinadas áreas geográficas, a segunda, focalizada sobre a evolução das disparidades regionais expressas pelas diferenças no rendimento médio por habitante e o estudo das causas que estão na origem das mesmas e, finalmente, a relação entre os processos de integração, crescimento e convergência.

Em Angola tem estado ausente a reflexão sistemática – política e académica – sobre o desenvolvimento regional e a recuperação dos espaços interiores face a uma

¹⁵ Na literatura anglo-saxónica são várias e definitivas as contribuições no domínio do “*economic growth*”, “*economic development*” ou “*development economics*” (esta designação mais atraente e verdadeiramente do domínio da teoria ou da análise do desenvolvimento), com Robert Solow, Arthur Lewis, Paul Romer, Robert Barro, Xavier Sala-I-Martin, Debraj Ray, Michael Todaro, Stephen C. Smith, Ian M. D. Little, Philippe Aghion, Peter Howit, A. P. Thirlwall para, eventualmente, citar os mais importantes e conhecidos autores e teóricos. Ver no Relatório Económico Anual 2003 do CEIC/UCAN a excelente reflexão de Vítor Santos sobre o ponto de situação do debate teórico quanto ao desenvolvimento económico regional.

litoralização demográfica e económica crescente, a qual é perante uma ausência de estratégia e de política regional, tende a retro-alimentar-se¹⁶. Alguns estudos, muito circunscritos, têm abordado, meramente ao de leve, as desigualdades regionais em Angola, mas têm sido muito escassos os debates, as conferências, as palestras e os seminários sobre este assunto, sendo, justamente, por isso que o CEIC, através do seu Departamento de Estudos Económicos, entendeu abrir esta frente de pesquisa e análise, embora consciente das cíclicas dificuldades relacionadas com a falta de informação de base e com a relutância do Governo e da Administração Pública em geral em disponibilizarem as poucas informações existentes. Este estudo é uma primeira abordagem dos problemas da regionalização em Angola da localização das infraestruturas e do estado actual do debate e da reflexão teórica sobre a economia regional¹⁷.

Em Angola existem – e persistem – graves desequilíbrios regionais internos. Os 27 anos de guerra são uma das razões explicativas, ao terem acentuado o êxodo rural e colocado a migração em níveis nunca acontecidos no País. O modelo de crescimento aplicado desde a independência – centrado no enclave do petróleo e na exportação da maior parte dos respectivos benefícios económicos – foi outra das razões e nem sequer a prática dos dízimos veio atenuar. A natureza da política económica seguida até meados dos anos 90 teve, igualmente, uma quota-parte importante de influência. Finalmente, um comportamento político ostensivamente cego perante os problemas do interior do país, explica o resto do estado assimétrico do crescimento económico em Angola.

A breve reflexão que apresento nos parágrafos seguintes tem como ponto nuclear a comparação estática entre indicadores económicos e sociais de grandes zonas regionais¹⁸, que permitem evidenciar fortes divergências inter-territoriais no país. A regionalização de certos indicadores foi extremamente difícil de realizar – devido às anteriormente citadas razões de índole estatística – mas, mesmo assim, preferi fazê-lo para contribuir para uma primeira abordagem sistematizada desta questão em Angola. Numa justificação genérica antecipada para os desequilíbrios encontrados entre as cinco grandes regiões em que o país foi dividido, deve ser ressaltado que entre os factores explicativos de tão fortes assimetrias se destacam a organização político-administrativa centralizada¹⁹, a estrutura territorial desequilibrada existente e que tende a reproduzir-se em cada ciclo económico, a tendência centralizadora na localização das actividades económicas e produtivas empresariais privadas (explicada pela dimensão relativa do mercado da Grande Luanda em proporção do todo nacional) e a especialização sectorial de determinados espaços face à sua dotação em recursos naturais.

¹⁶ A questão do desenvolvimento regional já mereceu, durante a Administração portuguesa, uma atenção muito particular da parte das instituições que na época tratavam do problema do crescimento económico. Diversos planos de desenvolvimento provincial foram elaborados – entre os quais ficou como referência o da Província do Huambo – e que visavam reduzir as disparidades regionais que dominavam o intenso crescimento económico do país na altura.

¹⁷ A abordagem sectorial é, ainda, a dominante, quer dum ponto de vista académico, quer no posicionamento da política económica e dos modelos de crescimento. Creio que se pode descobrir nesta atitude o peso dos sectores de enclave, totalmente divorciados da problemática regional de Angola.

¹⁸ A generalização tem, por vezes, a vantagem de esconder insuficiências e mesmo erros de análise e de metodologia. Qualquer análise pormenorizada das assimetrias regionais em Angola é, neste momento, impossível, a não ser que seja objecto dum projecto específico de investigação em que a inquirição seja o método de pesquisa e recolha de informação a utilizar.

¹⁹ Esta matéria não vai ser referida nesta reflexão por evidente limitação de espaço. No entanto, ela foi objecto dum tratamento relativamente aprofundado em termos de verbas atribuídas pelo Orçamento Geral do Estado às províncias, a distribuição provincial do Programa de Investimentos Públicos, a repartição provincial dos trabalhadores da Função Pública, etc.

A visão dinâmica é, igualmente, considerada neste estudo, de modo a tentar-se perceber o sentido das assimetrias e o respectivo grau de endurecimento. Pode antecipar-se que o litoral do país tem sido a grande vencedora do processo de crescimento e de criação de riqueza. Mas nem todo o litoral é ganhador. Dentro do litoral há eixos mais favorecidos do que outros.

A minha análise tem uma componente essencial que agrega o país em cinco grandes regiões de acordo com a dotação de recursos naturais, que podem configurar algumas vantagens comparativas regionais. Os critérios utilizados que levaram à conformação de cinco grandes regiões foram:

- existência de recursos naturais iguais;
- contiguidade territorial, que possa facilitar o lançamento de obras de recuperação de infraestruturas de incidência inter-territorial, favorecendo-se, por exemplo, as vias secundárias e terciárias de comunicação;
- interacção do desenvolvimento com a reconciliação nacional pela via inter-étnica.

Sem ser propriamente uma vertente de estudo, houve, de igual modo, a preocupação de se olhar para o agrupamento de províncias produtoras de petróleo e diamantes, os dois principais recursos naturais do país em termos de produção e geração de rendimento e divisas. Nem sempre a compatibilização com as informações do REMPE²⁰ foi possível, tendo, portanto, optado por abordar o PIB e o rendimento numa perspectiva de localização das sedes das empresas e não do local de produção.

As cinco grandes regiões são Luanda/Bengo, Norte, Centro/Leste, Centro/Oeste e Sul, assim geograficamente desenhadas:

- Luanda/Bengo com as províncias do mesmo nome.
- Região Norte: Cabinda, Zaire, Uíge e Kwanza Norte.
- Região Centro/Leste: Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Kuando Kubango.
- Região Centro/Oeste: Kwanza Sul, Bié, Huambo, Benguela e Namibe.
- Região Sul: Huíla e Cunene.

Naturalmente discutível este traçado geográfico – por exemplo, a inclusão do Namibe na região Centro/Oeste ou do Kwando Kubango na Centro/Leste –, mas a similitude de estádios de desenvolvimento económico e social actual facilitou esta classificação.

Este estudo levou ao desenho duma “*Angola Desfavorecida*”²¹ para a qual os indicadores económicos (produto interno bruto por habitante, ou índice bruto de poder de compra) e os indicadores sociais (índice de pobreza e de privação humana) estão abaixo ou acima de 50% da média nacional. Toda a análise está fixada no período 2000/2007 e pretende perceber que dinâmicas de transformação ocorreram: as desigualdades esbateram-se ou alargaram-se? Os índices de concentração aumentaram ou diminuíram? As assimetrias regionais são a causa dos movimentos migratórios da população para o litoral, em especial Luanda?

²⁰ Recenseamento de Empresas e Estabelecimentos, INE, 2006.

²¹ Para certas correntes políticas a “*Angola Profunda*”.

2.- INTRODUÇÃO

Angola tem sido apresentado como um *case study* em termos de estabilização macroeconómica e crescimento da economia, a partir de 2002. Apesar de esta situação ter uma correlação muito forte com o comportamento da economia mundial e, em particular, da procura e do preço do petróleo, não se pode tirar mérito aos Ministros das Finanças e aos Governadores do Banco Nacional de Angola que entre 2000 e 2008 se responsabilizaram pelo desenho e implementação das políticas de ajustamento macroeconómico que funcionaram como esteio do fantástico crescimento económico ocorrido. As bases metodológicas em que a estabilização assentou fazem com que a mesma tenha deixado de ser um mero episódio do processo económico de Angola e passado a ser uma situação de rotina, ainda assim exigente em conhecimentos científicos, capacidade de entendimento da *causa das coisas*, habilidade de gestão, flexibilidade de medidas e políticas e competência de intervenção imediata. Estabilização com crescimento foi, portanto, o aspecto que tornou Angola num caso especial, reforçado pela posição que, durante aquele período, as autoridades governativas assumiram perante o Fundo Monetário Internacional em matérias relevantes da natureza do modelo de gestão macroeconómica.

A disseminação do crescimento económico é, agora, o outro grande desafio. As evidências empíricas até ao presente denunciam uma excessiva, injusta e economicamente contraproducente concentração do crescimento e dos seus resultados em 5% da população, meia dúzia de sectores de actividade económica, 0,18% do território nacional²² e 2 produtos exportáveis. As assimetrias regionais são assustadoras, provocando uma estratificação social indecente e imoral ao relegar para planos secundários e terciários de consideração social e condições económicas de vida franjas consideráveis da população. Existem situações de fome endémica em muitas zonas do país – condição, de resto, corroborada pelo Governo nos seus diferentes documentos de política económica – onde as acessibilidades materiais são inexistentes.

A redução das desigualdades territoriais, através da qual se pode levar o crescimento económico e os seus benefícios ao interior do país, deve ser o novo e próximo *case study* de Angola. É fundamental imaginar e aplicar um sistema que torne Angola num país onde as dissemelhanças regionais se confinem às vantagens comparativas de cada província, às diferenças culturais e históricas e aos acidentes geográficos.

Para isso, tem de se começar por construir um dique de retenção da população noutras regiões que não Luanda e as do litoral. Os sistemas de educação e formação profissional são os de maiores resultados a curto prazo, ao adiarem a entrada da população activa no mercado de trabalho. Em simultâneo, as políticas de incentivo ao crescimento económico devem *pressionar* os investidores e empreendedores a localizarem as suas empresas e actividades no interior do país. É difícil iniciar um processo de crescimento regional relativamente equilibrado do país se se mantiver a tendência actual de localização económica, em que mais de 77% das empresas em actividade estão em Luanda, Benguela, Kwanza Sul, Cabinda e Namibe.

O processo de dinamização do desenvolvimento do país tem estado sujeito, desde praticamente a sua independência em 1975, a uma série de vicissitudes, das quais, provavelmente, a guerra foi a mais séria das adversidades. O que se esperava com a

²² Em 2007, Luanda (com uma área de 2257 quilómetros quadrados), respondeu por 75,1% do volume global de negócios realizado no país, 55% do número total de empresas e estabelecimentos existentes e por 32,3% do emprego total (com os parciais de 25,3% do emprego público e 64,3% do emprego empresarial, público e privado).

independência – a consolidação da dinâmica que vinha do passado – não ocorreu, antes pelo contrário, assistiu-se, não apenas, a uma deterioração do crescimento económico, como a um não aproveitamento racional de algumas das suas enormes potencialidades.

São indiscutíveis os desequilíbrios sectoriais e regionais que constroem a economia a conseguir um melhor aproveitamento da capacidade produtiva instalada e dos recursos naturais de que dispõe.

A situação de desequilíbrios sectoriais e regionais é uma consequência directa da importância das relações económicas com o exterior, nomeadamente as exportações de produtos de base não transformados, que determinam, em mais de 90%, o crescimento do Produto Interno Bruto. Este estado, aliado às deslocações de população como resultado do conflito militar, contribuiu para que o crescimento verificado se processasse muito desarmoniosamente²³.

A condição de arrasamento de praticamente todas as infraestruturas físicas e materiais a que a guerra conduziu é hoje o principal obstáculo para que as zonas do interior do país sejam chamadas a integrar-se num movimento global de crescimento e de inclusão da economia nacional. A recuperação dos principais e mais significativos eixos de transportes rodoviários e ferroviários é, do meu ponto de vista, a grande prioridade em matéria de desenvolvimento regional e de criação das condições para se pôr em marcha um movimento que, a longo prazo, proporcione a igualização relativa das condições de acesso à repartição do rendimento nacional.

O fenómeno das migrações internas tem jogado um papel de relevo sobre o binómio população/desenvolvimento (urbano e rural). A paz não teve as consequências esperadas em termos de regresso e fixação dos deslocados às e nas zonas de origem. Pelo contrário, a opção de segurança que as cidades proporcionavam face à guerra, começa a ser substituída pela simples atracção urbana, propiciada pelos familiares aqui residentes, pelas maiores facilidades de sobrevivência diária, pelas oportunidades que o crescimento económico centrado nas principais cidades oferece²⁴, etc. Se durante o conflito militar, o êxodo rural, traduzido na fuga à guerra, deu origem ao aparecimento de um fenómeno de “*ruralização das cidades*” - reacção social e económica às dificuldades de sobrevivência e às carências de abastecimento de bens alimentares - durante a paz e com as dificuldades existentes nas províncias do interior²⁵, o reassentamento das populações pode não ter registado as proporções esperadas e desejadas, colocando, em decorrência, problemas ao próprio modelo de se levar o desenvolvimento ao campo.

Assim, será, mais uma vez, o problema da capacidade de retenção do crescimento populacional nos quadros rurais de desenvolvimento societário a condicionar estratégias e políticas de desenvolvimento: a forte rarefacção que caracteriza a ocupação populacional de Angola tem implicações indeléveis sobre a

²³ Até 2000, praticamente não houve crescimento económico para distribuir pelo interior. De acordo com as informações do African Development Indicators de 2002, a taxa média de crescimento do PIB, a preços de 1995, entre 1990 e 2000 não foi além de 0,7%, o que, evidentemente, provocou uma degradação das condições de vida da população e a emergência da pobreza como fenómeno estrutural.

²⁴ É o conhecido *spill over effect*.

²⁵ Durante as minhas recentes deslocações por algumas províncias do Leste e por Malanje, ficaram patentes várias coisas: que a estabilização macroeconómica tarda em chegar ao interior, que as dificuldades de recuperação da agricultura são fantásticas - não se podendo pensar que, apenas, serão os mecanismos de mercado a reabilitá-la - que terá de haver durante um tempo razoável mais Estado (e, claro, melhor Estado), que a fome e a nudez são tão evidentes como a paz, que o atavismo vai concertar ser um obstáculo à implementação dum modelo de crescimento moderno e produtivista, que a iniciativa privada e o empreendedorismo nem sequer embrionárias são, que as igrejas detêm uma influência apreciável sobre as populações (no respeito pelas suas tradições), etc.

cobertura de serviços de saúde, educação e formação, sobre o fornecimento de água, sobre os sistemas de transportes, etc.

Foi durante a Administração colonial portuguesa e sobretudo quando os impulsos de crescimento económico do território foram considerados surpreendentes, que se compreendeu ser difícil nessa fase do “*milagre económico angolano*” levar o desenvolvimento ao interior e, conseqüentemente, diminuir as diferenças regionais que se acentuavam, com a concentração do crescimento económico em pólos como Luanda, Benguela e Nova Lisboa (Huambo). A fabulosa rede de estradas que então se foi construindo não obedeceu, apenas, a determinantes de ordem militar, tendo-se, pelo contrário, conjugado os interesses de circunscrever a acção da guerrilha com os do desenvolvimento, porque se compreendeu que o levar-se o desenvolvimento ao interior era, igualmente, uma forma de diminuir a intensidade da luta de libertação nacional. Deveria ter sido o IV Plano de Fomento a consagrar, de um modo prático e particularmente através da Extensão Rural, o modelo de alargamento do desenvolvimento ao “*hinterland*”, em condições de um equilíbrio populacional muito diferente do de hoje, em que a população rural representava mais de 80% da população total do território²⁶.

A questão das infraestruturas necessárias para se levar o desenvolvimento ao interior conduz-nos ao problema do seu correcto dimensionamento e, mais importante, à sua conservação. Por um conjunto variado de razões – degradação moral, deturpação das consciências, inversão dos códigos de valores e de conduta social - é constatável uma elevada propensão à depredação das infraestruturas. A sedição perante a situação de pobreza e de exclusão social da grande maioria da população instalada há muito tempo é, eventualmente, a atitude mais negativa que se observa relativamente à conservação das infraestruturas. A elevada taxa de pobreza é, na verdade e do ponto de vista social, talvez a maior ofensa que um país independente e com extraordinárias potencialidades de crescimento pode fazer aos seus cidadãos. Como o acto de revidar não pode ser abertamente assumido, o recalçamento psicológico provocado pela marginalidade económica manifesta-se na forma como são utilizados os bens e serviços públicos, como as infraestruturas físicas, os equipamentos sociais, a água, a electricidade, etc. Instalou-se, com efeito, uma atitude de lassidão e de relaxamento quando em causa está o uso daqueles bens, que valida, também e afinal, uma apreciação popular sobre a acção e a postura do Estado. Esta propensão à falta de conservação tem implicações económicas importantes e evidentes. Desde logo, grande parte das infraestruturas materiais esgota a sua utilidade económica e social muito antes de os empréstimos que financiaram a sua construção/reabilitação começarem a ser amortizados, particularmente nos casos de empréstimos concessionais, pela simples razão de que deixaram de existir. Esta situação tem duas contrariedades: a taxa de investimento global da economia será maior do que em condições normais de vida útil dos equipamentos infra-estruturais e a taxa social de desconto – com que se avaliam os impactos económicos e sociais dos projectos de infraestruturas – terá de ser muito mais elevada. A ser assim, as dificuldades de financiamento da economia tenderão a ser significativamente maiores e as novas modalidades de construção de infraestruturas - traduzidas pelas parcerias público-privadas - deixarão de apresentar condições de atractividade e rendibilidade.

A segunda implicação relaciona-se com o aparecimento duma dívida residual sem património de contrapartida. A actual dívida angolana resultou, numa elevada percentagem, de financiamentos para suportar o esforço de guerra, não existindo,

²⁶ Ver mais adiante referências à política regional em Angola, desde os III e IV Plano de Fomento, até aos mais recentes planos e programas do Governo angolano.

portanto, activos económicos reais que a contrabalancem. Se a conservação das infraestruturas for descurada, a dívida angolana aumentará.

Finalmente, se este estado de espírito prevalecer então dever-se-ão reduzir significativamente os períodos de vida económica útil dos empreendimentos físicos de responsabilidade do Estado, o que equivale a aumentar enormemente a taxa global de investimento.

São tremendas as desigualdades regionais em Angola e que nesta fase de pós-conflito se manifestam de modo totalmente visível. Existem manchas imensas de território completamente despovoadas como consequência das migrações forçadas pela guerra. Inclusivamente, muitos eixos administrativos foram abandonados pelas autoridades e populações devido à instabilidade militar, colocando-se a questão de se saber se a reconstrução das respectivas infraestruturas se deve processar ou se, pelo contrário, devem ser construídas novas nos novos locais de concentração da população deslocada.

A necessidade de se promover um desenvolvimento harmónico e equilibrado do território nacional tem de, necessariamente, passar a assumir um lugar cada vez mais destacado nos estudos e na análise da economia de Angola, para que corresponda, no fundo, à consciência generalizada da existência de uma grande desigualdade de níveis adentro das populações das várias províncias.

Decorre daqui a urgência em se praticar uma política de regionalização do desenvolvimento, que leve a modernização das estruturas produtivas e a melhoria das condições de vida da população ao interior, condição politicamente indispensável para se falar em reconciliação nacional. Na realidade, a programação do desenvolvimento económico do país não pode ser dissociada do estabelecimento de novas estruturas económicas e sociais em que seja possível a troca de conhecimentos e dos bens produzidos, num vasto esquema de valorização do potencial humano de Angola, que é, em última instância, o verdadeiro motor do progresso.

Por outro lado, não se poderá acreditar na possibilidade de se conseguir um desenvolvimento económico intenso e ordenado que não seja à custa da criação, nas regiões mais favoráveis ou aptas, das infraestruturas e dos incentivos que tornem viáveis a implantação dum número crescente de indústrias e outras actividades económicas que possam conduzir a um melhor aproveitamento e transformação das riquezas naturais, nomeadamente no domínio dos recursos agro-pecuários, silvícolas e das pescas dessas regiões.

É pois numa perspectiva de crescimento equilibrado entre a agro-pecuária/florestas/pesca e a indústria transformadora que deve ser encarada a nova visão estratégica do desenvolvimento regional em Angola. Na verdade, a indústria transformadora, para além de ser um sector particularmente dinâmico nos seus efeitos multiplicador e acelerador, pode consumir uma boa parte dos produtos do “cluster” agricultura/pecuária/florestas/pescas, valorizando-os internamente e abrindo-lhes novos mercados para a sua colocação. Por outro lado, o desenvolvimento da mancha agrária e das pescas – entendido como racionalização de métodos e de processos com vista ao incremento da produção e da produtividade – irá aumentar a dimensão do mercado interno para a drenagem dos produtos industriais, como consequência do aumento do poder de compra das populações rurais e evitará que a industrialização se faça à custa do indesejável aumento das importações de matérias-primas e de bens de consumo intermédio produzíveis internamente.

Dentro desta óptica de desenvolvimento equilibrado entre a indústria transformadora e a agricultura não poderá prescindir-se da criação de pólos de

crescimento regional²⁷, já que continua a ser evidente nas economias modernas e mais desenvolvidas de hoje que esta estratégia de polarização do desenvolvimento continua a ser a mais ajustada à implosão do desenvolvimento e ao nivelamento das condições de vida entre as províncias.

Ainda de acordo com a ideia básica de um desenvolvimento equilibrado da agricultura e da indústria, tornar-se-á necessário que a acção centrípeta dos pólos de crescimento venha a ser acompanhada de uma actuação eficaz de apoio à agricultura camponesa, com vista a contrabalançar a tendência de urbanização crescente.

²⁷ A definição destes pólos de crescimento regional deve obedecer à realização de um amplo e profundo estudo da problemática da regionalização do desenvolvimento em Angola e deveria ser conduzido pelo Ministério do Planeamento. Os pólos que são indicados mais à frente são meramente indicativos e a sua delimitação obedeceu a critérios que, obviamente, são discutíveis e que por isso deverão ser testados no âmbito do estudo proposto anteriormente.

3.- AS REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

3.1.- Considerações preliminares

Do ponto de vista físico, a economia angolana pode ser caracterizada por dois traços fundamentais: grandeza de recursos oferecidos pela natureza e extraordinária variedade de condições e possibilidades.

Na verdade, à extensão do território se associam enormes potencialidades energéticas de origem hídrica, um subsolo que, apesar de incompletamente inventariado, já revela realidades e potencialidades relevantes de exploração económica, abundantes recursos piscatórios nas águas próximas, proporção favorável de solos com aptidão agrícola, a extraordinária variedade de climas, de solos, de zonas e de regiões susceptíveis de aproveitamento económico.

Como se sabe, não se dispõe duma classificação regional de Angola, donde a visualização do desenvolvimento territorial do país se confinar tão só à perspectiva provincial, obviamente limitada por ignorar sinergias e externalidades inerentes à contiguidade geográfica, estádios semelhantes de atraso económico, problemas comuns, infraestruturas de utilização conjunta (portanto, com maior capacidade de geração de rendimentos de escala) e aptidões naturais próximas.

O Orçamento Geral do Estado e o Programa de Investimentos Públicos – as principais fontes de financiamento do desenvolvimento territorial das zonas mais interiores e recônditas do país – individualizam as províncias *de per se* como receptoras das reduzidas verbas que o Governo aloca à criação de condições para a disseminação do crescimento económico. A abordagem transversal apenas se encontra nos investimentos públicos de maior dimensão e de responsabilidade central que podem afectar mais do que uma província.

Estudar a problemática territorial em Angola pode ser feita ou do ponto de vista da província ou dum ângulo mais agregado que traduza a verificação de um ou mais critérios de proximidade geográfica, cultural, disponibilidade de recursos naturais, etc.

A base deste estudo sobre as desigualdades e assimetrias regionais em Angola é geográfica, tendo levado à consideração de cinco regiões já definidas: Luanda/Bengo, região Norte (Cabinda, Zaire, Uíge e Kwanza Norte), região Centro/Leste (Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Kuando Kubango), região Centro/Oeste (Bié, Kwanza Sul, Huambo, Benguela e Namibe) e uma região Sul, com as províncias da Huíla e do Cunene.

Luanda/Bengo é a grande metrópole angolana, exercendo um efeito polarizador arrasador sobre todo o território nacional e representando um mosaico inter-étnico e inter-cultural único no país.

A região Norte, ao considerar as províncias de Cabinda e do Zaire, explora o actual maior recurso natural do país e junta as duas principais etnias da zona num esforço comum de desenvolvimento e de aproximação social e política.

A região Centro/Leste reúne as províncias produtoras de diamantes e energia eléctrica – dois recursos essenciais para o seu desenvolvimento e do país – e faz interagir duas das mais importantes etnias de Angola, as quais, em conjunto, representam mais de 14% da população do país. É a região com a maior extensão territorial onde a província de Malanje pode exercer um papel de polarizador e difusor do crescimento económico e área de ligação entre o litoral norte e o leste do país.

A região Centro/Oeste pode ser considerada como a grande reserva agrária e das pescas do país²⁸, apresentando a maior concentração populacional depois de Luanda/Bengo (30% em 2007) e uma enorme e reconhecida potencialidade para a implantação dum fortíssimo sector agro-industrial de satisfação das necessidades do mercado interno e de exportação. Pode ser vista como a zona inter-étnica por excelência, uma vez que no seu seio coabitam, pelo menos, oito da totalidade das etnias existentes em Angola.

Finalmente, a região Sul, composta apenas por duas províncias com capacidades e aptidões semelhantes, mas onde se destaca a Huíla.

Para que este futuro desenvolvimento polarizado possa funcionar e desencadear os efeitos desejados sobre a redução das disparidades regionais e a aproximação dos níveis de vida das populações são necessárias várias condições, de onde se destacam a descentralização administrativa²⁹, a capacidade de liderança e de governação local e o envolvimento das autoridades tradicionais. São condições institucionais e políticas elementares para que se possa levar o desenvolvimento ao interior e aí ficar.

3.2.- Eixos e zonas de desenvolvimento futuro

3.2.1.- Definição e delimitação geográfica

Ainda que seja pacífica a ideia de ter de se levar o desenvolvimento até ao interior do país, mais discutível, porém, é a delimitação de zonas ou eixos de desenvolvimento sem que exista um estudo científico e preciso sobre as diferentes características – humanas, geográficas, mesológicas, recursos naturais³⁰, etc. –, que tornam as regiões mais ou menos homogéneas. Do que também se não duvida é da necessidade de se des-macrocefalizar a região de Luanda, tendencialmente de gestão difícil e complexa, de todos os pontos de vista. Existem estimativas que apontam no sentido da cidade de Luanda poder contar com cerca de 10 milhões de habitantes dentro de 10 anos, numa projecção linear³¹. Torna-se, portanto, imprescindível configurar zonas ou eixos de desenvolvimento do centro-interior que contrariem a exagerada atracção pela cidade-capital.

Com efeito, todas as excessivas concentrações humanas arrastam custos que seguramente têm consequências económicas, sociais e mesmo políticas. Quando se falava anteriormente na manutenção e conservação das infraestruturas físicas e materiais e no seu uso socialmente responsável pelos respectivos utentes, tinha-se em mente, também, a qualidade dos respectivos investimentos. Vai, concerteza, ser muito difícil garantir qualidade de vida aos cidadãos através das infraestruturas se o aumento populacional se continuar a verificar aos ritmos actuais. Esta questão está, obviamente,

²⁸ Segundo os mais reputados especialistas angolanos, não é o Centro do país a região com as maiores e melhores aptidões para a pecuária extensiva, mas sim Malanje e as Lundas, dada a abundância de pastos naturais e de água.

²⁹ A descentralização administrativa e financeira é um dos tópicos actuais do conjunto de abordagens estratégicas do Governo.

³⁰ Um estudo com estas intenções deveria ser realizado/coordenado pelo Ministério do Planeamento, que é a instituição do Governo estatutariamente com responsabilidades claras no domínio do desenvolvimento regional/provincial. Poderia basear-se nos excelentes e internacionalmente conhecidos trabalhos do Engenheiro Castanheira Dinis sobre a zonagem agrícola de Angola.

³¹ As projecções demográficas contidas na Carta Estratégica de Luanda, Governo Provincial de Luanda, devem estar ultrapassadas.

relacionada com a utilidade social e a rendibilidade económica desses empreendimentos de iniciativa estatal, sobretudo num cenário de recursos fiscais escassos³².

A reorientação dos investimentos públicos infra-estruturais para o interior assume, pelas razões anteriores, uma enorme prioridade, justamente por ser aí que podem ser maximizadas as respectivas utilidade social e utilidade económica.

No entanto – e ainda que as considerações anteriores sejam evidências mais ou menos inquestionáveis – permanece o problema dos critérios de agregação das províncias. As regiões que vão ser estudadas foram definidas em função, por um lado, da relativa homogeneidade dada pelos recursos naturais comuns e, por outro, pela tradição económico-produtiva do passado. Este último critério teve como ponto de partida o que a estratégia de regionalização do desenvolvimento estabelecia no IV Plano de Fomento, em que a preocupação de reduzir as desigualdades entre o litoral – focalizado nos pólos de Luanda-Viana, Lobito-Benguela e Huambo-Caála – e o interior (Malange, Bié e particularmente Moxico, Kuando Kubango e as actuais Lundas) - assumia destaque nas opções políticas e de política económica da Administração colonial.

O quadro seguinte estabelece a delimitação geográfica das zonas e eixos de desenvolvimento futuro³³.

DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA

REGIÕES E POSSÍVEIS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO	PROVÍNCIAS	EXTENSÃO (km ²)	REPARTIÇÃO (%)
LUANDA/BENGO	LUANDA E BENGO	35273	2,8
NORTE	CABINDA, ZAIRE, KWANZA NORTE, UÍGE	130208	10,4
CENTRO-LESTE	MALANJE, LUNDA NORTE, LUNDA SUL, MOXICO, KWANDO KUBANGO	668706	53,6
CENTRO-OESTE	KWANZA SUL, BIÉ, HUAMBO, BENGUELA, NAMIBE	250169	20,1
SUL	HUILA, CUNENE	162344	13,1
ANGOLA	-	1246700	100,0

FONTE: Ministério do Planeamento, Monografia de Angola, 2001 e 2007.

A região Centro-Leste quase que abarca 55% da extensão territorial total, sendo algumas das suas principais características o subdesenvolvimento económico, o atraso social e os índices de fome e de pobreza bem acima da média nacional. Apesar de ser a região por excelência produtora de diamantes, a doença holandesa parece ter espalhado os seus nefastos efeitos, verificando-se um atrofiamiento geral na actividade de todos os outros sectores da economia real e uma marginalização das preferências regionais do investimento privado e público empresarial. É nesta região, conforme se verá mais adiante, que se encontra a denominada Angola profunda ou, como preferi designá-la nesta pesquisa, a *Angola desfavorecida*, mesmo esquecida e onde estão os tais cidadãos de terceira categoria, se atendermos aos respectivos níveis e condições de vida.

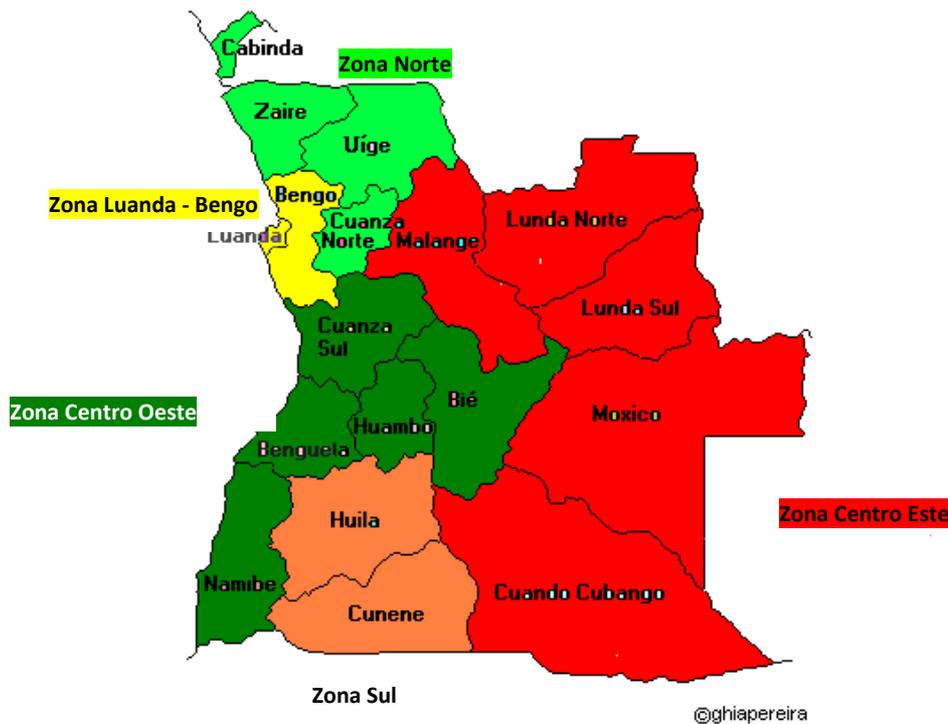
A segunda grande região é a Centro-Oeste, ocupando 20% da superfície total do território e apresentando uma diversidade de recursos naturais que lhe podem conferir

³² Quanto mais se investir em Luanda no domínio das infraestruturas maior será a atracção exercida sobre as populações do interior, piores serão as condições de vida dos cidadãos, maior a desertificação do “*hinterland*” e mais acentuadas tenderão a ser as desigualdades regionais. A criação de pólos urbanos alternativos a Luanda, como Viana, Caxito, Luanda Sul ou até mesmo Catete pode ser uma alternativa para 2025, de resto abordada na já citada Carta Estratégica de Luanda.

³³ O somatório das extensões territoriais contidas na Monografia de Angola, 2001, perfaz 1278305 quilómetros quadrados, contrariando a cifra oficial de 1246700 quilómetros quadrados.

algumas vantagens comparativas regionais no quadro dum desenvolvimento menos desequilibrado do país.

Regionalização de Angola



3.2.2.- Caracterização demográfica

Apesar de se considerar que em certos atributos as províncias apresentem vantagens naturais idênticas, a realidade regional é muito assimétrica em Angola. E a tendência tem sido para um agravamento, justificado pelas incidências do conflito militar, em especial sobre a desertificação humana do interior do país, e a localização das grandes obras de reconstrução/modernização das infraestruturas. A bolha imobiliária ocasionada pela existência duma procura interna de alto rendimento, pelo crescente volume de expatriados – no mínimo, 200000 em finais de 2008 e com um rendimento médio muito acima do PIB *per capita* angolano – e pelas necessidades habituais e normais de habitação acelerou a tendência de assimetria económica regional no país. Os movimentos migratórios internos continuam muito intensos, a concentração urbana acelerou-se, a preferência dos investimentos por Luanda, Benguela e Huíla domina as decisões empresariais e o processo de descentralização administrativa e financeira ainda é incipiente para provocar uma inversão fundamental e urgente sobre as rotas de circulação e instalação das aplicações privadas de capital.

A província de Luanda concentra em 0,18% de território 29,2% da população total (uma densidade média de 162 habitantes por quilómetro quadrado). É provável que o coeficiente geral de urbanização se tenha situado em 51% em 2007. Conjuntamente com o Bengo esta zona centraliza quase 31 % da população total estimada para o país em 2007.

O que se tem vindo a comprovar é uma crescente concentração populacional no litoral do país, ocorrendo um efeito sinérgico população/actividade económica que se reforça no sentido da desertificação do interior. As províncias de Luanda e de Benguela representavam, em 2007, praticamente 40% do total dos habitantes (30% em 2000), como resultado conjugado da aglomeração de mais de 87% do volume global de facturação e das dinâmicas de crescimento demográfico entre 2000 e 2007.

Luanda é, na verdade, o actual grande pólo de atracção demográfica, comprovando os valores dos indicadores esta característica: uma taxa média anual de crescimento populacional de 10,5%, um índice de concentração demográfica de 29,2% (19% em 2000) e a mais baixa taxa de desemprego (mais adiante o item emprego é tratado numa forma relativamente aprofundada)³⁴.

A arrumação do território pelas zonas/eixos considerados não revela nada de particular sobre as assimetrias regionais actuais. Mas a repartição da população segundo as áreas consideradas já aponta no sentido da macrocefalização do litoral e da desertificação do interior. As informações a este propósito estão no quadro seguinte.

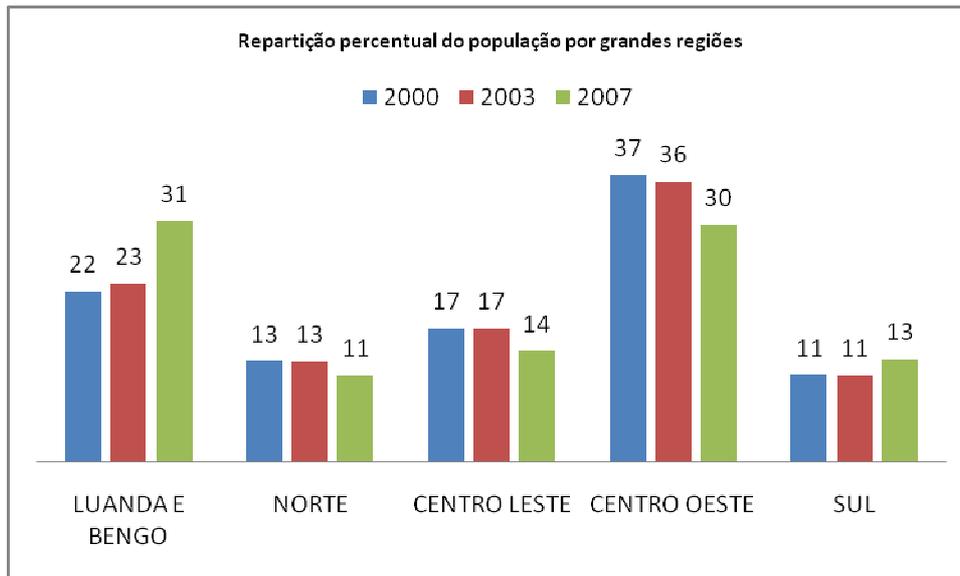
REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO PELAS GRANDES REGIÕES

Grandes regiões	Províncias	POPULAÇÃO		ESTRUTURA (%)		DENSIDADE	
		2000	2007	2000	2007	2000	2007
Luanda/Bengo	Luanda e Bengo	2876,3	5367,7	21,9	30,9	81,5	152,2
Norte	Cabinda, Zaire, Uíge, K. Norte	1707,4	1940,1	13,0	11,2	13,1	14,9
Centro-Leste	Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico, K. Kubango	2245,9	2488,5	17,1	14,3	3,4	3,7
Centro-Oeste	Huambo, Bié, Benguela, K. Sul, Namibe	4833,4	5284,1	36,8	30,4	19,3	21,1
Sul	Huíla e Cunene	1471,0	2305,2	11,2	13,3	9,1	14,2
ANGOLA		13134,0	17385,7	100,0	100,0	10,3	13,6

FONTES: Hélio Moura – Angola: Dinâmica Populacional, Trabalhos Preparatórios da Estratégia de Longo Prazo, Luanda, Janeiro de 2003. Monografia de Angola, Ministério do Planeamento, Novembro de 2001 e 2007. Recenseamento Eleitoral de 2007.

Contrariamente às expectativas, a paz acelerou, consideravelmente, as assimetrias demográficas no país. Até 2003 o conflito militar provocou uma deslocação populacional em direcção às cidades e que foi acelerada depois de terminada a guerra civil e de se terem registado os primeiros sinais da recuperação económica e de se terem lançado as primeiras obras públicas de reconstrução nacional. A litoralização destes empreendimentos atraiu as populações em direcção a estas regiões, sem sequer se ter registado um efeito significativo do regresso dos deslocados.

³⁴ O facto de esta província ser a mais rica do país exerce um efeito de atracção irreversível sobre a população, esperando, mesmo nas mais adversas situações, encontrar emprego.



FONTE: Cálculos do CEIC com base no Recenseamento Eleitoral de 2007.

Para além de se verificar uma alteração significativa na ocupação populacional relativa do espaço nacional, outras modificações são igualmente dignas de se assinalarem.

Na verdade:

- Há regiões perdedoras líquidas de população e outras ganhadoras líquidas de habitantes.
- Ocorreu e aparentemente continua a ocorrer uma desertificação humana do interior do país traduzível numa perda de 3 pontos percentuais e sete pontos percentuais na representação relativa das regiões do Centro-Leste e do Centro-Oeste respectivamente.
- O incremento exponencial da densidade demográfica na região Luanda/Bengo explica as actuais dificuldades da metrópole luandense numa série de itens económicos e sociais e que poderão ter consequências políticas a prazo.

Sabendo-se que a existência duma massa crítica de população é indispensável para a localização das actividades económicas³⁵, a diferença entre as densidades médias da zona económica industrial/comercial/financeira (Luanda e Bengo) e da zona Centro-Leste (onde estão os diamantes) de 41,1 vezes explica porque uma das actuais características do desenvolvimento regional em Angola é a da concentração das actividades privadas na zona da Grande Luanda. De resto, já o valor correspondente à sua densidade relativa³⁶ aponta para a verificação dum profundo desequilíbrio regional na distribuição da população, com a ocorrência de amplas extensões de território totalmente desertas (a zona restrita dos diamantes, a que corresponde quase 32% do território, é habitada por pouco mais de 8% da população total).

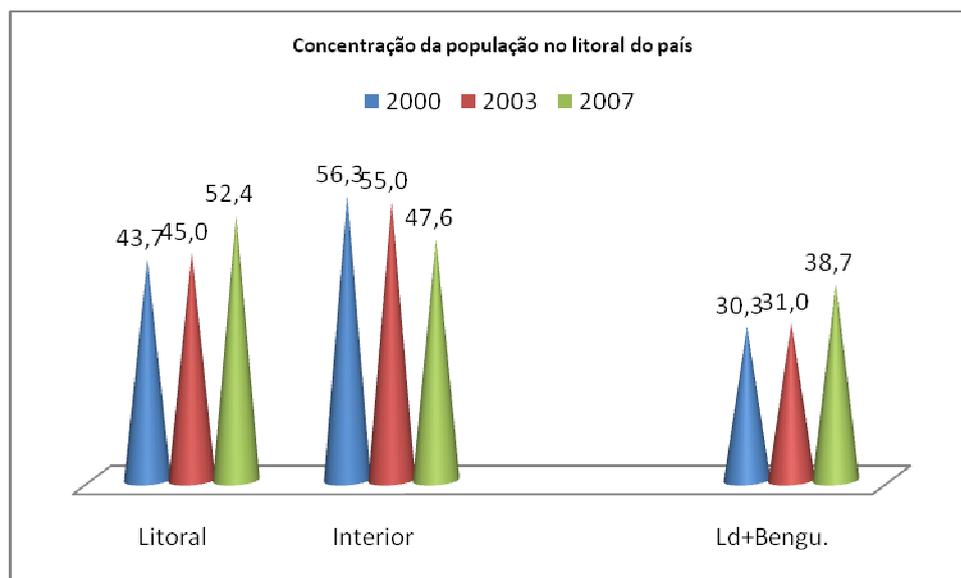
É patente a pressão demográfica sobre Luanda e região circundante de influência, onde a densidade demográfica não só é a maior (152 habitantes por quilómetro quadrado), mas sofreu um agravamento de 86,7% entre 2000 e 2007.

³⁵ Naturalmente que o poder de compra dessa população é outro elemento, porventura mais importante, para a localização do investimento privado. Mais adiante voltarei a este aspecto.

³⁶ Valores de 11,2 para a região Luanda/Bengo e 0,27 para a região Centro/Leste.

O eixo com maior margem de progressão em matéria populacional é o da região Centro/Leste, com apenas 14,3% da população total e uma densidade de menos de 4 habitantes por quilómetro quadrado. Numa estratégia de desenvolvimento regional equilibrado, a região dos diamantes do Centro/Leste poderia vir a ser uma das zonas de migração interna preferencial, atendendo, também, às suas comprovadas potencialidades agrícolas, pecuárias e comerciais (neste aspecto poderiam ser aproveitadas as intensas relações comerciais fronteiriças com a República Democrática do Congo através da constituição de fortes entrepostos comerciais).

Outro aspecto relevante, mas não desenvolvido neste trabalho com o mesmo detalhe do das regiões, refere-se aos desequilíbrios entre o litoral e o interior.



FONTE: Cálculos do CEIC, com base no Recenseamento Eleitoral de 2007.

3.2.3.- Recursos naturais³⁷

Como é do conhecimento geral, Angola dispõe de inúmeros recursos em diferentes sectores de actividade, sendo de destacar os agrícolas – em sentido amplo, onde se incluem os da pecuária e os florestais – os da pesca e os minerais. O quadro seguinte correlaciona, de forma sistematizada mas sintética, as zonas e eixos de desenvolvimento com as potencialidades económicas das províncias que os integram.

³⁷ Os recursos naturais e, particularmente, a sua homogeneidade foi um dos critérios em que se baseou a delimitação territorial do país em zonas. A repartição do valor de algumas das grandezas macroeconómicas, nomeadamente o Produto Interno Bruto, foi assim mais fácil, uma vez que se fez coincidir as Contas Nacionais sectoriais com algumas das zonas. No entanto, o caso de Malanje seguramente que no futuro deverá ser ajustado, quando a província passar a ser produtora registada de diamantes e de petróleo.

AS POTENCIALIDADES ECONÓMICAS DAS REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO

EIXOS E ZONAS DE DESENVOLVIMENTO	PROVÍNCIAS	RECURSOS NATURAIS
NORTE	Cabinda, Zaire, Uíge, Kwanza Norte e Zaire	Petróleo, madeira, milho, massangano, massambala, mandioca, batata, feijão, café, amendoim, pesca, madeira, fosfatos
CENTRO/LESTE	Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Kwando Kubango	Diamantes, algodão, oleaginosas, mandioca, batata doce e rena, feijão, amendoim, alguns citrinos, madeira, bonivicultura, hidroelectricidade de grande/pequena/média dimensão, ferro, manganês
CENTRO/OESTE	Kwanza Sul, Bié, Huambo, Benguela e Namibe	Café, madeira, ferro, manganês, granito e mármore, algodão, soja, palmeira de dendém, mandioca, girassol, batata, amendoim, feijão, hortícolas, banana, cana-de-açúcar, citrina, bonivicultura, madeira, ananás, manga
SUL	Huíla e Cunene	Milho, massango, massambala, soja, batata, feijão, palmeira de dendém, café, algodão, cana-de-açúcar, citrinos, pecuária de grande porte, pescas, banana, manga, hortícolas, ananás, amendoim, girassol, urânio, granito negro, mármore, hidroelectricidade de médio porte
LUANDA/BENGO	Luanda e Bengo	Indústria transformadora, refinaria, comércio, mandioca, banana, hortícolas, algodão, citrinos

FONTE: Monografia de Angola, Ministério do Planeamento, 2001, 2007 e 2009.

Pelas informações anteriores conclui-se que a base agrícola do país é bastante similar, apresentando todas as grandes regiões praticamente as mesmas aptidões para a produção de produtos agrícolas. As vantagens comparativas regionais deverão, portanto, estabelecer-se na base de outros factores mais específicos, tais como:

- os recursos minerais – mais focalizados;
- a capacidade hídrica;
- a maior proximidade dos futuros grandes eixos nacionais de transportes;
- o posicionamento geográfico-estratégico das províncias – por exemplo, Malanje e Huambo apresentam nítidas vantagens para desempenharem uma função de placas giratórias de fomento do desenvolvimento, a primeira entre Luanda, as Lundas e o Moxico e o Norte-Leste de Angola e a segunda província entre o litoral Centro- Sul e o Moxico e o Kuando Kubango;
- a disponibilidade de recursos humanos (para o que contribuem a densidade populacional, a capacidade de retenção de força de trabalho qualificada e especializada, a descentralização e o desenvolvimento do sistema de ensino técnico-profissional, superior e universitário e a valorização estratégica das tradições, enquanto factor de fixação da população e de ligação ao seu meio geográfico e cultural de origem³⁸);
- a capacidade política de mobilização dos governantes e dirigentes provinciais, traduzida na concessão de determinadas facilidades de instalação das actividades económicas privadas³⁹;

³⁸ Ver, a propósito, D. Manuel Nunes Gabriel, “Angola - Cinco Séculos de Cristianismo”, Literal-Sociedade Editora, Limitada, 1978, páginas 23 a 29.

³⁹ Num contexto futuro de descentralização financeira e administrativa, a aptidão política e a competência técnica dos governantes provinciais vai ser posta à prova, enquanto elemento de diferenciação e de preferência dos investidores privados. Se nesta descentralização administrativa for incluída a

- a comparticipação e o envolvimento da comunidade internacional, do que poderá resultar a criação de determinadas externalidades fundamentais para a actividade privada nacional⁴⁰;
- as preferências do investimento privado, em particular do investimento directo estrangeiro;
- a oferta de infraestruturas provinciais/regionais, que depende da capacidade de gestão dos programas de investimento público⁴¹ e da aptidão de promover as parcerias público-privadas.

Em conclusão, num contexto de desenvolvimento regional – mais ou menos equitativo – as vantagens competitivas internas dependerão dum extenso conjunto de factores bastante para lá dos recursos naturais. A maior ou menor habilidade de os gerir e pôr em prática marcará, futuramente, a diferença entre as províncias e regiões.

3.2.4.- Caracterização social

É muito mais difícil a caracterização das grandes regiões em que o país foi dividido do ponto de vista social, porquanto as lacunas estatísticas são nestas áreas mais importantes do que no domínio económico-produtivo. Ainda se aguardam os resultados do IBEP 2008⁴² e as informações relevantes quanto aos índices provinciais de pobreza continuam a referir-se a 2001/2002. Se um dos critérios de diferenciação social for o PIB por habitante – apesar de sintético e de não considerar as diferenças introduzidas pelas modalidades de repartição do rendimento e da riqueza, ainda é o que permite alguma aproximação às condições sociais –, então as desigualdades sociais são graves.

possibilidade de, dentro dum mesmo paradigma nacional e dos planos e estratégias globais, se elaborarem programas específicos de desenvolvimento provincial/regional – com recurso a crescentes montantes de fundos próprios – então a concorrência económico-institucional estará instalada e, por essa via, a oportunidade de tornar o desenvolvimento mais equitativo por todo o território nacional.

⁴⁰ O combate à pobreza reclamado por muitas agências internacionais em funções em Angola em áreas como a saúde, saneamento, género, habitação, ajuda alimentar de emergência, etc., contribuirá para se aumentarem os níveis de produtividade provincial/regional.

⁴¹ Bem geridos, estes programas podem gerar poupanças, as quais viabilizarão a construção de mais infraestruturas. São os conhecidos problemas da qualidade dos investimentos públicos – a sua aptidão de originar sinergias positivas com o sector privado produtivo e a oportunidade de satisfazer as necessidades sociais da população – da utilização de materiais de construção adequados e da transparência financeira (cumprimento das regras de “*procurement*”).

⁴² Inquérito às Condições Básicas de Vida da População, INE, 2008.

CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

GRANDES REGIÕES	Províncias	Índice de pobreza (%)	Esperança de vida (anos) ⁴³	Taxa de analfabetismo dos adultos(%) ⁴⁴	Índice de privação humana (%)
NORTE	Cabinda, Zaire, Kwanza Norte, Uíge	52,3	42,7	30,8	58,1
CENTRO/LESTE	Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e K. Kubango	39,0 ⁴⁵	41,7	61,1	68,2
CENTRO/OESTE	K. Sul, Bié, Huambo, Namibe Benguela	92,1	42,2	36,2	63,3
SUL	Huíla, Cunene	92,2	42,2	34,0	61,4
LUANDA/BENGO	Luanda e Bengo	49,1	43,7	25,6	52,9
ANGOLA	-	62,2	41,7	32,6	59,0

FONTES: INE, Inquérito às Despesas e Receitas Familiares 2000-2001. PNUD – Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano em Angola, 1997 e 2007/2008. Estimativas do autor.

NOTAS: o índice de pobreza é relativo aos agregados familiares; o valor do índice de pobreza para a zona dos diamantes – retirado dos apuramentos do Inquérito às Receitas e Despesas Familiares do INE – foi sempre contestado pelos Gabinetes de Plano das respectivas províncias, no sentido de o considerarem muito baixo.

É provável que alguns dos valores estimados para os indicadores sociais sejam diferentes se fossem referidos a 2007, atendendo a algumas melhorias registadas. No entanto, apesar de no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 2009 do PNUD Angola ter passado a integrar o grupo de países de desenvolvimento humano médio, continuam baixos os indicadores parcelares do IDH e a diferença de classificações entre o IDH e o PIB por habitante persistem em indicar que o crescimento económico não tem servido para melhorar as condições de vida da população carenciada, nem para tornar mais democrático e transparente o processo de acesso às oportunidades de trabalho e de negócio.

Por isso, as ilações permitidas pelos valores do quadro anterior não devem pecar por grande excesso de desactualização. Por exemplo:

- as zonas Centro/Oeste e Sul patenteiam valores relativos do índice de pobreza de 1,48, o que quer dizer que a pobreza nestas regiões se situa quase em 50% a mais do que em todo o território nacional, o que, evidentemente, é um forte “*handicap*” para o desenvolvimento, colocando-as em posição desvantajosa;
- a zona industrial-comercial-financeira de Luanda/Bengo apresenta um índice relativo de pobreza de 0,79, o que traduz um maior poder de compra da respectiva população e um atractivo para a localização das actividades económicas;

⁴³ Os valores referem-se ao período 1995/2005 e foram regionalizados na base dos parâmetros da pobreza.

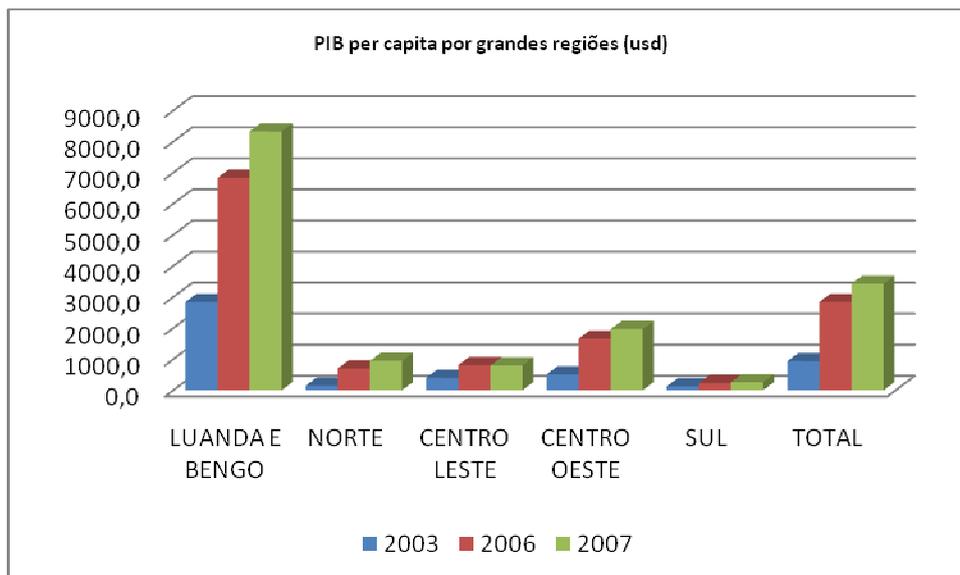
⁴⁴ Os valores referem-se a 1995/2005 e foram regionalizados tendo como referência os índices de pobreza de 2002 e as estimativas do comportamento da taxa de pobreza do CEIC.

⁴⁵ Acredita-se que o índice de pobreza desta região seja mais elevado. O valor considerado está influenciado pelo baixo valor da Lunda Norte determinado no IDR de 2001. De resto, não tem sentido a taxa de pobreza ser inferior à de Luanda, vistas as maiores oportunidades de emprego nesta região.

- as assimetrias sociais espaciais devem ser atribuídas, numa parte considerável, a diferenças na produtividade, nas taxas de actividade e nas taxas de emprego, como mais adiante se poderá comprovar.

Mas mais constatações se podem retirar:

- a zona sul é a mais fustigada por condições de vida extremas, traduzidas na pobreza e na privação humana;
- os eixos industrial-comercial e do petróleo são os de melhores indicadores sociais e de condições de alfabetização da população adulta;
- no centro-sul de Angola – a zona agro-industrial por excelência – prevalecem, igualmente, condições deficientes para o desenvolvimento económico;
- o paradoxo do petróleo está traduzido pelas elevadas taxas de pobreza, privação humana e de analfabetismo dos adultos que a correspondente zona apresenta. Como a força de trabalho é praticamente toda imigrada dos países das concessionárias estrangeiras e as necessidades em serviços petrolíferos especializados e em bens de consumo não duradouro satisfeitas pelo recurso sistemático e quase integral às importações, o exercício da actividade de extração do mineral não se encontra afectada pelas aviltantes condições sociais.



FONTE: Cálculos do CEIC.

3.2.5.- Caracterização da população economicamente activa

A distribuição espacial da população economicamente activa segue o mesmo padrão que o da população em geral. Um censo populacional seguramente que revelará outras tendências e situações, pois as migrações internas podem não afectar uniformemente todas as classes etárias. A província de Luanda constitui um interessante estudo de caso quanto à diversidade etária das migrações internas e consequente origem territorial. Ficou anteriormente sublinhada a circunstância de Luanda ter sido a região com o maior ganho líquido de população, justificado, na sua maior percentagem, pela imigração interna.

A repartição da população economicamente activa é um elemento com muito interesse para as políticas de regionalização do crescimento económico.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ACTIVA

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO	PROVÍNCIAS	POPULAÇÃO ACTIVA		EMPREGO PÚBLICO	
		2000	2007	2000	2007
Luanda/Bengo	Luanda e Bengo	1477835	2630175	61096	79452
Norte	Cabinda, Zaire, Kwanza Norte, Uíge	843564	950657	28358	37908
Centro/Leste	Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e K. Kubango	1110418	1219387	24184	36732
Centro/Oeste	K. Sul, Bié, Huambo, Namibe Benguela	2370810	2589232	64079	102175
Sul	Huíla, Cunene	666400	1129544	22904	35730
ANGOLA	-	6469027	8518995	200621	291997

36

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO	EMPREGO EMPRESARIAL		EMPREGO AGRÍCOLA		EMPREGO TOTAL		TAXA DE DESEMPREGO	
	2000	2007	2000	2007	2000	2007	2000	2007
Luanda/Bengo	67912	534065	753696	1551803	882704	2165320	40,3	17,7
Norte	21920	25754	430218	560888	480496	624550	43,0	34,3
Centro/Leste	13897	19684	566313	719438	604394	775854	45,6	36,4
Centro/Oeste	111988	94190	1209113	1527647	1385180	1724012	41,6	33,4
Sul	34919	23676	339864	666431	397687	725837	40,3	35,7
ANGOLA	250636	697368	3299204	5026207	3750461	6015573	42,0	29,4

FONTE: Hélio Moura – Angola: Dinâmica Populacional. Monografia de Angola. Gabinete de Estudos e Planeamento do MAPESS. Recenseamento Eleitoral de 2007. Estimativas do autor.

A segmentação da população economicamente activa nos seus elementos mais importantes – emprego na função pública, emprego na agricultura, emprego empresarial e desemprego – revela alguns aspectos curiosos.

Desde logo, convém esclarecer que o emprego no sector agrícola – na sua compreensão mais vasta – contempla, igualmente, o emprego informal, só deste modo se compreendendo o elevado número de empregados agrícolas em Luanda, região sem grandes tradições nesta actividade. A proporção de informalidade associada à agricultura noutras regiões deve ser muito inferior à de Luanda.

A desconcentração dos efectivos da Função Pública – uma realidade ao compararem-se as cifras de 2000 e 2007 – não foi um factor de retenção da população activa nas províncias do interior. A prestação de serviços públicos noutras zonas do país não foi suficiente, em quantidade e qualidade, para aliciar os investidores privados a não procurarem Luanda.

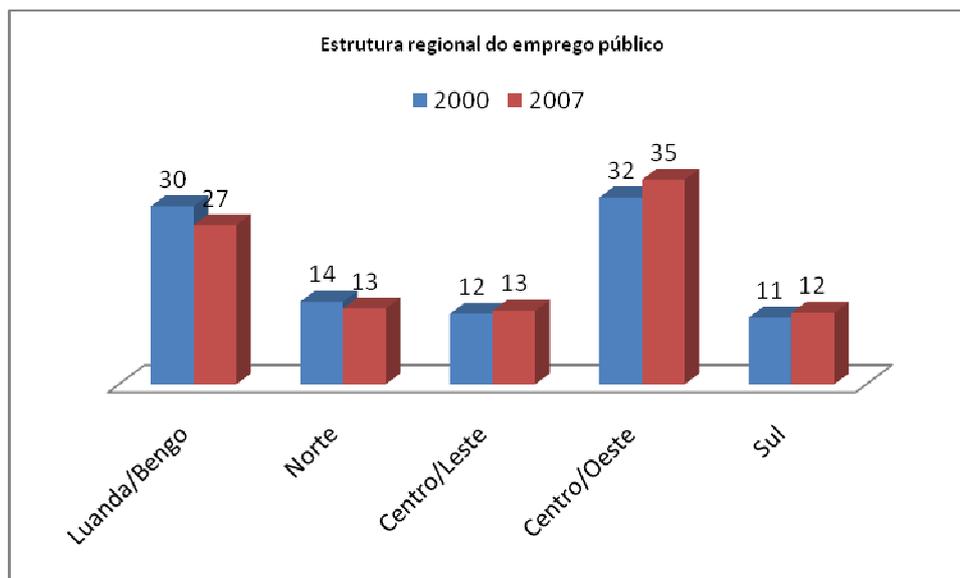
De um incremento de 91376 empregos na Administração do Estado entre 2000 e 2007, a região Centro/Oeste foi a mais beneficiada, com uma representatividade de 41,7%, em especial a província de Benguela com um coeficiente de absorção de 10,8%. A região Centro/Oeste detém uma participação relativa de 35%, correspondente a uma variação de 3 pontos percentuais no período em referência. De assinalar que Huambo e Bié foram, do mesmo modo, beneficiados com incrementos substanciais de emprego público.

Não obstante, o eixo Luanda Bengo, que registou uma perda de importância relativa entre 2000 e 2007 no quantitativo de funcionários públicos, ainda subscreveu 20,1% do total do incremento registado.

Ou seja e a despeito duma ténue tendência de descentralização do emprego na Administração Pública, Luanda/Bengo continua a ser uma região de criação forte de novos postos de trabalho público.

A comprová-lo está a posição das restantes regiões, onde a região Sul não chegou a aumentar um ponto percentual, o Centro/Leste manteve a sua participação relativa em 7 anos e a região Norte viu-a diminuída em praticamente um ponto percentual.

Aparentemente, as transformações estruturais no emprego público parecem assinalar o surgimento duma outra assimetria, entre o litoral e o interior, à qual mais adiante me referirei, embora não constitua um motivo particular desta pesquisa e por enquanto as divisões e desigualdades entre as regiões definidas são, na verdade, o escopo essencial.



FONTE: Cálculos do CEIC.

Quanto ao emprego empresarial – cujas informações são oficiais e retiradas do REMPE do INE – o domínio do eixo Luanda/Bengo é avassalador, respondendo por praticamente 77% do volume total em 2007. E a dinâmica de aumento desta capacidade de criação de emprego directamente produtivo tem sido exponencial, com uma taxa de variação média anual de 16%. No mesmo período, a taxa anual média de crescimento do PIB foi de 12%, sendo, portanto, clara a correlação entre crescimento da economia luandense e o aumento do emprego. Do mesmo modo se verifica que os processos produtivos utilizados têm-se, por enquanto, caracterizado por uma maior intensidade de trabalho.

A análise dos valores relativos ao emprego empresarial aponta no sentido de ter sido a região Luanda/Bengo a principal ganhadora no processo de criação de novos postos de trabalho entre 2000 e 2007⁴⁶. De um volume total de 446732 novos empregos, a região de Luanda absorveu 466153, o que só foi possível por ter havido perda de emprego empresarial nas regiões Centro/Oeste (-17798) e Sul (-11243). Os ganhos averbados nas regiões Centro/Leste e Norte foram de pequena monta.

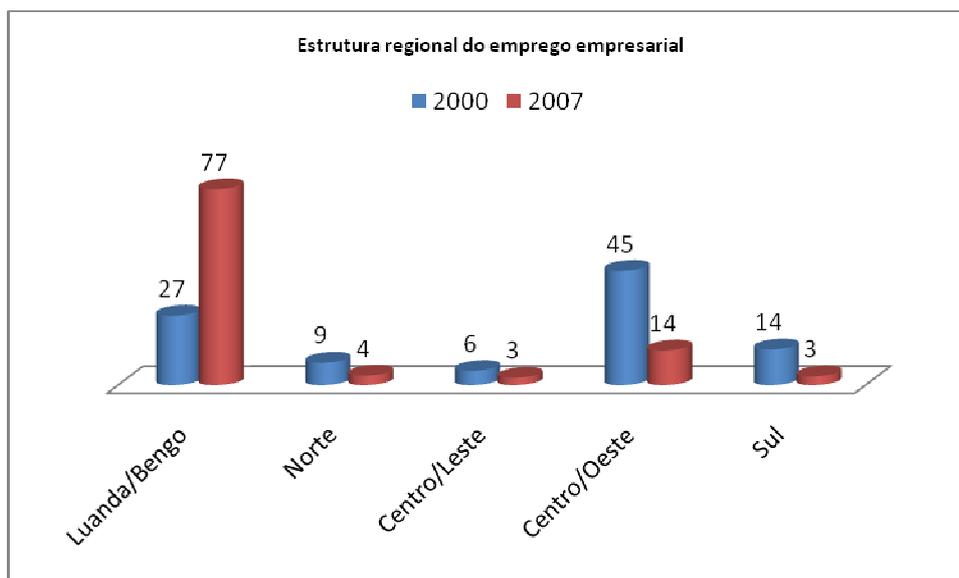
As informações disponíveis (REMPE, INE) revelam que em 2000 o emprego empresarial se concentrava na região Centro/Oeste e que depois da paz se observou uma

⁴⁶ Os quantitativos de emprego empresarial fornecidos pelo REMPE diferem, significativamente, dos proporcionados pelo Governo nos relatórios de Execução dos Planos Nacionais. Por exemplo, em 2006, o REMPE computou um emprego empresarial de 434671, enquanto o Governo estimava um quantitativo de 599705. Evidentemente, que estas diferenças se repercutiriam nas taxas de desemprego se não tivesse sido feita a necessária correcção.

alteração estrutural a favor de Luanda⁴⁷. O incremento registado no emprego empresarial foi de 178%, com a região Luanda/Bengo a crescer 686,4%.

A conclusão vai, portanto, no sentido da enorme capacidade de atracção de Luanda/Bengo, provocando desequilíbrios espaciais provavelmente irreversíveis no futuro. O interior do país vai ter muita dificuldade em se adaptar a esta dinâmica de transferência de PIB para Luanda/Bengo, não sendo os sinais de deslocalização para Benguela/Lobito propriamente animadores para o médio prazo. Correm-se riscos sérios de estruturalizar os desequilíbrios espaciais, uma vez que a diversificação da economia e das exportações requer custos baixos de produção, mais propícios de se conseguirem nas regiões onde as externalidades e as economias de escala sejam mais significativas.

Eis um excelente domínio para se discutir o papel do Estado na correcção das assimetrias sem provocar danos colaterais sobre a competitividade e a produtividade geral da economia.



FONTE: Cálculos do CEIC.

O emprego agrícola, conforme se sublinhou anteriormente, é o que mais dúvidas suscita, não sendo dissociável do emprego informal em certas províncias⁴⁸. A região Centro/Oeste tem sido a mais propícia à criação de emprego agrícola, atendendo às suas características próprias nesta matéria, tendo melhorado a sua aptidão de geração de novos postos de trabalho entre 2000 e 2007, embora com um declínio na respectiva importância relativa⁴⁹.

As regiões Norte, Centro/Leste e Centro/Oeste perderam relevância relativa neste item de emprego, a favor do Sul e de Luanda/Bengo.

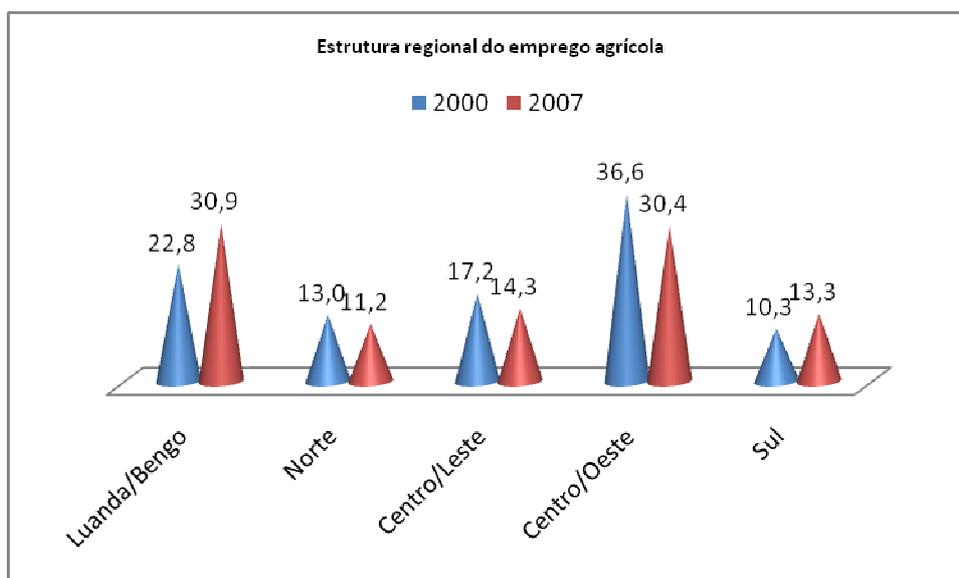
Em comparação com o emprego empresarial, o emprego agrícola cresceu apenas 52,3% no período considerado, fruto, afinal da menor importância relativa do sector

⁴⁷ De resto, neste ano o emprego empresarial representou apenas 6,6% do emprego total. Já em 2007, esta percentagem subiu para 11,6%.

⁴⁸ As cifras do Governo são de, respectivamente, para 2006 e 2007, 4781352 e 5285802. As estimativas do presente estudo são de, para os mesmos anos, 4884555 e 5026207. O parâmetro utilizado foi o da percentagem de população rural.

⁴⁹ Conforme se referiu mais atrás, a situação de Luanda neste item – a que mais emprego agrícola tem criado – é duvidosa, sendo, por isso, que se argumentou com o emprego informal. Luanda é, provavelmente, a região com o mais elevado índice de informalidade do país, não apenas no emprego, como nas actividades económicas.

agrícola no contexto económico nacional. As taxas regionais de variação do emprego agrícola foram: Luanda/Bengo 105,9%, Norte 30,4%, Centro/Leste 27%, Centro/Oeste 26,3% e Sul 96,1%.



FONTE: Cálculos do CEIC.

Do ponto de vista do desemprego, a situação é, no geral, muito preocupante, revelando a economia nacional uma incapacidade estrutural para dar uma ocupação economicamente rentável e socialmente digna a quase 30% da sua população em idade activa⁵⁰. Com excepção de Luanda, todas as outras regiões apresentam uma capacidade reduzida de criar emprego significativo. As regiões menos capazes de empregar a sua população activa são o Centro/Leste e o Sul, que patenteiam as mais elevadas taxas de desemprego do país.

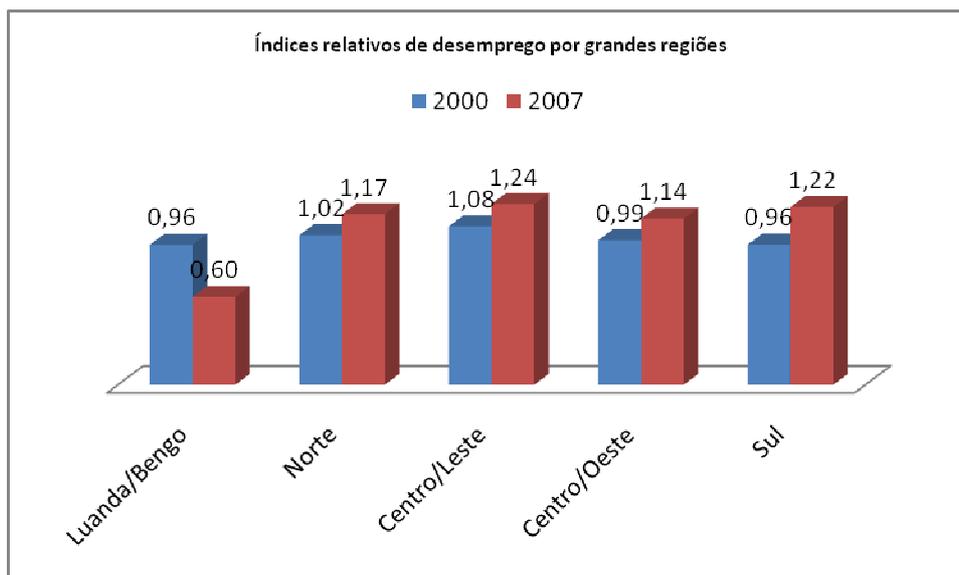
Uma comparação entre as taxas regionais de desemprego permite aproximações interessantes. Por exemplo, a região Centro/Leste – com um índice relativo de desemprego de 1,24 em 2007 – apresenta-se como a zona com maiores problemas no processo de geração de emprego⁵¹. As zonas menos afectadas são a industrial-comercial-financeira de Luanda/Bengo e a do petróleo (Cabinda e Zaire), com índices relativos de desemprego de, respectivamente, 0,96 e 0,93 igualmente em 2000⁵².

Em 2007, a situação agravou-se para todos os eixos do país, com excepção do de Luanda/Bengo, a zona que maiores oportunidades de emprego criou durante o período, sendo, por conseguinte, a macrocefalia de Luanda explicada, também, pela sua maior capacidade de geração de trabalho e renda.

⁵⁰ É uma situação comparativamente desfavorável no contexto da SADC, onde a taxa de desemprego apresenta níveis bem menos elevados. A excepção parece ser a África do Sul, com um valor estimado entre 31% e 41,8%, consoante a definição de desemprego seja mais estreita (estatísticas oficiais) ou mais larga (estatísticas não oficiais e estimativas de investigadores, sindicalistas e outras organizações não governamentais). Apesar de nos últimos 10 anos a taxa de crescimento real do PIB se ter situado entre 4% e 5% ao ano, o desemprego semi-qualificado e não qualificado não cessou de aumentar, situando-se em redor dos 30%. Para mais informações e pormenores consultar: Anna Mccord, Public Works Programmes, New Agenda (South African Journal of Social and Economic Policy) Fourth Quarter, 2003.

⁵¹ O índice de desemprego é um valor relativo entre a taxa de desemprego regional e a taxa de desemprego nacional e revela em quanto o desemprego regional excede o desemprego nacional.

⁵² Fica por explicar a baixa taxa de desemprego da zona do petróleo em comparação com outras do país.



FONTE: Cálculos do CEIC.

O quadro seguinte sintetiza a análise elaborada anteriormente e permite concluir que, dum modo geral, a região que mais beneficiou com a paz foi Luanda, o que contribuiu em muito pouco para a harmonização do espaço e a reconciliação nacional⁵³.

ESTRUTURA DO EMPREGO POR REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO	EMPREGO PÚBLICO		EMPREGO EMPRESARIAL		EMPREGO AGRÍCOLA		EMPREGO TOTAL	
	2000	2007	2000	2007	2000	2007	2000	2007
Luanda/Bengo	30,5	27,2	27,1	76,6	22,8	30,9	23,5	36,0
Norte	14,1	13,0	8,7	3,7	13,0	11,2	12,8	10,4
Centro/Leste	12,1	12,6	5,5	2,8	17,2	14,3	16,1	12,9
Centro/Oeste	31,9	35,0	44,7	13,5	36,6	30,4	36,9	28,7
Sul	11,4	12,2	13,9	3,4	10,3	13,3	10,6	12,1
ANGOLA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Cálculos do CEIC.

3.2.6.- Caracterização económica

É no domínio da economia que as assimetrias regionais se apresentam mais agressivas, injustas e desigualitárias.

Com efeito, cerca de 55% de todas as empresas e estabelecimentos em actividade encontravam-se em Luanda em 2007, cifra que sobe para 68,3% ao juntarem-se as províncias de Benguela e Kwanza Sul.

Igualmente preocupante é a dinâmica de desconcentração da actividade económica, não se tendo registado, no período em estudo, sinais de alterações sustentáveis da estrutura regional de localização empresarial, permanecendo a região Centro-Leste como a mais deprimida do país.

⁵³ No entanto e do ponto de vista da reconciliação nacional, Luanda é, actualmente, um verdadeiro *melting pot*, onde se entrecruzam diferentes culturas angolanas e se aglutinam hábitos e costumes representativos de todas as parcelas do território. Deste ponto de vista, Luanda pode ser considerada a síntese da reconciliação. Se fosse mais igualitária – menos pobreza, mais acesso à habitação, educação, saúde e saneamento, menos condomínios de luxo, maior equilíbrio no acesso ao emprego e às oportunidades de negócio –, poderia ser considerada um *case study*, do duplo ponto de vista económico e político.

3.2.6.1.- Caracterização geral

Reconhecidamente comprovado o processo de recuperação económica e de ajustamento macroeconómico depois de 2002, resultado de factores internos (paz e melhoria da capacidade de gestão institucional) e de factores externos, como o excelente comportamento da economia mundial associado a preços altos do petróleo e a entrada da China como parceiro económico e financeiro de Angola. Os acordos financeiros estabelecidos com a República Popular da China foram a resposta política do Governo à recusa das economias ocidentais mais desenvolvidas em participarem numa conferência internacional de doadores para ajudar Angola na reconstrução pós-conflito e têm desempenhado um papel crucial na reabilitação e construção de infraestruturas físicas indispensáveis ao crescimento económico e à melhoria das condições sociais da população⁵⁴.

Em Angola, nos últimos 10 anos, a chamada contabilidade do crescimento económico – coincidente com a análise das componentes do crescimento do ângulo da procura agregada da economia – foi amplamente favorável às componentes externas do Produto Interno Bruto, tais como o investimento privado estrangeiro no petróleo e nos diamantes e as exportações dos correspondentes produtos. Esta estrutura assimétrica nas duas mais importantes variáveis do crescimento económico do nosso país consequencializa resultados perversos, tais como a extroversão, a transferência duma importante percentagem de renda para o exterior⁵⁵, a dependência do comportamento dos mercados mundiais (preços e procura) e, talvez o mais importante efeito das economias rendeiiras, a doença holandesa, que deprime o resto da economia e piora as condições gerais de vida das populações. As exportações de petróleo angolano representaram 97% das exportações totais em 2008 – um agravamento face a 2007, em que o petróleo acomodou 94% do total das vendas ao exterior – e as restantes, onde se incluem as de diamantes, quedaram-se por uns meros 2,5%. Uma cifra de 97% de concentração expressa bem a dimensão da dependência externa e a extensão da doença holandesa no nosso país. Com efeito:

- as maiores dinâmicas de crescimento nos últimos 10 anos pertenceram aos sectores de enclave, com taxas tendenciais de crescimento de 12,4% entre 2000 e 2008 e de 16,8% entre 2004 e 2008 para o petróleo e de 12,8%, entre 2000 e 2008, para a extracção de diamantes;
- as maiores contribuições para o crescimento, nesse mesmo período, pertencem ao petróleo, com 11,4% em 2007 e 7,1% em 2008; as contribuições da agricultura (2,2% e 0,16%, para os mesmos anos) e da indústria transformadora (1,7% e 0,74%, respectivamente, para 2007 e 2008) mostram que ainda se está bem longe duma estrutura diversificada da economia nacional;
- o peso do petróleo agravou-se em 2008 (57,6% do PIB), face a 2007 (55,8%);

⁵⁴ O CEIC foi das primeiras instituições angolanas a saudar esta aproximação Angola-China e a analisar os efeitos económicos desta nova política de cooperação económica. Os Relatórios Económicos de 2003 e 2004 apresentam análises interessantes desta problemática.

⁵⁵ Só em 2008 as transferências para o exterior a título de lucros, dividendos, juros e salários – os conhecidos rendimentos factoriais – ascenderam a 12718,6 milhões de dólares, 15% do PIB. Uma sangria que ocorre em cada ano de actividade económica. Só a título de rendimentos do trabalho – pagamento dos expatriados – a economia nacional despendeu 673 milhões de dólares.

- as exportações de petróleo têm sistematicamente crescido a taxas médias anuais em torno dos 12%, confirmando a excelente conjuntura internacional do crude.

As linhas tendenciais do crescimento económico mantêm-se firmes, saindo reforçadas com a taxa de variação do PIB registada em 2007 (cerca de 20,9% ao custo de factores).

Com efeito e de acordo com as informações relativas aos últimos anos – depois de 2002 – a taxa tendencial de crescimento tem vindo a aumentar, colocando-se no período 2002-2008 em 15,5%, a mais elevada da região subsariana do continente africano e uma das mais elevadas do mundo (para o período considerado).

LINHAS TENDENCIAIS DO CRESCIMENTO ECONÓMICO ANGOLANO

	1980 - 2002	1980 - 2004	1980 - 2005	1980 - 2006	1980 - 2007	1980 - 08	2002 - 06	2002 - 07	2002 - 08
Taxa tendencia l	2,1	2,6	3,4	4,0	4,5	4,8	14,8	15,8	15,5

FONTES: Relatórios de Balanço de Execução do PGG de 2005, 2006 e 2007. African Development Indicators, World Bank, 2005. World Economic Prospects 2008, World Bank. Estimativas do CEIC.

O dualismo sectorial da economia nacional também se repercute ao nível regional, onde o eixo do petróleo – Cabinda e Zaire – gerou, em 2000, 5,6 mil milhões de dólares de produto interno bruto e em 2007, 33173,3 milhões de dólares. Se a este eixo se juntar o dos diamantes – com um fluxo da ordem dos mil milhões de dólares – conclui-se que cerca de 71% da actividade económica nacional se concentra em 5 províncias com 12% da população total. A alteração deste estado de coisas tem de ser objecto de políticas económicas específicas que levem a uma desconcentração e a uma melhor espacialização da actividade económica.

A questão está em entender se todo este crescimento económico agravou ou não as assimetrias regionais e os desníveis de condições sociais de vida entre, por exemplo, os lundas e os luandenses. O crescimento tem de ser a condição natural das economias e dos países e o equilíbrio na distribuição regional do rendimento nacional uma responsabilidade das políticas públicas e, também, das estratégias empresariais (responsabilidade social das empresas). Desigualdades económicas, pobreza e assimetrias constituir-se-ão, mais tarde ou mais cedo, em limites do crescimento económico global dos países.

3.2.6.2.- Empresas e estabelecimentos por regiões

Segundo as estatísticas do REMPE a actividade económica no país, utilizando-se o indicador número de empresas e estabelecimentos, tem vindo a aumentar a um ritmo médio anual de 8,3% entre 2003 e 2007. Dum total de 18600 unidades empresariais em 2003, o país dispunha em 2007 de 25548 estabelecimentos.

A abordagem deste item numa perspectiva regional pode ser feita de duas maneiras: ou olhando a estrutura regional vertical do universo empresarial, cuja leitura vai no sentido do peso relativo de cada sector de actividade no cômputo geral da região, ou analisando a estrutura regional vertical, de acordo com a qual se tem uma percepção cruzada do peso relativo nacional de cada sector de actividade regional.

ESTRUTURA EMPRESARIAL REGIONAL VERTICAL

SECTORES DE ACTIVIDADE	Luanda/Bengo		Norte		Centro/Leste		Centro/Oeste		Sul	
	2003	2007	2003	2007	2003	2007	2003	2007	2003	2007
Agricultura Pescas	1,19	1,59	2,83	3,81	4,16	5,69	14,40	13,36	3,30	3,61
Extractiva	0,36	0,72	0,18	0,18	0,08	0,00	0,21	0,20	0,15	0,00
Trnsformadora	9,61	8,17	17,06	14,27	9,02	7,69	12,23	10,62	14,11	12,79
Energia e Água	0,37	0,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,08	0,08	0,00
Construção	1,79	3,48	2,18	2,23	0,39	0,82	1,34	2,64	1,61	2,96
Serviços mercantis	81,22	80,90	73,85	75,98	84,27	83,85	69,90	71,32	78,76	78,57
Outras actividades	5,45	4,79	3,90	3,57	2,08	1,95	1,84	1,78	1,99	2,07
TOTAL	100,0									

FONTE: INE, REMPE.

Os valores acima mostram alguns aspectos interessantes:

- a actividade de extracção mineral não tem expressão em termos de número de empresas no cômputo nacional, embora a sua participação em termos de rendimentos seja arrasadora;
- em todas as regiões a actividade predominante é exercida no domínio dos serviços mercantis: comércio, reparação de veículos, hotelaria e restauração, transportes, armazenagem e comunicações, actividades financeiras e imobiliárias, serviços de educação e saúde privados, podendo-se, portanto, afirmar que neste aspecto as regiões e as províncias se equivalem;
- no entanto, dentro dos serviços mercantis há diferenças assinaláveis; por exemplo, as actividades financeiras e imobiliárias são bastante representativas em Luanda, não o sendo nas restantes províncias;
- confirma-se o que se afirmou sobre a não vocação agrícola de Luanda quando se analisou o emprego agrícola; de facto, quer em 2003, quer em 2007, as empresas agrícolas não chegaram a representar 2% do total do universo empresarial da região Luanda/Bengo;
- a relevância do sector agrícola aparece nas regiões Centro/Oeste e Centro/Leste;
- entre 2003 e 2007, o peso das empresas agrícolas no cômputo provincial baixou nas regiões do Centro/Leste e do Centro/Oeste;
- a percentagem de empresas que se dedicam às actividades de transformação é relevante, praticamente, em todas as regiões definidas; porém, uma observação mais fina permite estabelecer diferenças significativas entre as mesmas; na verdade, as verdadeiras fábricas de transformação industrial estão concentradas no eixo do litoral Luanda/Kwanza Sul/Benguela, sendo as do interior de transformação rudimentar e mesmo primária;
- ainda na manufactura é curioso assinalar-se um decréscimo do peso relativo das empresas no universo empresarial de cada região, mostrando, aparentemente, uma alteração nas preferências dos empresários por outro tipo de actividades, como a construção (na região Luanda/Bengo o peso relativo quase

duplicou de 2003 para 2007 e na região Centro/Oeste ocorreu uma variação relativa de mais de 97%).

A abordagem horizontal da localização regional da actividade empresarial fornece informações diferentes e mais comparáveis com a discussão sobre as assimetrias regionais.

ESTRUTURA EMPRESARIAL REGIONAL HORIZONTAL

SECTORES DE ACTIVIDADE	Luanda/Bengo		Norte		Centro/Leste		Centro/Oeste		Sul	
	2003	2007	2003	2007	2003	2007	2003	2007	2003	2007
Agricultura, Pescas	15,0	18,8	5,8	7,1	6,5	9,9	67,4	59,6	5,2	4,6
Extractiva	73,1	87,5	5,8	3,5	1,9	0,0	15,4	9,0	3,8	0,0
Transformadora	48,5	48,2	14,0	13,2	5,7	6,7	22,9	23,7	8,9	8,1
Energia e Água	90,7	92,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,0	8,0	2,3	0,0
Construção	61,9	66,1	12,3	6,6	1,7	2,3	17,2	18,9	7,0	6,1
Serviços mercantis	58,3	57,5	8,6	8,5	7,5	8,8	18,6	19,2	7,1	6,0
Outras actividades	75,0	73,4	8,7	8,5	3,6	4,4	9,4	10,3	3,4	3,4
TOTAL	56,1	55,9	9,1	8,8	7,0	8,2	20,8	21,1	7,0	6,0

FONTE: INE, REMPE.

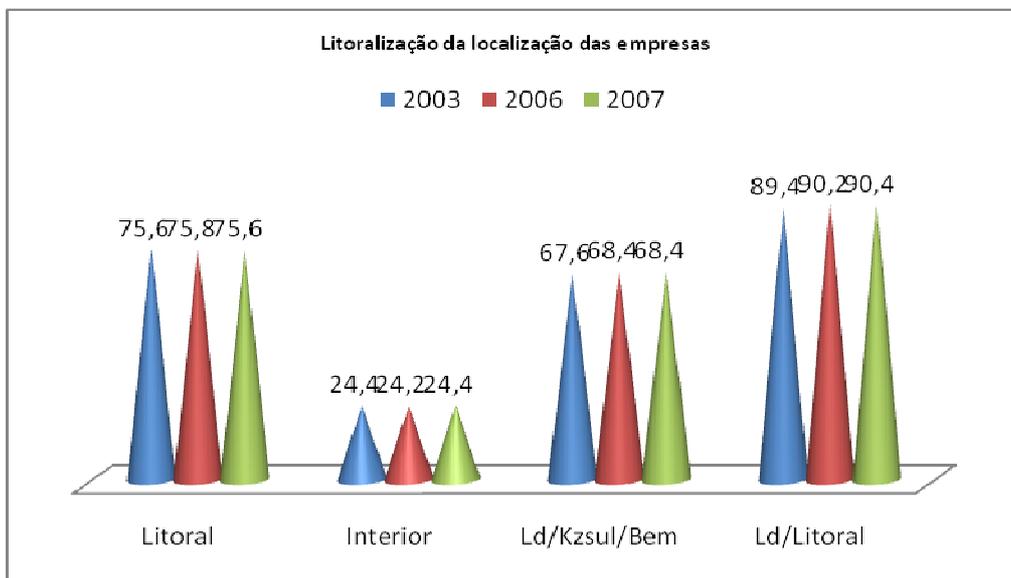
Ainda que o item em referência não detenha senão uma relevância relativa na análise das desigualdades regionais, no entanto, fornece já sinais claros sobre a distribuição assimptótica da actividade económica no país. Deste modo, são visíveis as desigualdades seguintes:

- Em quatro sectores de actividade, o eixo Luanda/Bengo detém uma representatividade acima dos 60%.
- Na indústria extractiva, a preponderância de Luanda acentuou-se de 2003 para 2007, localizando-se aqui mais de 87% das empresas mineiras do país. Seguramente que tal situação se deve ao facto de as sedes das companhias petrolíferas, diamantíferas e de exploração de outros minérios estarem em Luanda, ainda que a actividade produtiva propriamente dita se localize em outras províncias (Cabinda, Zaire, Lundas e Moxico)⁵⁶.
- As empresas transformadoras estão concentradas em Luanda/Bengo (48%) e Centro/Oeste (24%), perfazendo, em conjunto, quase $\frac{3}{4}$ do total nacional.
- A zona de eleição das empresas agrícolas é a Centro/Oeste com 60% do total, sobressaindo o Kwanza Sul (369 empresas em 2007) e a alguma distância, Benguela, com um registo de 151 empresas⁵⁷.
- Luanda/Bengo manteve, em 2007, a sua posição relativa de região preferida de localização empresarial, com 56% de todas as unidades em actividade.
- Apresentam-se indicações, de 2003 para 2007, duma litoralização das actividades económicas, com o eixo Luanda,

⁵⁶ Num estudo como este tem importância este facto, porque a imputação regional do PIB deveria ser feita à região onde se realiza e não a outras onde a contabilidade é feita. No entanto, a metodologia seguida foi a da localização das sedes das companhias.

⁵⁷ Ver-se-á mais adiante que a província do Kwanza Sul apresentou no período em estudo sinais claros de poder competir com o Huambo na disputa de alguns sectores económicos. Benguela (eixo Lobito/Benguela) é, claramente, a segunda zona económica de Angola, a uma distância relevante do Huambo e da Huíla.

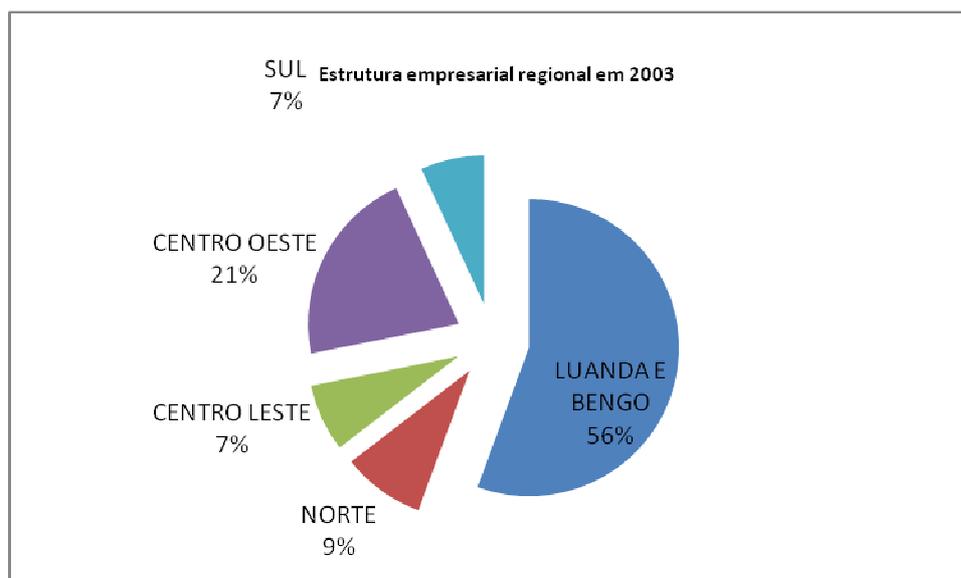
Kwanza Sul e Benguela a concentrar 68,4% de todas as unidades empresariais em actividade em 2007 (contra 68,1% em 2003). O gráfico seguinte é ilustrativo, devendo chamar-se a atenção para o domínio de Luanda/Benguela/Kwanza Sul na estrutura empresarial do litoral.



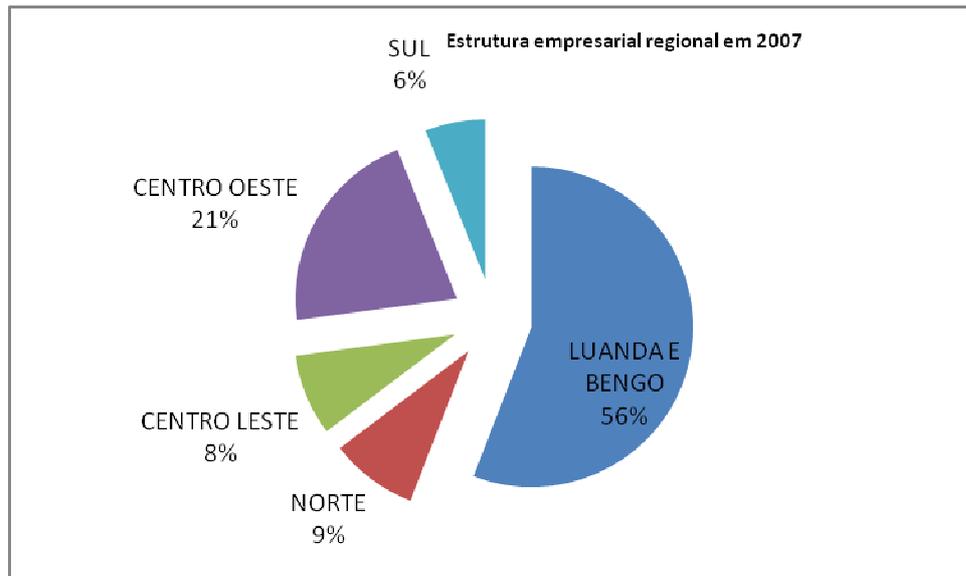
FONTE: INE, REMPE.

Verifica-se que, mesmo adentro da região litorana, o eixo Luanda/Kwanza Sul/Benguela absorve 90% das empresas em funcionamento em 2007, significando a existência, também neste espaço, de assimetrias importantes na localização – e consequente repartição – do crescimento económico.

Em termos gerais a estrutura empresarial regional manteve-se estável de 2003 para 2007, ou seja, as políticas económicas levadas a efeito não alteraram o sentido das preferências regionais dos empresários.



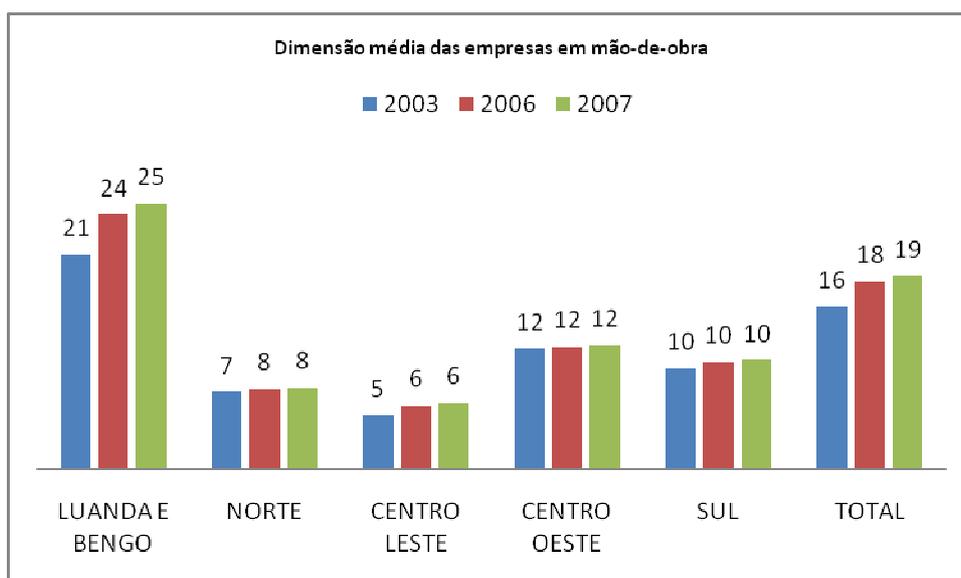
FONTE: CEIC, Departamento de Estudos Económicos, com base no REMPE do INE.



FONTE: CEIC, Departamento de Estudos Económicos, com base no REMPE do INE.

Não obstante as diferenças apontadas até aqui, as províncias equivalem-se num atributo: os sistemas empresariais regionais são constituídos, na generalidade, por pequenas empresas, cuja dimensão média é de 16 a 19 trabalhadores, não se tendo notado movimentos significativos de mudanças estruturais tendentes ao aparecimento de empresas de média/grande e de grande dimensão, talvez devido ao reduzido tamanho demográfico e económico dos mercados regionais. As necessidades que os mercados afastados de Luanda reclamam podem ser satisfeitas por empresas familiares e de pequena dimensão.

Acresce o tipo de actividade económica dominante nos sistemas empresariais regionais e nacionais: são os pequenos negócios exercidos na área de serviços os dominantes (comércio, oficinas de reparação, hotéis, restaurantes, transporte, armazenagem, construção familiar, serviços de educação e saúde privados, etc.) e que podem ser executados por um grupo pequeno de trabalhadores, na maior parte dos casos familiares ou amigos.



FONTE: CEIC, Departamento de Estudos Económicos, com base no REMPE do INE.

Com efeito, independentemente da região considerada, a actividade genérica de prestação de serviços responde por mais de 50% do total de empresas e do volume de negócios.

3.2.6.3.- Facturação por sectores e regiões

O volume de facturação – por províncias e por sectores que o REMPE apresenta – pode ser considerado como uma *proxy* do PIB, sendo, portanto, mas com as devidas cautelas, possível tentar-se a regionalização do valor acrescentado nacional.

No entanto, existem diferenças entre os valores do REMPE e os dados macroeconómicos oficiais que devem ser tidas em consideração na tentativa de regionalização do Rendimento Nacional de Angola.

Na verdade, para os anos em análise:

COMPARAÇÃO ENTRE FACTURAÇÃO E PIB
(milhões de dólares)

	2003	2006	2007
TOTAL DA FACTURAÇÃO (REMPE)	6971,4	9238,2	10564,5
PIB	13513,2	41843,5	59437,3
PIB agrícola	1136,5	3719,2	4765,7
PIB petrolífero	6673,4	26736,1	33173,3
PIB não petrolífero	6839,8	15107,4	26264,0
Facturação+PIB agrícola+PIB petrolífero	14781,3	39693,5	48503,5

FONTE: Cálculos do CEIC.

Verifica-se que, em média, a facturação representa cerca de 23% do Produto Interno Bruto, donde se ter de concluir que os valores inquiridos pelo INE não incluem o grosso dos sectores petrolífero e diamantífero. Já em relação ao PIB não petrolífero a representatividade da facturação melhora consideravelmente, estabelecendo-se em redor dos 56%.

Admitindo-se que o número de empresas agrícolas em actividade incluídas no REMPE não pertence ao universo agrário mais geral da agricultura familiar – embora a dimensão média destas empresas agrícolas do sector moderno seja da ordem dos 25 trabalhadores, portanto, empresas pequenas – então a maior parte dos valores do PIB agrícola não devem ser considerados na facturação do REMPE. Procedendo desta forma, consegue-se corrigir as estimativas da regionalização do PIB⁵⁸.

Neste atributo da facturação os desequilíbrios regionais são verdadeiramente dramáticos, exigindo uma tomada de medidas estruturantes numa nova ordem económica regional interna.

⁵⁸ Valem estas considerações para se questionar a verdadeira representatividade nacional do REMPE, enquanto recenseamento de empresas e estabelecimentos, ou seja, cobrindo o universo de empresas registadas e em actividade e que são as “fazedoras” do PIB. Este recenseamento do INE, actualizado anualmente, é de grande utilidade para os investigadores – e, naturalmente, outras classes de profissionais – que se preocupam com questões básicas da economia angolana e pretendem perceber, por um lado, a natureza dos factores que determinam a localização espacial das actividades económicas e, por outro, as dinâmicas de desvalorização das condições sociais de vida das populações do interior. Evidentemente que o REMPE não contempla variáveis sociais, mas sabe-se que é possível por intermédio das variáveis económicas deduzirem-se conclusões de natureza extra-económica. Mesmo assim, seria excelente que existisse um instrumento estatístico semelhante ao REMPE para a área social e actualizado, também, anualmente.

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO VOLUME DE NEGÓCIOS

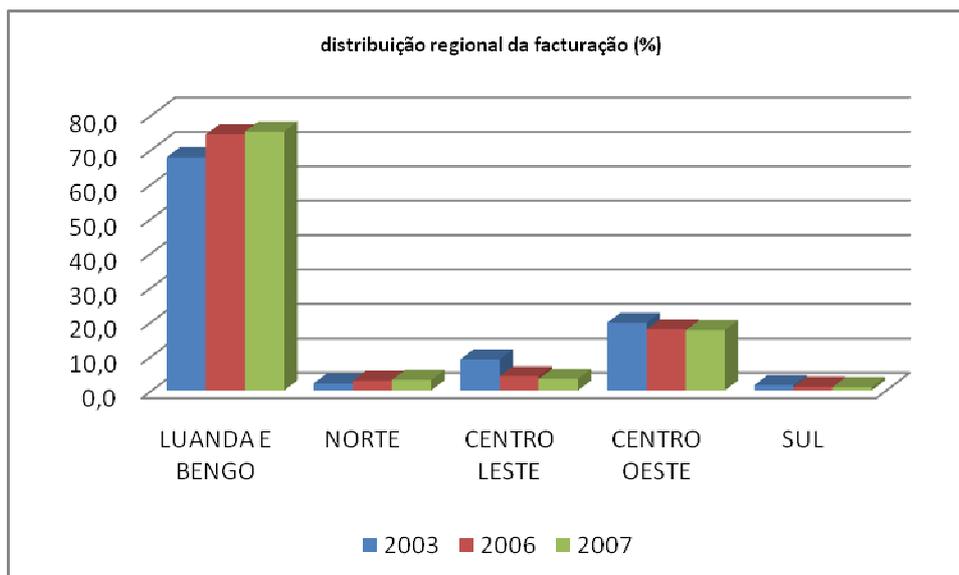
PROVÍNCIAS	Volume de negócios (mil milhões de kz)			Estrutura provincial (%)		
	2003	2006	2007	2003	2006	2007
BENGO	7,4	7,5	7,5	0,13	0,10	0,09
BENGUELA	913,7	968,4	982,6	16,57	13,06	12,16
BIÉ	25,5	29,3	30,3	0,46	0,40	0,38
CABINDA	14,9	21,3	23,3	0,27	0,29	0,29
CUNENE	24,2	26,1	26,6	0,44	0,35	0,33
HUAMBO	63,6	68,3	69,5	1,15	0,92	0,86
HUILA	57,5	54,4	53,7	1,04	0,73	0,66
K. KUBANGO	5,7	6,6	6,8	0,10	0,09	0,08
KWANZA NORTE	0,681	1,7	2,1	0,01	0,02	0,03
KWANZA SUL	72,9	196,8	252,3	1,32	2,65	3,12
LUANDA	3728,6	5505,1	6068,3	67,63	74,25	75,10
LUNDA NORTE	51,5	44,0	42,3	0,93	0,59	0,52
LUNDA SUL	94,9	47,2	39,6	1,72	0,64	0,49
MALANGE	343,7	198,3	172,8	6,23	2,67	2,14
MOXICO	3,6	6,6	7,7	0,07	0,09	0,10
NAMIBE	9,0	50,6	77,9	0,16	0,68	0,96
UÍGE	78,8	166,7	201,0	1,43	2,25	2,49
ZAIRE	16,8	15,7	15,4	0,30	0,21	0,19
TOTAL	5513,0	7414,6	8079,9	100,0	100,0	100,0

FONTE: REMPE, INE.

Mais de $\frac{3}{4}$ do *turnover* do país foram realizados em Luanda em 2007, correspondendo a uma cadência média de variação anual desde 2003 de 13%, ficando a segunda maior província em volume de facturação apenas com pouco mais de 12%, para uma taxa média anual de variação de 1,8%⁵⁹. Não apenas numa perspectiva estática, mas também em termos de dinâmicas de alterações estruturais, as assimetrias existem e estão para ficar ainda durante algum tempo, de tão amplas serem as diferenças.

O agrupamento deste atributo por grandes regiões permite verificar ser no litoral que o crescimento económico se concentra e onde encontra as melhores condições e vantagens, dadas pelas externalidades geradas pela concentração económica e as excelências propiciadas pelas grandiosas obras de infraestruturas e pelos grandes projectos económicos.

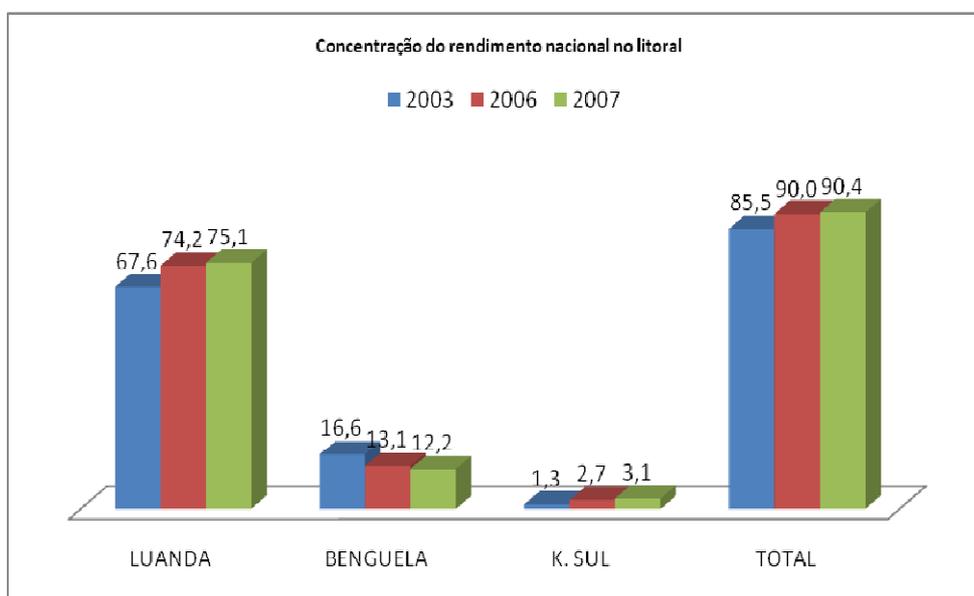
⁵⁹ O completamento da recuperação do Caminho de Ferro de Benguela e a sua abertura ao tráfego económico, de mercadorias e de pessoas vai induzir algumas consequências: incremento dos pedidos de instalação de actividades industriais no pólo da Catumbela (foram registados intenções de investimento privado em proporções muito significativas e a anteciparem-se as efeitos positivos esperados deste facto), aumento das trocas comerciais entre o litoral e o interior da região Centro/Oeste e reforço da posição de Benguela-Lobito como pólo de crescimento de Angola. Esta circunstância poderá agravar as assimetrias entre o litoral e o interior, na medida em que os efeitos de polarização do crescimento podem exceder os de difusão, com implicações no definhamento económico das zonas interiores. Esta probabilidade pode ser reforçada se as externalidades esperadas dos grandes empreendimentos (reabilitação, alargamento e modernização do porto do Lobito, refinaria do Lobito, cimenteira da Catumbela, aeroporto da Catumbela, etc.) forem suficientemente atractivas para o investimento privado.



FONTE: REMPE, INE.

Duas grandes regiões – Luanda/Bengo e Centro Oeste – concentram a riqueza gerada no país, em detrimento das zonas do interior, cujo enfraquecimento ao longo do tempo é um dos registos assinalados no gráfico anterior.

Luanda/Bengo exerceu um efeito de depressão sobre todas as regiões do país que perderam facturação para a grande metrópole angolana. Convém, no entanto, assinalar que não são claros os benefícios económicos de a província do Bengo fazer parte da grande Luanda. Na verdade, uma análise mais detalhada mostra a perda de importância relativa no todo nacional desta província, sendo, portanto, pertinente questionar-se sobre os efeitos benéficos da proximidade com a metrópole luandense⁶⁰.



FONTE: CEIC, Departamento de Estudos Económicos, com base no REMPE.

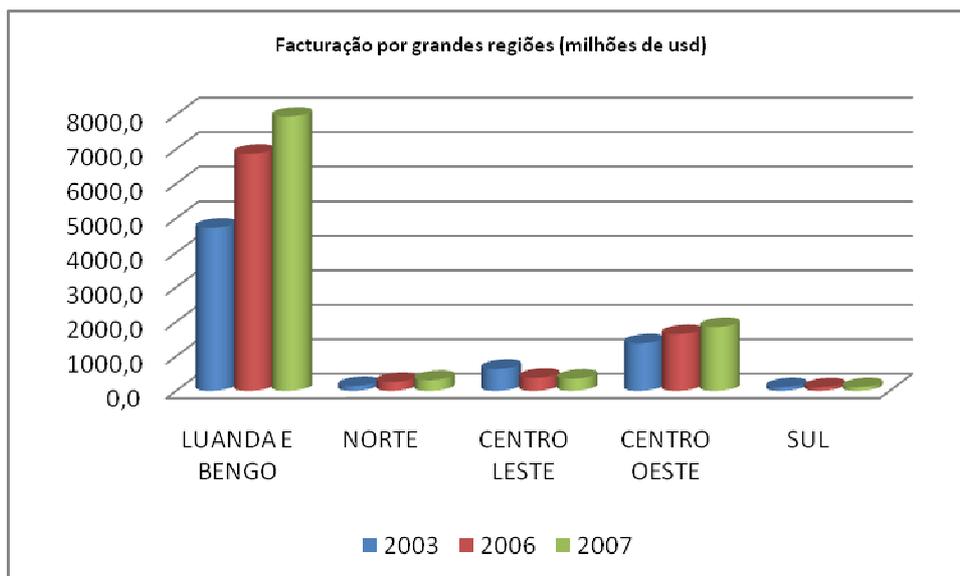
⁶⁰ Aparentemente o Bengo desempenha as funções de um reservatório/dormitório de mão-de-obra e recursos de produção, deixando-se *canibalizar* por Luanda em relação aos resultados da actividade económica. Esta província perdeu população entre 2000 e 2007, à razão de -2,6% ao ano.

Em 2007, três províncias do litoral geraram mais de 90% do total da riqueza nacional, confirmando-se, assim, a força centrípeta desta região em atrair população e actividade económica.

Enquanto Benguela vê a sua participação relativa no volume global de negócios diminuir mais de 4 pontos percentuais, Luanda aumentou-a em 7,5 pontos e o Kwanza Sul em quase 2 pontos percentuais. Luanda e Kwanza Sul mostram-se, portanto, como pólos de atracção mais competitivos para os investimentos privados e públicos.

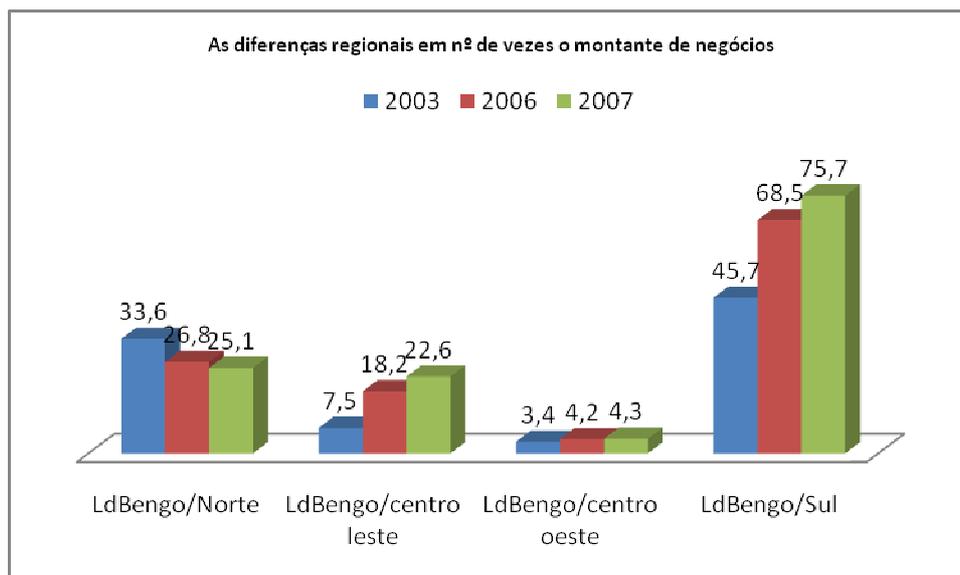
As diferenças regionais neste atributo próximo do Valor Bruto de Produção da economia são muito mais expressivas ao compararem-se os volumes de negócios de cada uma das grandes regiões em que o país foi dividido. Na realidade, Luanda/Bengo realizaram facturações significativas, estimadas em, respectivamente, para 2003, 2006 e 2007, 4724,3 milhões de dólares, 6868,4 milhões de dólares e 7944,2 milhões de dólares. A região mais aproximada é a Centro-Oeste, com predominância de Benguela, onde o volume de negócios foi de, para os mesmos anos, 1371,6 milhões de dólares, 1636,4 milhões de dólares e 1847 milhões de dólares.

Na verdade, o dinheiro, a riqueza e as oportunidades de negócios estão em Luanda. Apesar da distância, Benguela acaba por ser a periferia da grande metrópole angolana e, muito mais do que o Bengo, beneficiar das sinergias que entre estas duas províncias se vêm estabelecendo.



FONTE: CEIC, Departamento de Estudos Económicos, com base no REMPE.

As restantes regiões do país não entram nesta contabilidade dos rendimentos e negócios. Luanda/Bengo situa-se a anos-luz de distância das restantes.



FONTE: CEIC, Departamento de Estudos Económicos, com base no REMPE.

São, na verdade, notáveis, as desigualdades. A diferença entre Luanda/Bengo e a região Sul do país tem-se agravado, representando o volume de negócios em Luanda 76 vezes o registado no Sul, em 2007. E estas diferenças agravaram-se entre 2003 e 2007, fazendo das províncias desta região as mais esquecidas pelo crescimento económico⁶¹.

A região Centro Leste tem-se, igualmente, afastado dos benefícios do crescimento, agravando-se as diferenças para com Luanda (22,6 vezes menos o volume de negócios em 2007). Nem o facto de esta região integrar duas províncias diamantíferas atenua estes desníveis.

No entanto, há alguns registos positivos com relação à região Norte – onde se encontram as duas províncias petrolíferas – traduzidos numa diminuição das diferenças para com Luanda. As taxas médias nominais de variação do volume de negócios foram de 5% em 2003, 45% de 2003 para 2006 e 16% em 2007, o que pode ser uma das razões para a convergência com a região metropolitana de Angola.

As taxas nominais de variação do volume de negócios são díspares, correspondendo, em determinados casos, à influência do factor guerra na instalação de empresas e na realização de negócios.

DINÁMICAS DE VARIAÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS POR GRANDES REGIÕES (valores em %)

REGIÕES	2000/2003	2003/2006	2007
Luanda/Bengo	34,8	45,4	15,7
Norte	4,3	82,0	23,6
Centro Leste	-26,8	-40,3	-6,6
Centro Oeste	9,8	19,3	12,9
Sul	0,8	-2,9	4,6
PAÍS	7,4	32,5	14,4

FONTE: CEIC, Departamento de Estudos Económicos, com base no REMPE do INE.

As disparidades anteriores têm reflexo na facturação unitária por habitante, mostrando, igualmente por esta abordagem, a pequena dimensão dos mercados regionais e o fraco poder aquisitivo nacional. Luanda aparece, de igual modo, destacada neste item.

⁶¹ As informações recentemente divulgadas pelo Governo provincial da Huíla sobre os mil e cem quilómetros de estradas asfaltadas recentemente abertas ao tráfego é uma excelente notícia e com efeitos esperados sobre a economia da região Sul. Faltam ainda 1500 quilómetros para o completamente do programa do Executivo de melhoramento das estradas de Angola.

FACTURAÇÃO PER CAPITA (dólares correntes)

REGIÕES	2003	2006	2007
Luanda/Bengo	1440,1	1316,7	1480,0
Norte	76,2	135,7	163,0
Centro Leste	255,8	155,9	141,5
Centro Oeste	265,9	318,7	349,5
Sul	64,7	44,8	45,5
PAÍS	485,8	546,8	607,7

FONTE: CEIC, Departamento de Estudos Económicos, com base no REMPE do INE.

52

A conjugação entre os pesos relativos provinciais da facturação e das empresas e estabelecimentos permite a construção dum parâmetro *proxy* da rendibilidade provincial dos empreendimentos e sintético das vantagens comparativas regionais⁶².

ESTIMATIVA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS REGIONAIS

PROVÍNCIAS	RENDIBILIDADES PROVINCIAIS		
	2003	2006	2007
BENGO	0,095	0,074	0,069
BENGUELA	2,007	1,552	1,440
BIÉ	0,306	0,251	0,236
CABINDA	0,064	0,075	0,077
CUNENE	0,265	0,218	0,205
HUAMBO	0,327	0,274	0,259
HUÍLA	0,201	0,161	0,151
K. KUBANGO	0,147	0,132	0,127
KWANZA NORTE	0,012	0,019	0,020
KWANZA SUL	0,234	0,485	0,576
LUANDA	1,249	1,363	1,378
LUNDA NORTE	0,260	0,189	0,173
LUNDA SUL	2,332	0,641	0,460
MALANJE	4,750	1,347	0,973
MOXICO	0,066	0,074	0,076
NAMIBE	0,069	0,291	0,413
UIGE	0,600	0,890	0,972
ZAIRE	0,229	0,174	0,160

FONTE: Cálculos do CEIC.

Luanda é o local onde a actividade económica é mais rentável e também onde este índice registou o maior incremento percentual, cerca de 10% em 4 anos. Malanje é a província que mais perdeu competitividade interna, com uma variação percentual negativa forte de 79,5%. Os investimentos privados têm fugido desta região, importando encontrar as razões⁶³.

Compreende-se, por conseguinte, a preferência por Luanda em todos os ramos da actividade económica. A facturação realizada em Luanda em percentagem do total nacional só não é relevante no sector da agricultura, colocando-se em torno dos 60% nas restantes áreas.

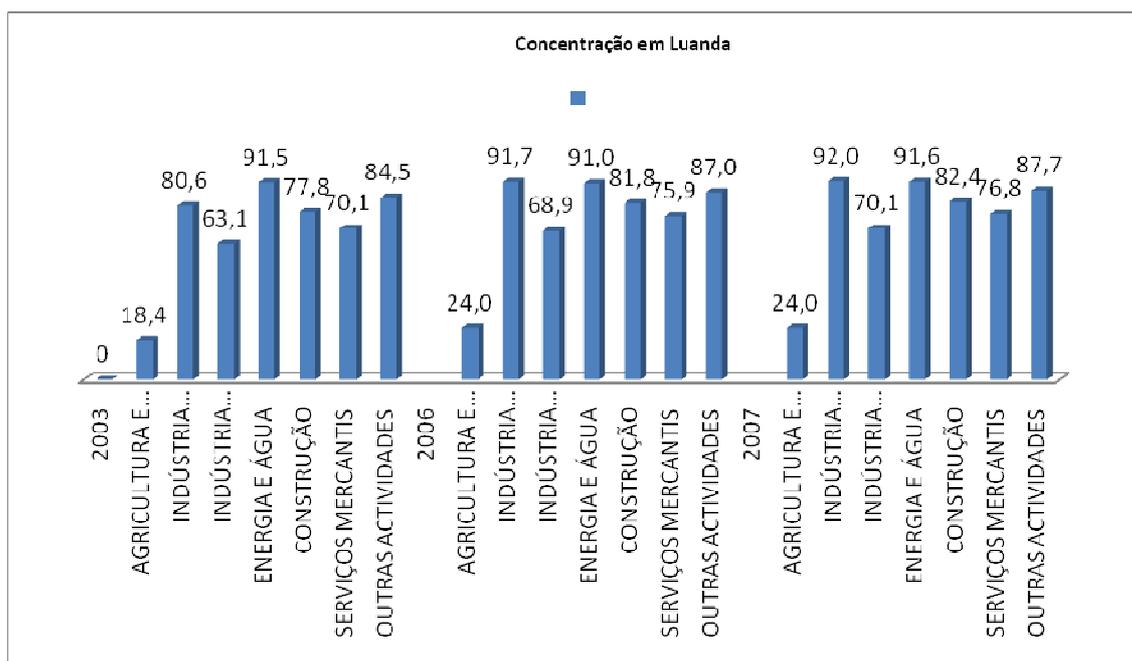
Benguela viu a rendibilidade provincial diminuir entre 2003 e 2007, embora uma das mais elevadas neste último ano. O facto do Bié, da mesma região, mostrar uma das mais baixas rendibilidades provinciais e com uma tendência de regressão pode jogar a favor duma preferência da actividade empresarial por Benguela/Lobito. A abertura do caminho-de-ferro de Benguela pode ajudar a melhorar a situação, pelo menos em actividades onde as suas vantagens comparativas sejam evidentes.

⁶² Trata-se duma rendibilidade *ex-post*, verificada após realizada a actividade económica empresarial. Ou seja, em determinada província um certo número de empresas gerou maior ou menor volume de facturação do que nas restantes.

⁶³ Talvez pressentido este fenómeno de fuga do investimento privado – a fuga não acontece apenas em termos de deslocalização das actividades, mas, igualmente, quando as regiões não apresentam condições suficientes de atractividade – as autoridades provinciais tenham realizado o Fórum sobre as oportunidades de investimento em Malanje em Maio passado.

A Lunda Norte é outro caso de perda de competitividade territorial, em claro contraste com a Lunda Sul. Os efeitos perversos da exploração de diamantes – ao diminuir o peso da agricultura e o interesse por outras actividades – podem ser uma das explicações (doença holandesa). No mesmo sentido (*dutch disease*) se coloca a província de Cabinda.

Moxico e Kuando Kubango mostram serem, na realidade, as terras do fim do mundo e só uma política regional com discriminação positiva em relação à captação de investimentos privado, concessão de subsídios para o desenvolvimento, isenção de pagamento de impostos e implementação de investimento público (estatal e empresarial) pode ajudar a reverter a situação e a colocar estas zonas à mesma mesa da repartição dos frutos do crescimento económico.



FONTE: Cálculos do CEIC

3.2.6.4.- Produto Interno Bruto por sectores e regiões

A regionalização do Produto Interno Bruto – tidas em conta as reservas apresentadas mais atrás e questões de natureza metodológica que remetem para uma contabilidade regional a correcta estimativa desta grandeza ao nível espacial – não confere conclusões diferentes das que foram sendo anotadas nos parágrafos anteriores. Na medida em que os parâmetros utilizados se calcularam na base do volume de facturação, cuja representatividade pode ser discutida, as assimetrias determinadas com base no PIB são, no essencial, as mesmas.

Ainda assim, a regionalização do PIB permite avançar para outros indicadores, sociais e económicos, como o rendimento médio por habitante e a produtividade bruta aparente, úteis e mesmo fundamentais para as políticas de equilibragem do crescimento e da distribuição dos seus resultados.

REPARTIÇÃO PROVINCIAL DO PIB
(estimativas)

PROVÍNCIAS	PRODUTO INTERNO BRUTO (milhões de dólares)		
	2003	2006	2007
BENGO	18,7	48,5	55,4
BENGUELA	2207,2	6261,0	7229,3
BIÉ	62,4	189,4	223,2
CABINDA	38,2	137,7	223,2
CUNENE	60,1	168,7	195,7
HUAMBO	156,0	441,6	511,6
HUÍLA	146,1	351,7	394,7
K. KUBANGO	13,7	42,7	50,4
KWANZA NORTE	1,7	11,0	15,7
KWANZA SUL	171,3	1272,4	1856,0
LUANDA ⁶⁴	9287,3	35591,9	44647,9
LUNDA NORTE	1,7	284,5	311,2
LUNDA SUL	231,9	305,2	291,6
MALANJE	729,5	1282,1	1271,6
MOXICO	7,8	42,7	56,5
NAMIBE	21,6	327,1	573,3
UÍGE	191,2	1077,8	1479,2
ZAIRE	42,1	101,5	113,6
NACIONAL	13388,7	47937,3	59500,1

FONTE: Cálculos do CEIC.

Ainda que se notem ritmos de variação significativos para algumas províncias – casos do Bengo, Kwanza Norte, Moxico, Uíge, Moxico – Luanda excede tudo e consolida a sua posição de pólo determinante do processo de crescimento do país e concentra mais de 74% do PIB nacional, em média geral dos três anos.

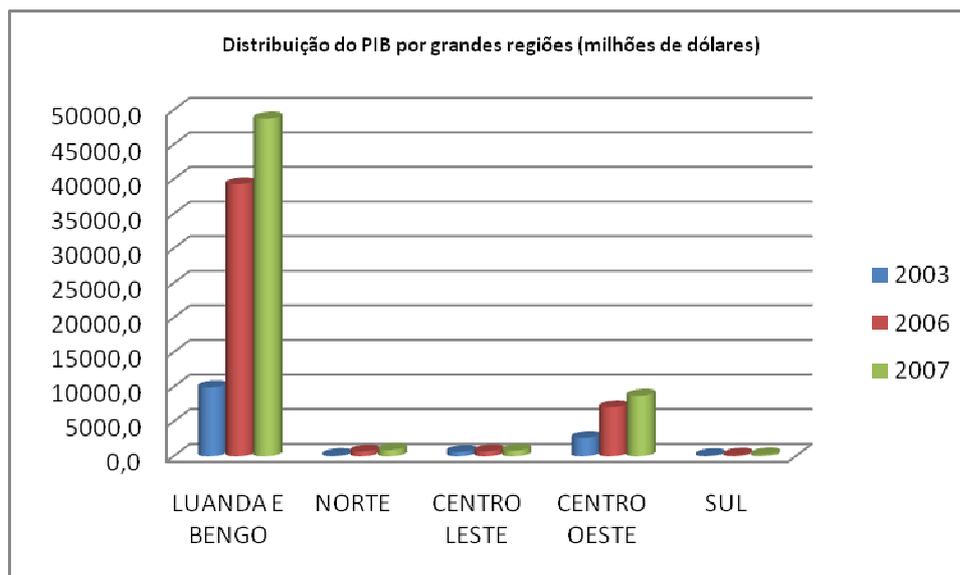
Se a Luanda se juntar Kwanza Sul e Benguela, então a concentração chega a 90%. Correlacionando-a com a população, o PIB por habitante das 3 províncias ascende a 6867 dólares em 2007, um pouco mais do dobro do correspondente valor nacional.

A capacidade de geração de Valor Acrescentado do Moxico e do Kwando Kubango é, praticamente, nula, representando os seus valores pouco mais de 0,1% do PIB de Luanda, sendo ainda mais baixa a do Kwanza Norte.

A província do Kwanza Sul é um dos exemplos de grande dinâmica no processo de crescimento económico do país, posicionando-se com a terceira zona de influência económica, superior à do Huambo e da Huíla. Ou seja, permanecendo as dinâmicas litoral/interior inalteradas por quaisquer políticas públicas de discriminação positiva a favor do equilíbrio e da harmonia territorial, a província do Huambo demorará algum tempo a recuperar a posição detida na economia colonial de segundo parque industrial/económico do país.

Aparentemente, a província do Uíge – melhor posicionada que as suas vizinhas do Zaire e de Cabinda – capta melhor as suas idiossincrasias económicas e naturais, agregando valor nos sectores agro-pecuário e industrial e minimizando as consequências negativas da influência da economia do petróleo que se verificam em Cabinda. No conjunto da região Norte é a província do Uíge a mais desenvolvida em atributos como a repartição provincial do PIB e o valor do rendimento médio por habitante.

⁶⁴ Praticamente a totalidade dos rendimentos da actividade petrolífera e diamantífera foi afectada a Luanda, enquanto sede das respectivas companhias de exploração.



FONTE: Cálculos do CEIC

Quanto à distribuição provincial do PIB por habitante a situação tem de merecer uma atenção muito particular, sob pena de os grandes propósitos de se construir um país moderno, sem fome e sem pobreza, harmónico e comparável a algumas economias emergentes caírem por terra⁶⁵.

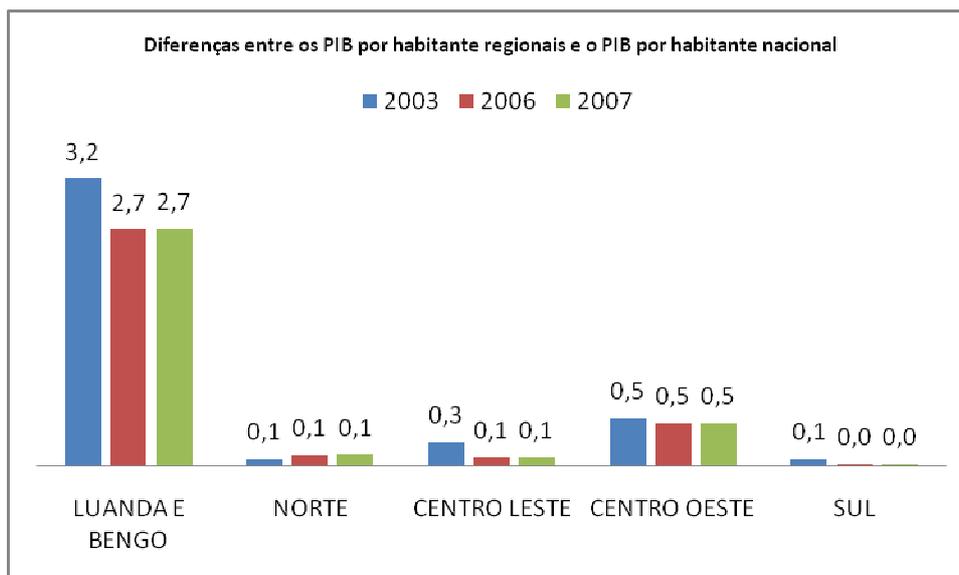
REPARTIÇÃO PROVINCIAL DO PIB POR HABITANTE (estimativas)

PROVÍNCIAS	PRODUTO INTERNO BRUTO POR HABITANTE (dólares)		
	2003	2006	2007
BENGO	41,6	175,5	194,7
BENGUELA	1364,6	3912,8	4390,6
BIÉ	61,6	206,9	236,9
CABINDA	193,2	384,0	604,9
CUNENE	147,1	320,3	361,0
HUAMBO	105,3	350,0	394,0
HUÍLA	122,9	205,3	223,9
K. KUBANGO	33,7	135,1	155,0
KWANZA NORTE	4,6	37,1	51,5
KWANZA SUL	226,8	1196,1	1695,5
LUANDA	3280,1	7204,6	8783,1
LUNDA NORTE	4,4	406,5	432,2
LUNDA SUL	474,4	976,1	906,6
MALANJE	909,5	2033,9	1960,4
MOXICO	20,7	92,8	119,4
NAMIBE	74,1	1113,5	1896,2
UÍGE	200,2	1174,0	1565,9
ZAIRE	136,1	325,0	353,3
NACIONAL	932,9	2837,2	3422,4

FONTE: Cálculos do CEIC.

A situação nas províncias do Bengo (apesar da proximidade com Luanda), Bié, Kwando Kubango, Kwanza Norte, Lunda Norte, Moxico e Uíge neste atributo é dramática, apesar dos registos positivos na evolução da quantidade de rendimento disponível para cada cidadão entre 2003 e 2007. A estas províncias o crescimento económico não chegou da forma como seria desejável.

⁶⁵ Objectivos contidos em diferentes documentos de programação e política económica do Governo e na Visão do MPLA.



FONTE: Cálculos do CEIC

Tomando como referência as grandes regiões, as assimetrias também se visualizam dentro delas, ou seja, existe um fenómeno de diferenças intra-regionais entre províncias.

DIFERENÇAS INTRA-REGIONAIS DO PIB POR HABITANTE⁶⁶

PROVÍNCIAS	2003	2006	2007
BENGO	0,014	0,023	0,021
BENGUELA	2,664	2,846	2,658
BIÉ	0,120	0,150	0,143
CABINDA	2,317	1,061	1,296
CUNENE	1,769	3,550	3,440
HUAMBO	0,206	0,255	0,238
HUILA	1,477	2,275	2,133
K. KUBANGO	0,133	0,446	0,476
KWANZA NORTE	0,055	0,102	0,110
KWANZA SUL	0,443	0,870	1,026
LUANDA	1,081	0,957	0,967
LUNDA NORTE	0,017	1,343	1,328
LUNDA SUL	1,870	3,224	2,785
MALANJE	3,586	6,718	6,023
MOXICO	0,082	0,307	0,367
NAMIBE	0,145	0,810	1,148
UÍGE	2,400	3,244	3,354
ZAIRE	1,632	0,898	0,757

FONTE: Cálculos do CEIC.

Algumas leituras:

- Dentro da região Norte, a província do Kwanza Norte é a mais subdesenvolvida e a de Cabinda a mais desenvolvida, representando o seu rendimento médio 2,3 vezes o da região em 2003 e 1,3 vezes em 2007.
- A província do Cunene consegue superar a da Huíla, sendo o seu rendimento médio, em comparação com o da região Sul, superior ao da Huíla.
- Malanje, dentro da região Centro/Leste, é a província mais desenvolvida neste atributo, superando todas as restantes. Em

⁶⁶ Os valores desta tabela são calculados pelo quociente entre o PIB por habitante de cada província e o PIB por habitante da região em que foi classificada.

contrapartida, o Moxico é a que apresenta piores condições de vida da população.

- Na região Centro/Oeste sobressai a província do Kwanza Sul, com uma dinâmica de transformação acima da das restantes províncias⁶⁷. No entanto, Benguela é a província mais desenvolvida desta região, enquanto a do Bié a mais atrasada.
- Os valores relativos à província de Luanda – próximos da unidade – reflectem, afinal, o facto de o seu rendimento médio coincidir, praticamente, com o da região onde se insere.

Foi, igualmente, esboçada uma aproximação à repartição sectorial/regional do Produto Interno Bruto, estando os respectivos valores contidos na tabela seguinte (os valores são em milhões de dólares). Esta abordagem propicia uma análise cruzada assimetrias regionais/assimetrias sectoriais⁶⁸.

⁶⁷ Esta análise dos desequilíbrios entre as províncias numa mesma região é rica de consequências para as políticas públicas, económicas e sociais. Mas não é só a este nível, digamos, meso, que as assimetrias são grosseiras. Por exemplo, na edição do Jornal de Angola de 18 de Agosto de 2010 vinha uma reportagem sobre o Município do Mussende, as suas necessidades e o seu afastamento do desenvolvimento. Mais atrás, tem-se destacado a província do Kwanza Sul como a terceira colocada em diversos atributos, mas adentro deste espaço territorial existem diferenças colossais. A citada reportagem dava conta que as vias rodoviárias de ligação intra-regional se encontravam em mau estado, sendo um factor de desencorajamento das iniciativas empresariais. As declarações do Administrador eram claras: “*a degradação da via que liga o município ao resto da província está a desencorajar os potenciais investidores, e as soluções tardam a chegar*”. Mais adiante o repórter adianta que outro sector a necessitar de ser relançado no município é o da indústria transformadora, reduzindo-se esta actividade a uma panificadora e uma moagem de média dimensão, sendo, igualmente, pouco expressivo o comércio, com apenas 14 estabelecimentos. Segundo o REMPE, existiam, em 2007, 1385 estabelecimentos na província, com 661 no sector do comércio. Ou seja, dentro desta promissora província as desigualdades são significativas e uma forma de as mitigar é pela via da pere-equação das infraestruturas económicas e sociais. No entanto, como a igualdade de condições será sempre relativa – significando que o desenvolvimento regional igualitário e simétrico é teórico e utópico – uma forma de tornar as pessoas mais iguais terá de ser pela via da transferência de rendimento para as populações das zonas de mais baixo crescimento e menores condições de desenvolvimento.

⁶⁸ O cruzamento entre sectores/regiões/províncias foi muito difícil de conseguir e fez apelo ao uso de proporções e proxies, discutíveis, evidentemente, mas que permitiram um vazamento regional/provincial de algumas variáveis macroeconómicas.

DISTRIBUIÇÃO DO PIB POR GRANDES REGIÕES⁶⁹

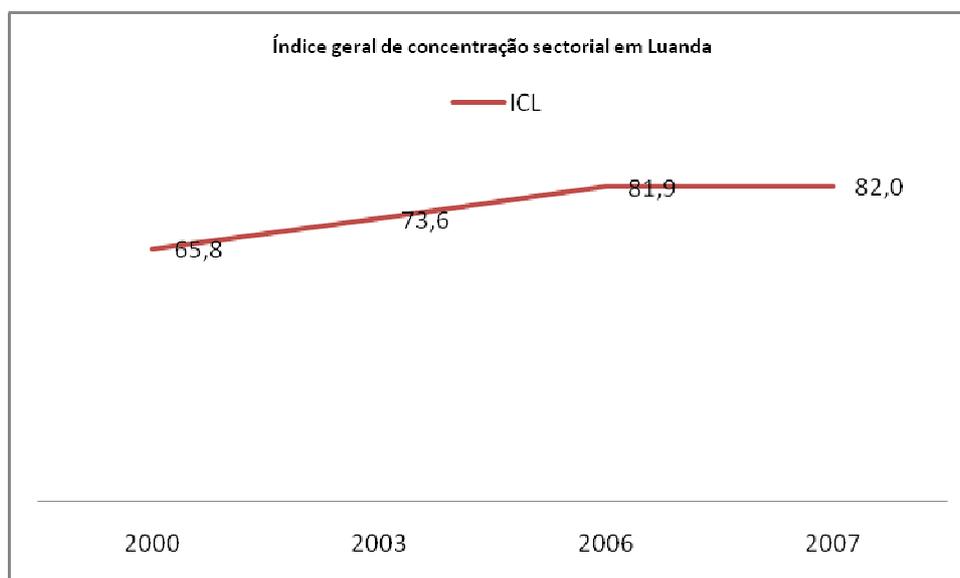
2003	Luanda/Bengo	Norte	Centro leste	Centro oeste	Sul
AGRICULTURA E PESCAS	209,6	42,1	46,1	817,1	21,6
INDÚSTRIA EXTRACTIVA	5887,7	23,8	289,3	1050,5	49,9
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	332,1	14,4	42,1	127,3	10,3
ENERGIA E ÁGUA	4,9	0,0	0,0	0,4	0,0
CONSTRUÇÃO	383,2	8,4	4,9	88,4	7,7
SERVIÇOS MERCANTIS	1377,5	38,0	173,7	346,2	29,7
OUTRAS ACTIVIDADES	1762,1	27,1	70,0	213,1	13,7
Total por grandes regiões	9957,3	153,9	626,1	2643,0	132,9
2006					
AGRICULTURA E PESCAS	893,7	232,9	217,0	2336,0	39,6
INDÚSTRIA EXTRACTIVA	25560,4	58,0	0,0	2270,1	0,0
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	1567,5	77,9	85,3	509,3	33,9
ENERGIA E ÁGUA	40,5	0,0	0,0	4,0	0,0
CONSTRUÇÃO	1691,8	39,6	15,5	299,0	21,9
SERVIÇOS MERCANTIS	6016,1	214,3	339,4	1272,2	85,5
OUTRAS ACTIVIDADES	3491,7	59,6	75,0	368,2	21,2
Total por grandes regiões	39261,7	682,4	732,1	7058,9	202,1
2007					
AGRICULTURA E PESCAS	1145,1	298,5	278,0	2993,3	50,8
INDÚSTRIA EXTRACTIVA	31480,5	70,9	0,0	2672,6	0,0
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	2209,7	115,8	97,0	688,9	42,9
ENERGIA E ÁGUA	45,2	0,0	0,0	4,1	0,0
CONSTRUÇÃO	2415,0	60,2	18,4	408,7	28,4
SERVIÇOS MERCANTIS	7721,7	294,2	351,5	1587,6	99,4
OUTRAS ACTIVIDADES	3737,1	66,3	64,9	374,8	20,4
Total por grandes regiões	48754,3	905,7	810,0	8729,9	241,9

Algumas notas:

- Em termos de contabilidade nacional regional, os valores das actividades extractivas deveriam ser imputados à região Norte e à região Centro/Leste numa proporção dada pelos respectivos valores agregados. Pelo facto do critério de agregação não ter sido este, Luanda aparece com o maior PIB extractivo.
- Tirando a extractiva, a dicotomia sectorial é entre manufactura, construção e serviços mercantis em Luanda e agricultura e comércio nas outras regiões.
- Caso houvesse uma matriz de relações intersectoriais devidamente testada, a tabela anterior mostra de que modo se poderiam avaliar os impactos regionais dos grandes projectos, públicos e privados, e das políticas públicas de incentivo ao crescimento económico.

⁶⁹ Os totais por linhas coincidem com os valores dos PIB sectoriais oficiais e o somatório dos valores agregados regionais contabiliza o PIB do país.

Usando os valores da estrutura sectorial do PIB nacional e os pesos sectoriais da província de Luanda no PIB nacional chega-se a um coeficiente geral de concentração com um valor médio de 80%.



FONTE: Cálculos do CEIC.

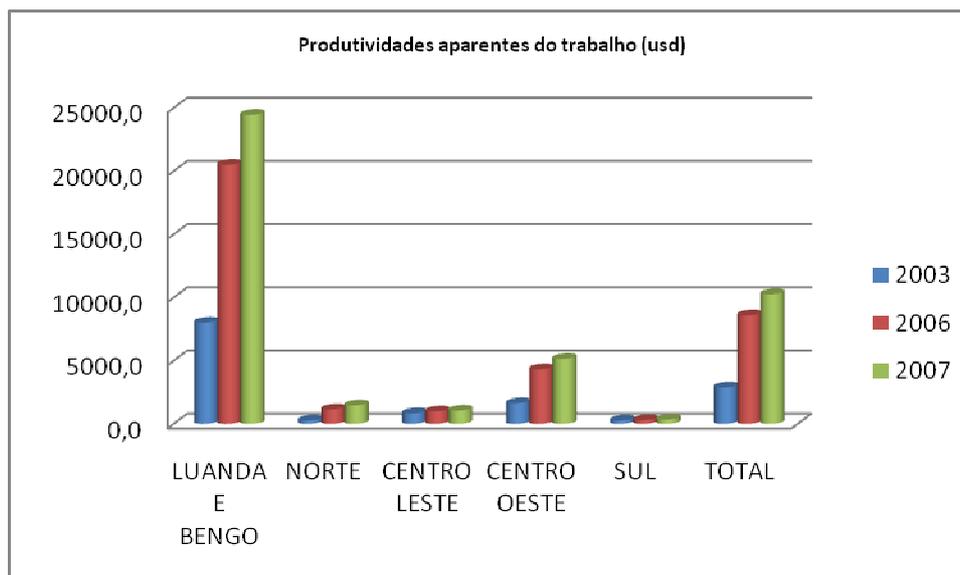
3.2.6.5.- Produtividade bruta aparente

Esta perspectiva de análise é a que mais contribui para se determinarem algumas das vantagens comparativas regionais. Para além dos recursos naturais, já anteriormente aludidos, a performance dos recursos humanos desempenha um papel importante na atractividade dos investimentos privados.

A situação em Angola aponta para grandes desníveis regionais neste atributo, chegando a diferenças de quase 70 vezes entre Luanda e a média da zona Sul. Naturalmente que este valor está influenciado pela contabilidade do PIB ao atribuir a Luanda o rendimento do petróleo, em vez de o imputar à região onde o produto é explorado.

O Centro/Oeste é a segunda região mais atractiva para o investimento privado atendendo aos respectivos valores da produtividade do trabalho.

Se este item for decisivo para a decisão de localização dos empreendimentos produtivos, então as restantes regiões não contam para o efeito, nem mesmo com uma Lei do Investimento Privado a atribuir confortáveis isenções fiscais e outros apoios de natureza fungível.



FONTE: Cálculos do CEIC.

Tal como se verificou aquando do tratamento e análise do emprego, o eixo Luanda/Bengo apresentava, para 2007, a menor taxa de desemprego do país – cerca de 17,7% - o que se constituía num factor adicional de atracção das populações e da força de trabalho (maiores oportunidades de encontrar trabalho). Relacionando este valor com o valor da produtividade (24500 dólares por trabalhador) Luanda deve ser a região que pratica os melhores salários do país, mais um elemento adicional de deslocalização da população⁷⁰.

A dinâmica geral é a da melhoria da produtividade, mas na região de Luanda é bem mais rápida, alargando-se o fosso com as restantes províncias à medida que o tempo passa e a política económica for incapaz de reverter o quadro.

Apesar de poder parecer simplista, entendo que a análise dos desequilíbrios territoriais em Angola não pode alhear-se das disparidades na distribuição espacial do rendimento, que são, a um tempo, causa e resultado no processo de geração e consolidação de desigualdades. Assim e conforme sublinhei mais atrás e que agora se confirma pelos valores do gráfico anterior – ainda que compreensivelmente discutíveis – as assimetrias espaciais de rendimento (e dos correspondentes índices de pobreza) devem ser atribuídas às diferenças registadas na produtividade, complementadas pelas taxas de actividade e de emprego.

De todas as formas, convém não esquecer que a produtividade não é uma variável com um valor absoluto em termos económicos, precisando de ser combinada com outros indicadores de desempenho, mormente com os custos em trabalho/por trabalhador, para melhor expressar as diferenças espaciais e assim poder ser considerado um indicador da competitividade regional. A combinação da produtividade do factor trabalho com o custo de trabalho por trabalhador acaba por ser profundamente explicativa das decisões de localização das empresas. Assim sendo, a competitividade

⁷⁰ Esta conclusão baseia-se na relação microeconómica de equilíbrio em concorrência perfeita $w = P' \cdot p$ e na relação macroeconómica entre o emprego e a produtividade $PIB = E \cdot e$, onde w é a taxa salarial, P' a produtividade física, p o nível geral de preços, E o emprego e e a produtividade. Para um determinado nível de preços, uma melhoria da produtividade possibilita a prática de melhores salários, cujo incremento pode ser provocado por uma situação de pleno ou quase-pleno emprego no mercado de trabalho (baixa taxa de desemprego).

regional depende, em grande medida, de combinações magnéticas de produtividade e custos laborais⁷¹.

Deve, porém, assinalar-se que, entre 2000 e 2007, as diferenças entre as regiões se atenuaram.

As assimetrias regionais de desenvolvimento aparecem mais evidentes quando analisadas numa perspectiva temporal futura em que a comparação entre algumas das 18 províncias e o todo nacional seja um dos critérios de avaliação.

Assim, por exemplo, no Plano Director de Desenvolvimento da Província de Malanje⁷² um dos cenários de crescimento para 2010 – na ocorrência o mais conservador ou, mesmo, realista – dá conta de que nem taxas anuais de crescimento do PIB provincial altas contribuem para um desanuviamento mínimo das assimetrias medidas em termos de diferenças para com o PIB por habitante do país. Com efeito, a projecção então efectuada apontava para uma taxa anual média de crescimento do PIB provincial de 29,7% numa hipótese de se estabelecer como objectivo uma proporção de 1,6% PIB Malanje/PIB nacional (0,8% em 2003)⁷³. Pode depreender-se desta cifra que a tendência assimétrica de crescimento económico em Angola é qualquer coisa de estruturalizado, mesmo no longo prazo, dadas as dinâmicas de atrofamento/agigantamento determinadas pelo petróleo e pelos diamantes. Mas outras conclusões/preocupações devem ser notificadas:

- A influência preponderante do petróleo sobre o PIB nacional prolongar-se-á ainda durante muito tempo, porquanto o processo de diversificação da economia é de longo prazo, as reservas nacionais de crude e gás ainda serão relevantes e a economia mundial continuará a recorrer a esta fonte energética.
- O desenvolvimento do interior angolano vai ser sempre uma prioridade menor, por que faltam os factores essenciais e as condições básicas para atrair actividades e investimentos que contribuam para mitigar os actuais profundos desequilíbrios⁷⁴. Os investimentos estruturantes em capital físico e capital humano acabarão por ser sempre insuficientes para inverter o sentido, a intensidade e a orientação do crescimento económico⁷⁵.

⁷¹ De tal modo é importante esta combinação para as decisões empresariais de localização das actividades económicas que uma dada região pode apresentar uma mais elevada produtividade do que outra, mas ser menos atractiva do ponto de vista do binómio produtividade-custo de trabalho por trabalhador, bastando para isso que proporcionalmente o custo médio em trabalho seja mais elevado. Esta vertente da análise das assimetrias regionais em Angola não foi contemplada nesta reflexão, mas vai, seguramente, integrar o conjunto das minhas tarefas futuras de estudo sobre a realidade nacional. Para saber um pouco mais sobre esta questão consultar Francisco Carballo Cruz, A Produtividade na Região Norte e na Galiza, Cadernos de Economia, Janeiro/Março de 2004.

⁷² Governo da Província de Malanje – Plano de Director de Desenvolvimento Económico de Malanje 2009-2013, Malanje, Julho de 2007.

⁷³ Se um exercício semelhante fosse feito no momento presente e perante as evidências apresentadas e outras a apresentar mais adiante sobre as assimetrias regionais, a taxa seria, concerteza, mais elevada.

⁷⁴ A centralização governativa – concepção e execução – inscrita na nova Constituição da República pode constringer as iniciativas dos governos provinciais tendentes a facilitar a instalação de actividades geradoras de renda e emprego e a atrair investimento privado.

⁷⁵ Coloca-se, na sequência, a questão da rendibilidade dos investimentos estruturantes em capital físico e capital humano: se não geram uma quantidade aceitável de crescimento económico, a sua eficácia é reduzida e seguramente menor do que a obtida noutras regiões do país. E na medida em que, no processo das escolhas públicas, o binómio escassez de recursos/eficácia de aplicação é um dos critérios fundamentais de distribuição dos investimentos públicos, as províncias que apresentarem o menor índice de retorno económico dos investimentos sociais acabarão por ser prejudicadas nos ciclos seguintes de

- O êxodo para o litoral e para Luanda não irá, provavelmente, atenuar-se na quantidade necessária para se aumentar a qualidade de vida na capital e rentabilizar os investimentos dos equipamentos colectivos, mesmo que os pólos universitários e o ensino médio se disseminem pelo interior do País. Este “*stock*” de capital seguramente não seria suficiente para se constituir uma massa crítica que invertesse os termos da equação do desenvolvimento desequilibrado.
- Os dividendos da paz para o interior vão acabar por assumir a forma de “*sobras*” de crescimento que o litoral e Luanda rejeitarão ou não conseguirão endogenizar e rentabilizar e a reconciliação nacional (consciência de Nação necessária para a identidade nacional e a angolanidade) sairá enfraquecida do confronto litoral/interior⁷⁶. Resta a consolação de esta fissura ser transversal (inter-étnica) e não longitudinal (contradição étnica).
- A pobreza das províncias enteadas do desenvolvimento económico não diminuirá, substancialmente, a médio prazo, comprometendo-se o cumprimento das metas do milénio nesta matéria. Por exemplo, conforme se viu anteriormente, um PIB por habitante de 398,9 dólares em 2007 para a região centro-leste não correspondeu, senão, a 1,09 dólares por dia, bem abaixo dos 2 dólares considerados o limiar da pobreza. Ou seja, aquele rendimento médio estará mais próximo da pobreza absoluta do que da pobreza relativa.
- As políticas económicas voluntaristas e activas – necessárias para que as províncias do interior atinjam cifras elevadas de crescimento económico – estão ameaçadas pela centralização e concentração exercida por Luanda e pelos ditames da estabilização macroeconómica. Mesmo num contexto de descentralização administrativa, os meios financeiros serão sempre escassos face às necessidades e distribuídos e geridos pela máquina política e burocrática de Luanda.

3.2.6.6.- Uma aproximação às diferenças salariais regionais

Os salários são uma outra componente da competitividade provincial e regional. Não existe informação estatística sobre esta variável em relação a nenhum nível da organização económica do país. Não se sabe que níveis de salários privados são praticados, se o salário mínimo é respeitado, se se praticam compensações pecuniárias para os trabalhadores, etc. Tirando a tabela salarial da Função Pública, difundida no Diário da República, muito pouco se sabe sobre o problema salarial em Angola.

Apesar disso, foi feita uma tentativa de cômputo e validação das diferenças salariais entre as regiões definidas, através da comparação entre taxas de desemprego e valores da produtividade bruta aparente do trabalho, respeitando os postulados e os ensinamentos da Teoria Económica.

repartição dos fundos e financiamentos públicos, gerando-se, conseqüentemente, um círculo vicioso de atrofiamiento do seu desenvolvimento. Só num enquadramento de reconciliação nacional patriótica seria possível considerar como custos políticos os diferenciais entre a quantidade de crescimento e montante dos investimentos em capital físico e capital humano.

⁷⁶ Os cidadãos de algumas províncias do litoral e de Luanda serão mais angolanos do que todos os restantes, por que, “*coeteris paribus*”, acederão a uma maior fatia do rendimento nacional.

A aproximação metodológica permitiu deduzir algumas conclusões importantes, embora essencialmente dentro do esperado. Na verdade, os índices salariais estimados confirmam as assimetrias regionais também do lado da distribuição funcional do rendimento dos factores, colocando Luanda/Bengo à cabeça do ranking dos melhores salários praticados no país.

Assim:

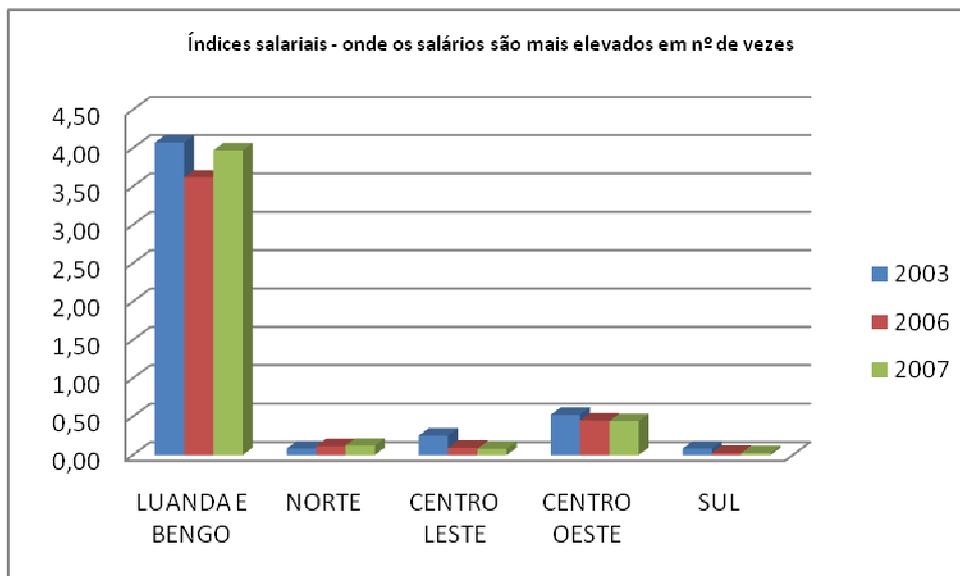
* Em média, a região metropolitana de Angola paga salários quatro vezes acima da média nacional, essencialmente justificado por níveis mais elevados de produtividade e pela pressão sobre o mercado de emprego.

* A região Sul do país é onde a norma salarial é mais baixa, provavelmente 10% da média nacional.

* Na região Centro-Oeste o salário médio praticado tem um valor aproximado a metade da média nacional.

* A região Centro/Leste apresentou uma tendência de degradação do respectivo índice salarial, representando menos de 10% do salário médio nacional em 2007.

* Na região Norte a proporção da sua norma salarial manteve-se ao longo do período de referência, situando-se em 12% do salário médio nacional.



FONTE: Cálculos do CEIC.

Verifica-se, portanto, que a região de Luanda/Bengo apresenta vários factores de atractividade territorial sobre a população, força de trabalho e actividade económica privada, a saber: reduzida taxa de desemprego (evidentemente em termos relativos, com referência ao todo nacional e a algumas regiões)⁷⁷, elevada produtividade aparente da mão-de-obra (igualmente em termos relativos), externalidades garantidas pelos

⁷⁷ Em termos absolutos, uma taxa de desemprego de 17,7% é muito alta, correspondendo a um grau de desutilidade social dos factores de produção com consequências fortes sobre as condições gerais de vida da população.

projectos públicos e privados e oportunidades de negócios dadas pela centralização da Administração Pública e a concentração do poder político e financeiro.

Paradoxalmente (ou talvez não) os salários baixos nas restantes regiões do país, em particular no seu interior, não se têm constituído em incentivo e chamamento suficiente para a deslocalização territorial das actividades económicas. É que a competitividade de hoje já não se liga a baixos salários, mas a outros factores mais estruturantes, como a qualidade da mão-de-obra e as facilidades associadas às externalidades administrativas, sociais e políticas.

O esforço de equalização territorial do crescimento e do desenvolvimento exige que se analise esta problemática dum modo profundo, de modo a se ter a verdadeira dimensão do problema e o correcto conhecimento da causa das coisas.

4.- A REGIONALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO E DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS

O Orçamento Geral do Estado veicula uma série de políticas que podem ter efeitos sobre as condições de exercício da actividade económica nas regiões/províncias, de modo a alterar o actual estado das assimetrias regionais económicas no país.

A educação, sobretudo, mas igualmente a saúde – enquanto elementos determinantes da produtividade do trabalho e, por conseguinte, de facilitação de obtenção de emprego e rendimentos – são algumas das antecâmaras para atrair investimento e actividade empresarial para as regiões mais marginalizadas do país.

A primeira forma de se abordar a perspectiva regional do Orçamento Geral do Estado, na sua vertente de despesas correntes – que englobam, como rubricas mais expressivas os salários e remunerações complementares dos funcionários públicos, militares e para-militares, as despesas de funcionamento normal da Administração Pública e as transferências para as empresas, as famílias e os subsídios a preços – é a de verificar a sua repartição geográfica.

REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA DAS DESPESAS CORRENTES

	ANO DE 2003		ANO DE 2006		ANO DE 2007	
	Milhões Kz	%	Milhões Kz	%	Milhões Kz	%
LUANDA E BENGU	14666,7	25,8	40144,1	23,9	222345,8	55,3
NORTE	12657,2	22,3	34667,9	20,6	49271,6	12,3
CENTRO LESTE	9256,9	16,3	25915,6	15,4	34358,5	8,6
CENTRO OESTE	15007,1	26,4	49734,8	29,6	72864,2	18,1
SUL	5266,5	9,3	17656,7	10,5	22959,0	5,7
Total das regiões	56854,4	100,0	168119,1	100,0	401799,1	100,0
Total das regiões	56854,4	15,8	168119,1	7,7	401799,1	16,0
Encargos centrais	302033,9	84,2	2008803,1	92,3	2102087,9	84,0
Total do OGE	358888,3	100,0	2176922,2	100,0	2503887,0	100,0

FONTE: Orçamento Geral do Estado.

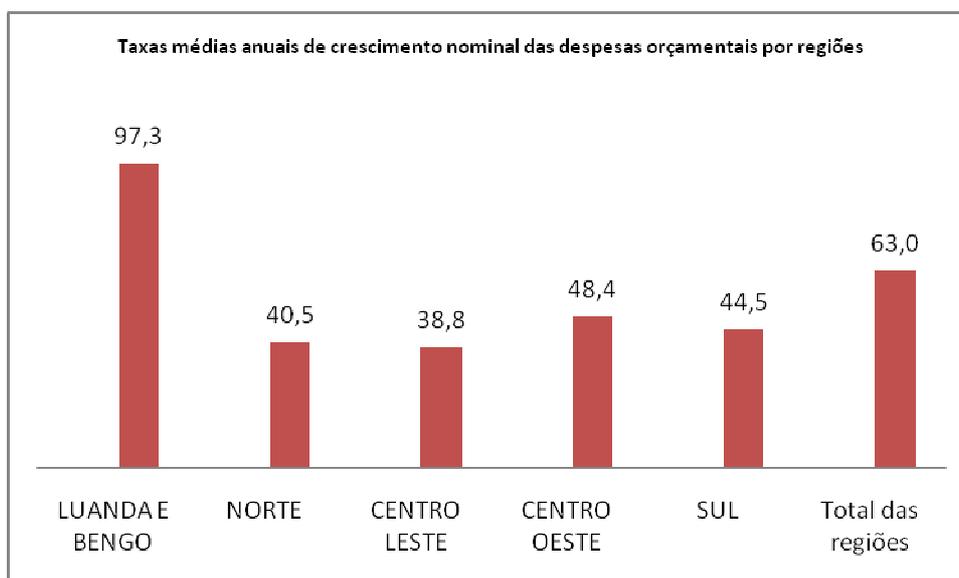
A primeira constatação resultante da observação da tabela anterior refere-se à reduzida percentagem de dinheiro do Estado posto à disposição das províncias para a efectivação das suas responsabilidades de enquadramento e apoio à economia regional e à população das respectivas zonas de influência. Os encargos centrais absorvem, em média, 87% das despesas correntes totais. Na verdade, esta exiguidade de recursos financeiros colocados sob a gestão dos governos provinciais não permite a efectivação de acções concretas de fomento da actividade económica e de atracção do investimento privado.

É certo que algumas das despesas correntes incluídas nos encargos centrais têm incidência regional. No entanto, também esta é uma via de agravamento das assimetrias, porquanto mais de 75% das mesmas beneficiam Luanda e se juntarmos Benguela e Kwanza Sul esta percentagem pode subir para 80%.

Na verdade, é evidente a crescente tomada de posição relativa das regiões Luanda/Bengo e Centro/Oeste, no entanto prejudicada, em 2007, pela inusitada dobragem da participação relativa do primeiro agrupamento de províncias. A concentração da actividade económica, da população, do poder institucional e do poder político na capital corresponde a uma crescente prestação de serviços nessas regiões.

O posicionamento das regiões Centro/Leste e Sul faz delas as enteadas do Orçamento Geral do Estado.

As dinâmicas de variação nominal das despesas correntes do Estado por grandes regiões confirmam que Luanda e o sub-litoral Benguela e Kwanza Sul tendem a absorver a maior fatia do OGE.



FONTE: Orçamento Geral do Estado.

A principal conclusão que o gráfico anterior permite tirar, para além evidentemente da “*canibalização*” do conjunto Luanda/Bengo, é a inferioridade das dinâmicas nominais de crescimento das restantes regiões, cuja cifra correspondente à taxa anual de crescimento é bem inferior à média nacional.

Ou seja, Luanda/Bengo/Benguela/Kwanza Sul tenderão a galvanizar a actividade estatal de prestação de serviços decisivos para o desenvolvimento social e a polarização do crescimento económico.

Uma outra conclusão importante e capital tem a ver com a criação de capacidades locais de geração de receitas fiscais e da assunção de responsabilidades de decisão quanto a projectos, acções e actividades provinciais de apoio à economia e aos cidadãos. Dito de outro modo, a aproximação da governação provincial dos problemas da economia e das necessidades dos cidadãos – que convergem com as potencialidades de crescimento local – depende a descentralização enquanto processo profundo, responsável e determinante para a valorização das vantagens compratis prvincais egiois. Sem isso, as assimetrias, mesmo que se não agravem, continuarão a representar um sério revés aos propósitos sempre reafirmados do Governo construir uma sociedade justa, igualitária, moderna e próxima de algumas das mais importantes economias do mundo. A perequação do desenvolvimento não tem solução económica e social em presença de diferenças significativas de níveis de vida e de oportunidades de enriquecimento⁷⁸.

Existem outras formas de se olhar para a afectação das despesas correntes do Estado. Uma delas é classificá-las por sectores de prestação de serviços da parte do Governo (classificação funcional, de acordo com o OGE). Essa aproximação está na tabela seguinte – estrutura vertical das despesas orçamentais correntes por grandes regiões.

⁷⁸ Aparentemente, as oportunidades de empobrecimento estão mais igualitariamente distribuídas, particularmente nas franjas mais vulneráveis da população (incluindo a classe média) e nas províncias e regiões mais afastadas das zonas e eixos do litoral.

ESTRUTURA VERTICAL DAS DESPESAS ORÇAMENTAIS CORRENTES (%)

2006	Luanda/Bengo	Norte	Centro leste	Centro oeste	Sul	Total
EDUCAÇÃO	14,2	7,3	6,6	10,7	9,0	10,0
SAÚDE	9,3	10,9	13,6	14,7	9,2	11,9
SEGURANÇA, ASSISTÊNCIA SOCIAL	1,5	0,2	0,3	0,2	0,1	0,5
HABITAÇÃO/SERV.COMUNITÁRIOS	7,1	12,5	3,8	4,9	5,0	6,8
OUTROS SECTORES SOCIAIS	1,3	1,0	1,4	0,8	2,5	1,2
AGRICULTURA	0,9	0,6	0,6	0,6	1,3	0,8
INDÚSTRIA E MINERAÇÃO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TRANSPORTES	3,3	5,0	2,1	1,1	1,3	2,6
ENERGIA E ÁGUA	0,5	0,9	1,3	1,0	0,5	0,9
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,1	0,4	0,0	0,0	1,2	0,2
OUTROS SECTORES ECONÓMICOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SERVIÇOS PÚBLICOS GERAIS	61,6	61,3	70,2	65,8	70,0	65,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

2007	Luanda/Bengo	Norte	Centro leste	Centro oeste	Sul	Total
EDUCAÇÃO	10,0	24,8	25,8	38,8	46,7	20,5
SAÚDE	4,9	14,8	16,5	23,4	14,4	11,0
SEGURANÇA, ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,9	0,9	0,1	0,4	0,2	0,7
HABITAÇÃO/SERV.COMUNITÁRIOS	51,2	15,1	6,4	7,1	6,6	32,4
OUTROS SECTORES SOCIAIS	0,4	1,1	1,0	0,9	2,4	0,7
AGRICULTURA	0,3	1,0	0,6	1,1	1,1	0,6
INDÚSTRIA E MINERAÇÃO	1,8	0,0	0,0	0,2	0,0	1,0
TRANSPORTES	20,7	0,7	0,9	0,1	0,0	11,6
ENERGIA E ÁGUA	2,3	5,0	1,0	1,9	2,1	2,4
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,1	0,9	0,0	0,1	1,0	0,3
OUTROS SECTORES ECONÓMICOS	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
SERVIÇOS PÚBLICOS GERAIS	7,4	35,6	47,6	25,9	25,4	18,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Orçamento Geral do Estado e Relatórios de Execução do Ministério das Finanças.

Durante 2006 os sectores sociais (educação, saúde, habitação e serviços comunitários) concentraram 28,7% das despesas correntes do Estado afectas às províncias, respeitando, afinal, uma tendência que se começou a formar depois de resolvido o conflito militar interno.

Os sectores económicos (agricultura, indústria, mineração, transportes, energia, comércio e serviços) captaram tão-somente 5% das despesas correntes do OGE, não sendo suficiente para alavancar a instalação das actividades económicas privadas.

Em 2007, ocorreram transformações importantes na estrutura orçamental interna de algumas regiões relativamente à afectação das despesas de funcionamento do Estado a alguns sectores.

Assim, a educação foi substancialmente beneficiada em todas as regiões, excepto a de Luanda/Bengo, devendo destacar-se os agrupamentos de províncias do Norte e do Sul.

Quanto às despesas correntes do Estado afectas à habitação e serviços comunitários registou-se um aumento de 6,8% em 2006 para 32,4% em 2007, com particular destaque para a região Luanda/Bengo, onde o incremento foi de 7,1% para 51,2%. Nos restantes agrupamentos de províncias ou não ocorreram incrementos ou então foram-no numa expressão numérica muito pouco significativa.

Na região Luanda/Bengo, as despesas orçamentais consignadas aos transportes foram fortemente aumentadas e passaram duma representatividade de 3,3% em 2006 para 20,7% em 2007.

Em conclusão, foram registados ajustamentos relevantes em algumas dotações orçamentais para áreas de intervenção do Estado com incidências sobre as condições de exercício da actividade económica.

As informações financeiras do OGE podem ser arrumadas de maneira diferente, olhando-se a estrutura horizontal das mesmas, mais relacionada com as assimetrias regionais.

ESTRUTURA HORIZONTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTAIS

2006	Luanda/Bengo	Norte	Centro leste	Centro oeste	Sul	Total
EDUCAÇÃO	33,9	15,0	10,1	31,6	9,4	100,0
SAÚDE	18,7	18,9	17,6	36,6	8,2	100,0
SEGURANÇA, ASSISTÊNCIA SOCIAL	68,2	6,8	10,2	13,7	1,1	100,0
HABITAÇÃO/SERV.COMUNITÁRIOS	25,0	37,7	8,6	21,1	7,7	100,0
OUTROS SECTORES SOCIAIS	25,7	16,0	17,0	20,2	21,1	100,0
AGRICULTURA	28,8	16,1	12,5	25,0	17,6	100,0
INDÚSTRIA E MINERAÇÃO	47,4	0,0	0,0	52,6	0,0	100,0
TRANSPORTES	30,5	39,6	12,4	12,4	5,1	100,0
ENERGIA E ÁGUA	13,8	20,9	23,3	35,5	6,5	100,0
COMÉRCIO E SERVIÇOS	7,7	36,0	0,0	2,2	54,2	100,0
OUTROS SECTORES ECONÓMICOS	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
SERVIÇOS PÚBLICOS GERAIS	22,6	19,4	16,7	29,9	11,3	100,0
TOTAL	23,9	20,6	15,4	29,6	10,5	100,0
2007	Luanda/Bengo	Norte	Centro leste	Centro oeste	Sul	Total
EDUCAÇÃO	27,1	14,8	10,8	34,3	13,0	100,0
SAÚDE	24,7	16,5	12,8	38,5	7,5	100,0
SEGURANÇA, ASSISTÊNCIA SOCIAL	71,2	14,8	1,6	10,9	1,5	100,0
HABITAÇÃO/SERV.COMUNITÁRIOS	87,4	5,7	1,7	4,0	1,2	100,0
OUTROS SECTORES SOCIAIS	28,8	17,7	11,8	23,2	18,5	100,0
AGRICULTURA	28,4	21,0	8,2	31,8	10,5	100,0
INDÚSTRIA E MINERAÇÃO	95,8	0,5	0,4	3,4	0,0	100,0
TRANSPORTES	98,4	0,7	0,7	0,2	0,0	100,0
ENERGIA E ÁGUA	52,2	25,6	3,4	13,9	4,9	100,0
COMÉRCIO E SERVIÇOS	28,1	39,6	0,0	9,6	22,6	100,0
OUTROS SECTORES ECONÓMICOS	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
SERVIÇOS PÚBLICOS GERAIS	21,9	23,4	21,8	25,2	7,8	100,0
TOTAL	55,3	12,3	8,6	18,1	5,7	100,0

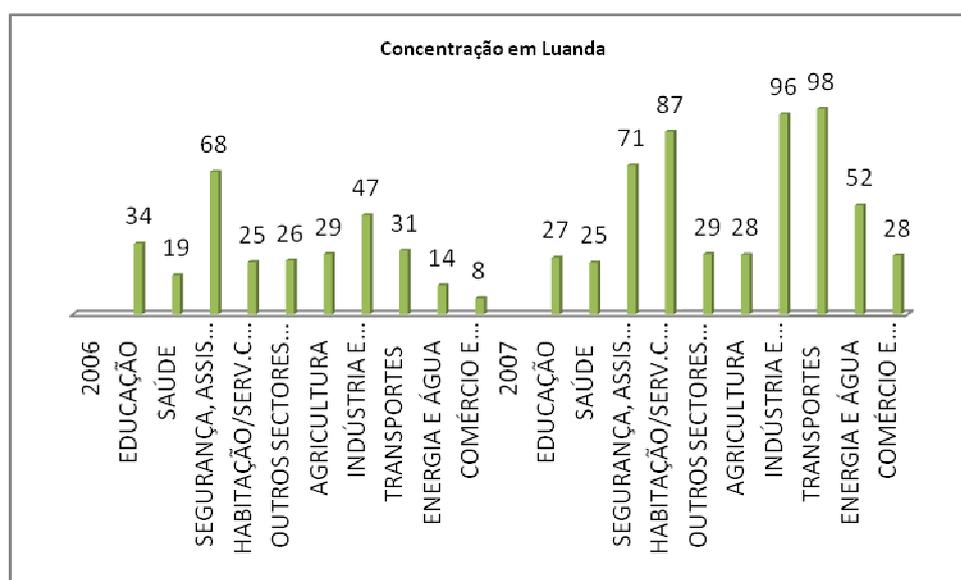
FONTE: Orçamento Geral do Estado e Relatórios de Execução do Ministério das Finanças.

Deste ponto de vista da arrumação do OGE, as assimetrias regionais são já notórias, com Luanda/Bengo em destaque, mas, do mesmo modo, Benguela e Kwanza Sul, as províncias mais salientes depois do eixo metropolitano de Luanda.

Por exemplo:

- ❖ Luanda/Bengo absorveram, em 2007, 95,8% das despesas orçamentais na indústria e mineração, 98,4% em transportes,

- 87,4% em habitação e serviços comunitários, 71,2% em assistência social e 52,2% em energia e água.
- ❖ O índice geral de concentração das despesas orçamentais correntes na região Luanda/Bengo foi de 55,3% em 2007 (23,9% em 2006).
 - ❖ A região Centro/Oeste, com Benguela e Kwanza Sul à cabeça, é a segunda onde o Estado concentra as suas despesas orçamentais correntes (18,1% em 2007 e 29,6% em 2006), tornando-as, também por este viés, zonas de preferência da iniciativa privada.
 - ❖ As regiões Centro/Leste e Sul são as que menos dotações orçamentais correntes recebem.



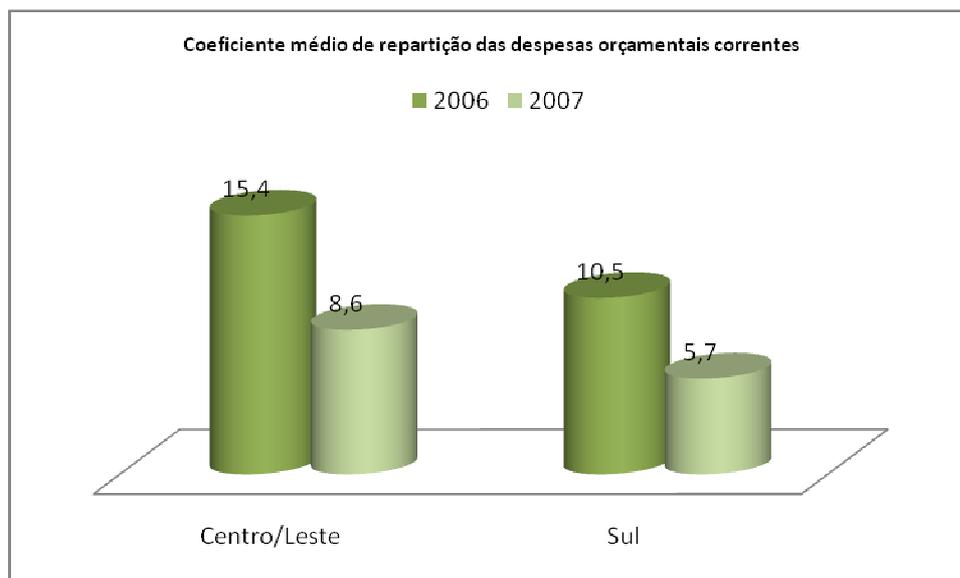
FONTE: Orçamento Geral do Estado.

Naturalmente que algumas das percentagens anteriores estão directamente relacionadas com a concentração da população. Poderão ser os casos das despesas em educação, saúde, segurança e assistência social e habitação.

O caso da habitação é singular, na medida em que só a partir de 2009 se colocou o desafio da construção de um milhão de casas de habitação. Depreende-se que devem ter sido a prestação de serviços comunitários o domínio de intervenção orçamental mais importante (na classificação funcional das despesas orçamentais a rubrica é “Habitação e Serviços Comunitários”).

Os serviços de transportes – cuja percentagem de aumento da sua participação relativa no orçamento da região Luanda/Bengo foi de 216% - estão, do mesmo modo, estreitamente ligados ao aumento demográfico das respectivas províncias.

De 2006 para 2007 as regiões Centro/Leste e Sul foram as que, do ponto de vista relativo, mais se afastaram da média nacional e maiores perdas de dotações registaram.



FONTE: Orçamento Geral do Estado.

Os investimentos públicos, nos diferentes domínios de actividade em que são realizados, são uma peça chave e um factor incontornável da intervenção do Estado na economia em favor do crescimento e do desenvolvimento. Já anteriormente coloquei alguns pontos de interrogação e de exclamação sobre o que deve ser o verdadeiro papel do Estado na economia, questão, de resto, de discussão interminável, embora aliciante e rica de consequências sobre o alargamento da nossa base de conhecimentos. O investimento público é, porventura, o domínio mais relevante da posição do Estado na economia e a melhor forma de se valorizar e rentabilizar o investimento e a actividade privada. É, porém, necessário que o investimento público se faça com critério e no respeito dos pagadores de impostos. Há sempre e seja em que domínio for um custo de oportunidade do dinheiro que o Estado gasta e investe⁷⁹.

O investimento público é um dos melhores instrumentos que o Estado pode usar em Angola para mitigar as assimetrias regionais, promover sinergias económicas regionais, consolidar a reconciliação nacional e tornar a economia nacional mais integrada (essencial para a dimensão economicamente válida do mercado interno e para o processo de diversificação produtiva).

⁷⁹ O falecido Mancur Olson argumentava, no seu último livro, *Power and Prosperity*, que o Estado é um bandido estático, que é melhor do que um bandido errante, na medida em que este não tem interesse no desenvolvimento económico. Mas isso não significa que seja substancialmente melhor, visto que aqueles que controlam o Estado procuram extrair, mais do que a subsistência, o excedente daqueles que se encontram sob o seu controlo. No Ocidente contemporâneo existem três tipos de protecção contra a exploração indevida do Estado-bandido: saída (possibilidade de escapar ao controlo duma jurisdição através da emigração, fuga de capitais ou troca de mercado – deslocalização), voz (sociedade civil, crítica e a mais importante voz a do voto) e limitação (tribunais independentes, divisão e respeito de poderes, federalismo e direitos adquiridos). Retirado de Martin Wolf: *Qual é o Papel do Estado*, *Semanário Expansão*, 20 de Agosto de 2010.

Na análise feita sobre a distribuição espacial do investimento público também ficou claro que este factor de produção tem contribuído para a agravamento das desigualdades regionais, concentrando-se onde a massa de agregação de actividade já ultrapassou o seu índice crítico. Como as despesas estatais de investimento são constantes em cada ano do ciclo económico e orçamental, as prioridades e as decisões públicas de afectação têm-se orientado para as regiões onde a actividade económica e a massa populacional são maiores⁸⁰.

ESTRUTURA REGIONAL VERTICAL DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS

2003	Luanda/Bengo	Norte	Centro leste	Centro oeste	Sul	Total
Sectores Sociais	14,4	0,0	4,8	3,4	0,0	6,9
Infraestruturas	24,2	6,7	2,8	10,9	0,0	13,4
Economia Real	6,9	1,7	1,1	6,1	6,1	4,7
Sectores Institucionais	16,7	1,9	1,4	4,3	6,4	8,4
Defesa e Segurança	3,6	0,0	0,0	0,9	0,0	1,6
Governos Provinciais	34,3	89,7	89,9	74,4	87,5	65,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2006						
Sectores Sociais	5,9	16,6	18,6	12,4	25,5	12,5
Infraestruturas	74,9	21,7	60,1	79,8	45,3	69,2
Economia Real	1,4	0,0	0,9	1,3	10,2	1,8
Sectores Institucionais	8,4	2,2	1,9	0,4	2,2	3,1
Defesa e Segurança	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Governos Provinciais	9,2	59,5	18,5	6,0	16,8	13,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2007						
Sectores Sociais	9,5	1,6	12,8	7,4	6,6	7,5
Infraestruturas	38,4	40,4	43,6	63,1	38,7	48,5
Economia Real	1,5	3,5	7,5	4,4	13,9	4,4
Sectores Institucionais	14,4	2,1	1,6	14,0	24,2	11,3
Defesa e Segurança	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
Governos Provinciais	36,1	52,3	34,5	10,9	16,6	28,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Algumas notas relevantes às informações da tabela anterior:

- ✓ O crescimento económico registado depois da paz e em especial após 2003, tem tido como uma das suas alavancas principais o investimento público nas infraestruturas: o coeficiente relativo médio passou de 13,4% em 2003 para 69,2% em 2006 e 48,5% e 2007. Ou seja, as grandes regiões em que se dividiu o país têm dado uma preferência clara aos investimentos nas condições físicas básicas para a actividade económica.

⁸⁰ É aceitável o argumento da rendibilidade, num quadro de escassez de recursos financeiros (aliás, situação básica da Ciência Económica). O retorno das aplicações financeiras do Estado pode ser maior onde exista a maior massa crítica de actividade económica. Mas o argumento contrário tem igual, senão mesmo, maior valia. Em situações de evidentes e nocivos desequilíbrios regionais, os investimentos públicos devem ser o contra-peso à lógica de localização geográfica dos investimentos privados nas zonas de maiores potencialidades de rendibilidade. E depois existe, também, o argumento social, economicamente valorizável a longo prazo.

- ✓ Luanda/Bengo é, uma vez mais, nesta matéria das infraestruturas, a região que mais aplicações dos fundos públicos tem feito, proporcionais aos desequilíbrios internos provocados por “excesso” de população e de actividade económica.
- ✓ Os investimentos sociais efectuados nas regiões têm merecido uma atenção comparativa muito baixa. Em média, o seu coeficiente está na vizinhança de 9% do total dos investimentos públicos. Com destaque positivo aparece a região Centro/Leste.
- ✓ Os investimentos na criação de condições válidas para a estruturação e crescimento da agricultura, indústria e serviços vários (comércio e transportes) são pífios, em média com ponto de acumulação em 4%.
- ✓ O desenvolvimento institucional nas regiões também não tem merecido a relevância que a competitividade provincial reclama. Sem serviços públicos de excelência na Administração Pública, Justiça, etc., as províncias não podem fazer a diferença.

Outra forma de relevar as assimetrias em matéria de investimentos públicos é arrumá-los na óptica regional horizontal.

ESTRUTURA HORIZONTAL REGIONAL DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS

2003	Luanda/Bengo	Norte	Centro leste	Centro oeste	Sul	Total
Sectores Sociais	82,9	0,0	8,6	8,5	0,0	100,0
Infraestruturas	71,1	12,2	2,6	14,1	0,0	100,0
Economia Real	57,8	8,8	3,0	22,3	8,2	100,0
Sectores Institucionais	78,6	5,7	2,1	8,8	4,9	100,0
Defesa e Segurança	89,6	0,0	0,0	10,4	0,0	100,0
Governos Provinciais	20,8	33,9	17,1	19,7	8,5	100,0
Total	39,4	24,6	12,4	17,3	6,3	100,0
2006						
Sectores Sociais	13,4	10,8	15,7	45,6	14,4	100,0
Infraestruturas	30,8	2,5	9,1	52,9	4,6	100,0
Economia Real	22,3	0,0	5,0	33,4	39,3	100,0
Sectores Institucionais	76,6	5,9	6,4	6,2	4,9	100,0
Defesa e Segurança	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Governos Provinciais	19,7	36,2	14,6	20,6	8,8	100,0
Total	28,5	8,1	10,5	45,9	7,0	100,0
2007						
Sectores Sociais	13,4	10,8	15,7	45,6	14,4	100,0
Infraestruturas	21,9	14,6	10,1	48,2	5,3	100,0
Economia Real	9,3	13,9	19,0	37,0	20,7	100,0
Sectores Institucionais	35,2	3,2	1,6	45,9	14,1	100,0
Defesa e Segurança	44,7	0,0	0,0	55,3	0,0	100,0
Governos Provinciais	35,5	32,5	13,7	14,4	3,9	100,0
Total	27,7	17,5	11,2	37,1	6,6	100,0

Relevâncias detectadas:

- Elevado coeficiente de concentração de Luanda/Bengo (39,4%, 28,5% e 27,7%), ainda que com tendência de diminuição.

- Transferência para a região Centro/Oeste dos investimentos públicos nos sectores considerados, com sublinhado para as infraestruturas e a economia real.
- Marginalização da região Centro/Leste e definhamento da região Sul.
- A concentração da actividade económica – consequentemente do crescimento – nas regiões Luanda/Bengo e Centro/Oeste, potenciador de externalidades e economias de escala, parece arrastar consequências visíveis sobre a insegurança dos cidadãos e empresas. Estas são as regiões que mais investimento público consagram à defesa e segurança.
- Tendência de transferência de investimento de Luanda/Bengo para a região Centro/Oeste (comparar as diferentes percentagens entre 2003 e 2007).
- Persistência da secundarização e da menorização do Sul e do Centro/Leste.

5.- OS FACTORES DE DIFERENCIAÇÃO PROVINCIAL

O quadro sobre as potencialidades económicas dos eixos e zonas de desenvolvimento apresentado mais atrás dá conta duma relativa homogeneidade em todo o País. Do ponto de vista das potencialidades agrícolas e pecuárias parece não existirem diferenças provinciais substantivas que se possam tomar como factores diferenciadores e configurantes de padrões de especialização diferentes.

Do lado dos recursos minerais pode existir alguma diferenciação provincial. No entanto, as prospecções petrolíferas apontam para a possibilidade de exploração em zonas até agora fora de cogitação, como a Baixa de Cassanje em Malanje. Por outro lado, fala-se na retoma da extracção de petróleo na região do parque natural da Quissama.

Quanto aos diamantes, o quadro seguinte é esclarecedor quanto às ténues diferenças provinciais:

PROJECTOS DE EXPLORAÇÃO DIAMANTÍFERA EM ANGOLA

PROVÍNCIAS	NÚMERO DE FIRMAS		CONCESSÕES DE EXPLORAÇÃO	
	NACIONAIS	ESTRANGEIRAS	ALUVIÃO	KIMBERLITOS
HUÍLA	1	0	1	0
CUNENE	2	1	2	0
ZAIRE	2	1	1	0
MOXICO	1	0	1	0
NAMIBE	1	0	1	0
KUANDO/KUBANGO	3	0	2	0
LUNDA NORTE	132	20	35	5
LUNDA SUL	77	5	11	2
BIÉ	23	3	13	1
MALANJE	18	5	12	0
KWANZA SUL	4	1	3	0
ANGOLA	264	34	82	8

FONTE: Fundo Monetário Internacional, Country Report, April 2005.

Observa-se, portanto, que os diamantes estão espalhados um pouco por todo o território nacional, embora as Lundas, Malanje e Bié sejam, por enquanto, as produtoras, por excelência, desta pedra preciosa.

Face a este quadro geral, a diferenciação competitiva entre as províncias terá de passar por outros factores, de entre os quais destaco:

- a capacidade de relacionamento político e integração social dos governantes;
- a disponibilização de terras para fins agrícolas e de terrenos para fins industriais, em condições atractivas de custo e de transformação (rápida) desses activos em “*capital vivo*”;
- a organização e funcionamento eficiente dos serviços administrativos sob sua directa responsabilidade (burocracia, capacidade, rapidez, qualidade das respostas e soluções e ausência de corrupção);

- a capacidade de criação de zonas ou parques industriais e empresariais;
- a capacidade de gestão estratégica e de asseguramento de transparência e “*accountability*”, capazes de atrair investimento privado e ajuda pública ao desenvolvimento;
- a qualidade (e a durabilidade) dos investimentos públicos sob sua responsabilidade directa (prioridades claras, fiscalização eficiente, concatenação com os investimentos privados para que sejam indutores de externalidades positivas, maximização dos efeitos de arrastamento dos investimentos públicos, etc.);
- a qualidade do ensino e dos recursos humanos;
- a localização estratégica junto de eixos estratégicos de comunicação rodoviária, ferroviária ou marítima.

A criação da competitividade nacional é um processo longo – que exige tempo, esforço e dedicação – e vai ter de se alicerçar na acumulação de conhecimento, de activos físicos e de activos económicos (recursos naturais). São estes factores, de natureza essencialmente real, que determinam o potencial de crescimento a longo prazo. A política monetária não pode interferir sobre choques cuja natureza está ligada ao comportamento da economia no longo prazo. A agressividade da política monetária apenas se sente no curto prazo: as alterações, para cima ou para baixo, da taxa de juro devem ser sempre superiores às expectativas sobre a inflação.

Serão, portanto, as políticas do lado da oferta que ajudarão a estruturar uma competitividade real da economia angolana a longo prazo. Muitas destas políticas têm sido apontadas em diferentes documentos do Governo, mormente na Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo 2000-2025 e documentos derivados que têm o médio/longo prazo como domínios de intervenção.

Dois aspectos se devem destacar no contexto dos desafios face à SADC, tecer algumas considerações sobre dois aspectos:

(a) política tecnológica

Uma das grandes opções que se levanta é a da definição da parte do PIB que deverá ser consagrada à renovação tecnológica e às actividades de investigação e desenvolvimento. Problema de interesse empresarial e do Governo e que se coloca, claramente, numa perspectiva de crescimento do produto potencial da economia nacional. Trata-se duma opção importante sobre a orientação do que se pode chamar de “*rendimento disponível para o desenvolvimento tecnológico*”. No passado, este rendimento disponível para o desenvolvimento tecnológico foi fortemente amputado devido às necessidades de defesa e segurança, uma matéria de soberania nacional. Daqui para o futuro é uma matéria que em cada ano deve ser objecto duma discussão específica no domínio da programação económica, tão importante quanto a da repartição entre consumo e investimento.

O que parece estar em causa na utilização do rendimento disponível para o desenvolvimento tecnológico e na definição do conteúdo fundamental da política tecnológica é a escolha entre:

- estruturar de raiz a indústria nacional, de modo a torná-la competitiva e a garantir o seu crescimento acelerado, ainda que à custa de benefícios imediatos, ou

- utilizar em pleno a capacidade industrial instalada e aproveitar as condições existentes de modo a retirar-se o máximo benefício no mais curto espaço de tempo, mas aceitando as incertezas quanto ao longo prazo – teria de se aquilatar a que custo e com que benefícios imediatos sobre o emprego e a produtividade, atendendo ao facto de o rendimento disponível para o desenvolvimento ser ainda relativamente residual, face a outras necessidades, incluindo mesmo as militares.

Outra matéria de relevância para a política tecnológica centra-se nas transferências de tecnologia. Já se sabe que o investimento directo estrangeiro é potencialmente uma delas. No entanto, são conhecidas as renitências das duas partes envolvidas neste processo: os investidores estrangeiros normalmente só se interessam em transferir tecnologia marginal e os empresários nacionais olham com desconfiança para o investidor estrangeiro, que normalmente abandonará o país ao primeiro sinal de instabilidade. Ter-se-ão, portanto, de se imaginar outras modalidades de transferência de tecnologia, mais endogeneizáveis e de efeitos mais multiplicadores sobre a produtividade: importação directa de tecnologia, investigação aplicada, imitação, etc.

Outra forma de se maximizarem os efeitos associados às transferências de tecnologia poderia ser a da constituição de núcleos empresariais de excelência, em que critérios como a capacidade de gestão, as potencialidades tecnológicas e a qualificação da mão-de-obra fossem os determinantes dos apoios a conceder.

(b) política fiscal

A boa competitividade é a estrutural, construída na base da acumulação de activos reais. Mas esta demora tempo e é tributária de políticas e estratégias consequentes. A participação de Angola, a tempo inteiro, na Zona de Livre Comércio da SADC e nas fases subseqüentes é contraditória com o tempo necessário à construção duma competitividade estrutural. As desigualdades e assimetrias regionais agravam as condições de exercício pleno da sua competitividade no interior da SADC e ampliam os efeitos negativos da abertura das fronteiras aduaneiras sobre as zonas estruturalmente mais débeis do tecido económico nacional.

Assim, Angola tem de usar de outros estratagemas para minimizar os efeitos negativos resultantes deste “gap” tecnológico. E um deles pode ser a do estabelecimento dum “*pacto fiscal para a competitividade e o aumento do poder de compra interno*” em que se concorde, durante 10 anos, por exemplo, com a redução significativa dos impostos internos sobre o consumo e o rendimento de pessoas singulares e colectivas que exerçam actividade na economia não mineral. Este pacto corresponderia, afinal, a dar-se à economia mineral um papel determinante, que de resto já o tem há muito tempo, no financiamento da reconstrução, modernização e desenvolvimento da economia nacional. Como a competitividade estrutural demora tempo a construir-se, este feriado fiscal de longa duração contribuiria para o aparecimento duma competitividade imediata via custos de produção. Claro que a contrapartida para o sucesso deste estratagema teria de ser encontrada no rigor da gestão orçamental e na transparência da política fiscal. A qualidade das despesas orçamentais e dos investimentos públicos colocar-se-ia de forma muito mais determinante, bem assim como o combate à corrupção e ao excesso de burocracia. Mas nada impossível de se fazer.

6.- ASPECTOS RELEVANTES PARA UMA REDUÇÃO DAS ASSIMETRIAS REGIONAIS

As assimetrias regionais baseadas no critério da localização dos recursos naturais e da produção escondem o facto de que os resultados financeiros e económicos dessas actividades se concentram em Luanda, fazendo da capital do País o maior centro financeiro nacional e o mais importante centro de negócios de Angola. Esta situação configura uma espécie de “*colonialismo interno*”, em que as regiões dotadas de recursos naturais são “*exploradas*” pela “*metrópole urbana, política e económica*” que é Luanda. Esta atractividade de Luanda foi muito reforçada pelas disfuncionalidades que a guerra acarretou e que fizeram de Luanda o grande destino das populações fugidas do conflito militar e dos rendimentos gerados noutras partes do território nacional.

As populações das zonas de exploração do petróleo e dos diamantes encontram-se entre as mais pobres do País, sendo este um dos paradoxos do crescimento dos sectores de enclave, que, conjuntamente, representam mais de 60% do PIB nacional.

Assim, torna-se fundamental reduzir as assimetrias territoriais em Angola, o que passa pela definição dum modelo de desenvolvimento regional, expresso, nomeadamente, no seguinte:

- criação de cidades intermédias entre o litoral e o interior que contribuam para diminuir a excessiva desertificação de algumas províncias e para criar uma massa crítica de procura provincial;
- redução das diferenciações territoriais no sistema de saúde, bem como a compressão nos níveis de pobreza;
- desenvolvimento dos meios de transporte, em particular do rodoviário e do ferroviário, que contribuirão para uma redução substancial dos “*custos de interioridade*”;
- progressão substancial do índice de acesso a água apropriada e ao saneamento nas províncias do interior;
- aumentos importantes na taxa líquida de escolarização e da taxa de alfabetização das províncias do interior;
- ocupação dos espaços rurais, com reforço das comunidades tradicionais e endogeneização dos seu processo de desenvolvimento e preservação dos valores culturais;
- exploração selectiva dos recursos naturais não minerais, na perspectiva do mercado externo, enfatizando-se os recursos turísticos, agricultura empresarial;
- resolução definitiva, consensual e equilibrada do acesso à terra e à actividade de transumância;
- consolidação da descentralização administrativa.

O desenvolvimento comunitário é outra forma de actuar sobre uma realidade regional assimétrica. As estratégias de desenvolvimento comunitário assentam em vários princípios, de que importa destacar⁸¹:

- “*As necessidades sentidas pela população devem sobrepôr-se às necessidades consciencializadas pelos técnicos.*”

⁸¹ Fernando Pacheco – Algumas Reflexões sobre Desenvolvimento Comunitário, Relatório Económico de Angola, 2002, CEIC/UCAN, Outubro de 2003.

- *A participação, como condição para que as populações tomem as decisões fundamentais relativas ao seu próprio desenvolvimento.*
- *O respeito pela identidade e pelos valores culturais de cada comunidade.*
- *A sustentabilidade, para que os processos de mudança sejam equilibrados, sem rupturas e tenham continuidade no tempo.*
- *A universalidade, que diz respeito à abrangência da população envolvida e à alteração profunda dos problemas sociais ou condições que estão na base da situação de subdesenvolvimento”.*

Na linha das novas abordagens da geografia económica, o desafio com que se confrontam os decisores públicos é o de serem capazes de definir políticas que estabeleçam o compromisso certo entre, por um lado, a necessidade de se criarem centros catalisadores de uma dimensão empresarial e regional (sustentáculos duma base competitiva nacional) e, por outro, criar condições para que as assimetrias regionais não contribuam para questionar a coesão social e a reconciliação nacional, e, portanto, o próprio processo de crescimento económico⁸².

Uma das formas de reduzir as assimetrias regionais denunciadas nos capítulos anteriores deste estudo é localizar em cada uma delas um ou mais investimentos estruturantes. Tratam-se de investimentos que criam condições para a difusão e apropriação de novos saberes e competências, para a divulgação e apropriação de novos modelos de gestão e de organização e que potenciam a interação e a integração com o sistema económico nacional e promovem a criação de empregos qualificados.

⁸² Vítor Santos – Trajectórias para o Desenvolvimento: Estado, Instituições e Organização Empresarial, Relatório Económico de Angola, 2002, CEIC/UCAN, Outubro de 2003.

7.- POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Pode dizer-se que as políticas de desenvolvimento regional tiveram a sua consagração pública aquando da elaboração e implementação do III Plano de Fomento no tempo colonial.

Na verdade, o diagnóstico realizado sobre a economia angolana concluía pela existência de assimetrias regionais fortes que poderiam comprometer a política colonial de promoção sócio-económica das populações, tão importante para os propósitos de retardamento da independência política⁸³.

O sector-base para a política colonial de desenvolvimento regional era a indústria agro-industrial, afirmando-se a intenção de “*criar as bases para o desenvolvimento de futuras zonas industriais da província, de forma a obter-se um adequado aproveitamento dos recursos existentes*”, sendo, portanto, determinante a criação de zonas industriais⁸⁴:

** Zona Norte, centrada no Ambrizete e em Carmona (cidade do Uíge) para aproveitamentos industriais da castanha de cajú, abacaxi, frutas e descasque e beneficiamento do café.*

** Zona de Luanda para onde se previam as mais variadas indústrias, reconhecendo-se a sua vocação industrial e de serviços.*

** Zona do Dondo, cuja aptidão energética se esperava funcionar como condição essencial para o seu desenvolvimento económico e pólo de atracção de investimento.*

** Zona de Malanje para a qual se previam grandes potencialidades dadas pela construção de estradas – que a colocavam estrategicamente nos eixos litoral norte/leste e norte/centro –, a fertilidade dos solos da região, as possibilidades pecuárias (gado bovino) e agrícolas (algodão, amendoim, mandioca, arroz, etc.) e as capacidades turísticas, emprestadas pelas quedas do Kwanza e de Kalandula (quedas de Duque de Bragança ao tempo).*

** Zona da Cela (Waku Kungo) propícia à criação de indústrias complementares da agricultura e da pecuária.*

** Zona Lobito/Benguela, possuidora duma indústria já bastante desenvolvida e com potencialidades dadas pelas obras de infraestrutura previstas.*

** Zona de Nova Lisboa (Huambo) com uma expansão programada na base do seu parque industrial.”⁸⁵*

⁸³ Foi com base neste contexto que a Administração portuguesa começou a alterar os seus métodos de actuação junto das comunidades rurais, passando a enfatizar a vertente do desenvolvimento comunitário, mais tarde abandonada face aos resultados das experiências internacionais conferidos por outras formas de intervenção, das quais a mais célebre foi a da Extensão Rural.

⁸⁴ Presidência do Conselho, Projecto do III Plano de Fomento para 1968-1973, páginas 415/417.

⁸⁵ Presidência do Conselho, Projecto do III Plano de Fomento para 1968-1973.

Verifica-se que a Administração colonial reservava um papel de relevo no processo de crescimento da colónia à província de Malanje.

As medidas de política económica previstas passavam por:

- Melhorar e expandir as actividades de formação acelerada de mão-de-obra especializada.
- Rever e actualizar os regimes de incentivos aduaneiros e fiscais à instalação de novas actividades nas regiões definidas.
- Melhorar as condições de financiamento das actividades económicas, em especial da indústria, através da criação de entidades especializadas e do mercado de capitais.
- Estabelecer sistemas de assistência técnica e financeira às pequenas e médias indústrias.

Foi durante a vigência do III Plano de Fomento que se registaram algumas das melhores experiências de elaboração e implementação de planos regionais de desenvolvimento. O mais famoso foi o Plano de Desenvolvimento do Huambo, uma experiência internacionalmente reconhecida e que envolveu especialistas europeus no desenho do seu mais importante instrumento, a ERA, Missão de Extensão Rural de Angola⁸⁶.

Outras experiências ficaram, igualmente, conhecidas: o Plano de Desenvolvimento do Bié, o Plano de Desenvolvimento do Kwando Kubango, o Plano Calabube de Cabinda (que abarcava Cabinda, Lândana, Bubake e Belize, daí a sua designação) e os esquemas de desenvolvimento do Leste de Angola e o Esquema de Desenvolvimento do Cunene.

Ainda antes do 25 de Abril de 1974, a Administração portuguesa lançou os trabalhos que deveriam conduzir à elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regional de Malanje e do Zaire.

Como se vê, a era final do III Plano de Fomento foi riquíssima de experiências metodológicas e de política económica de raiz regional.

O IV Plano de Fomento 1974 - 1979 reforçou a vertente regional do desenvolvimento e embora não tenha sido implementado devido às profundas alterações políticas registadas em Portugal e nas suas colónias em 1974, continha um capítulo dedicado a esta problemática.

Depois da independência e até se chegar à fase em que praticamente todas as províncias elaboraram Planos de Desenvolvimento – coincidente com a liberalização da economia, a finalização do conflito militar, a disponibilidade de recursos financeiros do Estado e a elaboração da Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo 2000-2025 – a experiência mais relevante neste domínio foi a do Gabinete de Planeamento Regional do Sul de Angola (finais dos anos 80 e início dos anos 90), cujo objectivo foi o de, através dum conjunto de medidas variadas, tentar promover o desenvolvimento desta região do país, para se melhorar os níveis de vida da população e melhor contrariar as acções de penetração da oposição militar ao regime.

Em 1995, o modelo de desenvolvimento comunitário foi temporariamente ressurgido no Programa de Reabilitação Comunitária e Reconciliação Nacional, elaborado com o apoio do Governo e de algumas Organizações não Governamentais.

⁸⁶ O prefaciador deste livro, Eng. Fernando Pacheco, foi um dos participantes do Plano. Eu próprio, nas minhas funções de técnico especialista dos Serviços de Planeamento e Integração Económica de Angola dei o meu contributo.

Depois de resolvido o conflito militar interno, o Governo entendeu estarem reunidas as condições para a programação do desenvolvimento a longo prazo e para a abordagem da vertente regional do crescimento: “*sendo reconhecido que a cessação do conflito militar tráz condições radicalmente diferentes para o exercício da programação económica, o Governo entende ser necessária a abordagem imediata da questão do desenvolvimento nacional a longo prazo e a adopção de estratégias provinciais conformadas aos desígnios nacionais e às prioridades locais*”⁸⁷.

Porém, foi no Programa Geral do Governo de 2005-2006 que a vertente provincial assumiu um tratamento diferenciado através da elaboração e levada à prática do Programa de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Sociais Básicos às Populações para o biénio 2005-2006 e onde se afirmava que “... *é um dos instrumentos fundamentais para a Administração Local atender às carências das populações, através da reabilitação de infraestruturas produtivas e sociais*”⁸⁸. O entendimento foi, portanto, o de se afectarem fundos financeiros para a construção de infraestruturas que contribuíssem para se criar uma base produtiva provincial capaz de funcionar como factor mobilizador dos investimentos privados e elemento catalizador de iniciativas e vontades capazes de diminuir as diferenças regionais. Na síntese do programa afirmavam-se como objectivos:

- Melhoria da prestação de serviços sociais básicos e promoção da harmonia social.
- Reabilitação de infraestruturas.
- Diversificação e aumento da produção interna de bens e serviços.
- Revitalização da economia rural e restabelecimento dos circuitos económicos e comerciais.
- Redução significativa da fome e da miséria.

O Programa Geral do Governo para o Biénio 2007-2008 não trata da vertente regional tal como os anteriores, tendo o Governo preferido adoptar uma óptica de programas sectoriais integrados com a finalidade de maximizar os efeitos das políticas e dos investimentos públicos. As assimetrias regionais foram consideradas como passíveis de mitigação por intermédio do Programa de Investimentos Públicos.

O Plano de Desenvolvimento Económico e Social de Médio Prazo 2009-2013 – com uma abordagem formal muito interessante dos problemas do país – continha um capítulo específico consagrado aos problemas das assimetrias regionais (reconhecendo-os como graves e necessitando duma aproximação sistemática e integrada), com temas como o desenvolvimento do território, as grandes opções do desenvolvimento territorial, os principais instrumentos para a redução das assimetrias territoriais, a melhoria da competitividade das economias provinciais e as prioridades dos territórios. Especificamente afirmava-se que “*A dimensão espacial dos processos de desenvolvimento económico é de natureza bastante complexa, sobretudo pelo papel iterativo que necessariamente assume, determinando e - ao mesmo tempo - sendo determinada pelas características da expansão do produto e do bem-estar social. Neste sentido o território é simultaneamente factor de produção, (criação de riqueza) e produto final do processo de desenvolvimento. Uma vez que o ordenamento do território e o urbanismo estão intimamente relacionados com a qualidade de vida dos*

⁸⁷ Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, Programa do Governo para o período 2003/2004, Outubro de 2002.

⁸⁸ Governo de Unidade e Reconciliação Nacional – Programa de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Sociais Básicos às Populações para o Biénio 2005/2006, Ministério do Planeamento 2005.

*cidadãos e com os níveis de estabilidade social e de integração nacional, a tarefa de adequar o desenvolvimento territorial às necessidades e aos anseios da sociedade - utilizando instrumentos de política pública, para imprimir certas características ao ordenamento - não é trivial. Com efeito, acções implementadas neste sentido influenciam o processo como um todo, impondo condições e eventuais restrições à trajectória do desenvolvimento. Com a definição de opções políticas e estratégicas idealizadas para um desenvolvimento territorial não espontâneo, mas subordinado a um determinado conjunto de princípios – assumidas na estratégia de longo prazo - a questão fundamental é escolher os instrumentos necessários à sua concretização. É esse o resultado do trabalho das Províncias. Cada uma escolheu os Programas e definiu os Projectos mais apropriados de molde a que, ao longo do período que decorre do ano 2009 ao ano 2013, estejamos no rumo do caminho que conduza à melhor concretização dos objectivos a alcançar no ano 2025. O território angolano é actualmente muito frágil, necessitando de robustecer as interdependências e os factores de desenvolvimento”.*⁸⁹

A proposta assumida numa política de desenvolvimento do território tinha como objectivos:

- Assegurar, de forma sustentada, a melhoria da qualidade de vida das populações, em particular dos territórios menos desenvolvidos, reduzindo as assimetrias existentes;
- Promover a integração do território nacional e a criação de um efectivo mercado interno;
- Fortalecer a competitividade internacional do território, diversificando, de forma sustentável, os seus vários espaços;
- Modernizar a agricultura e valorizar as produções rurais;
- Desenvolver uma economia urbana e industrial dinâmica e internacionalmente competitiva.

Este Plano não foi objecto de aprovação pela Assembleia Nacional e ficou como um espécie de reserva de informação e de metodologias para outras iniciativas semelhantes.

E uma delas foi o Plano Nacional 2009, retirado do Plano de Médio Prazo 2009-2013, com os ajustamentos que se impuseram. O último capítulo deste Plano alinha algumas matérias sobre o desenvolvimento regional, mas numa forma residual e metodologicamente muito afastado do Plano de Médio Prazo. Dizia-se: *“a política de desenvolvimento do território será orientada pelos seguintes objectivos: assegurar de forma sustentada a melhoria da qualidade de vida das populações, promovendo o desenvolvimento integrado das comunidades rurais por forma a reduzir as assimetrias existentes; promover a integração do território nacional e a criação de um efectivo mercado interno; fortalecer a competitividade internacional do território, diversificando, de forma sustentável, os seus vários espaços; modernizar a agricultura e as produções rurais; desenvolver uma economia urbana e industrial dinâmica e internacionalmente competitiva”*⁹⁰.

Vale a pena destacar, no contexto deste Plano Nacional as seguintes acções e medidas com incidência regional:

⁸⁹ Ministério do Planeamento – Plano de Desenvolvimento Económico e Social de Médio Prazo 2009-2013, Abril de 2008.

⁹⁰ Governo de Angola – Plano Nacional de 2009, Maio de 2009.

- * Implementação dos planos integrados de expansão urbana e infraestrutural de Luanda e Bengo, incluindo a institucionalização da Zona Económica Especial.
- * Levar a efeito os estudos necessários à criação do Corredor de Desenvolvimento Luanda-Malanje e dos pólos de desenvolvimento industrial de do Soyo, Catumbela, Caála, Tômbua e Matala.
- * Estudo das possibilidades de criação de pólos de equilíbrio nas Lundas, Moxico, Kwando Kubango, Bié, Uíge e Cunene.
- * Estabelecer um sistema integrado de incentivos de promoção do desenvolvimento do território.
- * Elaborar um sistema de incentivo ao desenvolvimento de actividades económicas locais.
- * Continuar a reabilitação e construção de infraestruturas económicas e sociais nas zonas mais desfavorecidas, como factor de fixação e atracção das populações.

São, na verdade, medidas e políticas de enorme alcance regional e espero que as próximas estatísticas revelem os seus efeitos sobre a mitigação das assimetrias regionais apresentadas em capítulos anteriores.

O Plano Nacional 2010-2011, em vigor, volta a privilegiar a aproximação sectorial, não tendo reservado nenhum capítulo específico do seu texto à problemática do desenvolvimento regional⁹¹.

O Governo tem de consagrar à problemática regional no país mais espaço nas suas políticas, mais dinheiro no seu Orçamento, mais tempo na sua reflexão política e mais dedicação no seu trabalho. Particularmente, deve transmitir, nos seus programas, uma linha firme de actuação sobre a vertente regional, o que não tem acontecido conforme se comprova pela leitura dos seus documentos de política: nuns, a preocupação está lá, noutros a ausência é uma constante.

No entanto, a solução para a mitigação das assimetrias regionais não depende apenas do Estado e das suas políticas de regionalização do desenvolvimento. Outros actores têm a sua responsabilidade.

Como uma das vertentes da redução das assimetrias é a valorização do capital humano, como mais atrás ficou anotado, ainda que de modo ligeiro, a Igreja Católica tem desempenhado um papel significativo nos sectores da educação e da saúde. A Caritas de Angola tem tido uma acção importante na educação, através da realização de programas significativos de alfabetização, justamente em algumas das províncias enteadas dos frutos do crescimento económico e que por essa razão não podem oferecer às populações as condições de vida que Luanda e Benguela conseguem. Nas províncias de Malanje, Kwanza Norte, Lunda Norte, Lunda Sul, Huambo e Huíla esta organização da Igreja Católica tem ajudado as populações a melhorarem um dos seus activos mais importantes para a obtenção dum emprego digno e bem remunerado. São acções como

⁹¹ Ministério do Planeamento – Plano Nacional 2010-2011, Outubro de 2009.

estas que podem ajudar a inverter os actuais termos da equação do desenvolvimento regional⁹².

Mas as organizações da Igreja Católica não cingem as suas acções em prol do desenvolvimento das províncias à educação e saúde. Igualmente por intermédio da Caritas de Angola e pelas Caritas diocesanas se ajuda o desenvolvimento das províncias na agricultura, no saneamento e no fornecimento de água. Na verdade, as províncias mais irradiadas da distribuição dos resultados do crescimento económico apresentam, em termos de condições sociais gerais, amplos défices nestas áreas. Estas acções da Igreja Católica, ao juntarem-se às do governo central e governos provinciais, contribuem para a melhoria do ambiente geral do investimento privado, não só porque melhoram o estado de saúde das populações, mas, também, porque reduzem os custos empresariais, pela melhoria da produtividade bruta do trabalho e pela não realização pelas empresas destes investimentos⁹³.

⁹² O Papel das Igrejas na Redução da Pobreza em Angola, Soren Kirk Jensen e Nelson Pestana, CEIC/CMI.

⁹³ O Papel das Igrejas na Redução da Pobreza em Angola, Soren Kirk Jensen e Nelson Pestana, CEIC/CMI.

8.- CONCLUSÕES

Naturalmente que uma das prioridades estratégicas do país é tornar a economia nacional internamente mais reconcentrada, o que em condições normais não seria difícil de tentar promover através de políticas agrícolas, industriais e infraestruturais convenientes e ajustadas. Porém, a integração na SADC – com a constituição duma Zona de Livre Comércio entre os 14 países reunidos nesta região⁹⁴ – torna, simultaneamente, mais difícil e mais urgente garantir um desenvolvimento económico nacional mais equilibrado, de modo a maximizar a utilização dos factores e recursos disponíveis e a consequente distribuição de rendimento.

As zonas e os eixos de desenvolvimento tomados como referenciais duma maior regionalização do crescimento económico em Angola são potencialmente fortes, estão assentes na exploração de recursos naturais comuns, pretendem tornar mais racional o uso de recursos e factores de produção e são um dos mais eficazes veículos para se levar o desenvolvimento ao interior.

O estudo efectuado detectou uma série de incongruências regionais/provinciais no país e revelou que existem zonas completamente afastadas dos benefícios do desenvolvimento e da atenção dos agentes públicos e privados. Os empresários e as suas iniciativas têm evitado investir onde o poder de compra é baixo, o nível de massa crítica de procura final é reduzido, a produtividade bruta do trabalho insuficiente e as externalidades inexistentes.

O estudo revelou algumas surpresas, ou melhor, que algumas falsas-ideias-claras sobre a posição e situação de algumas províncias não passam disso mesmo. Por exemplo, as províncias do Huambo e da Huíla não fazem parte das *top-five* melhores províncias do país, em termos do *cocktail* de indicadores usados. De facto:

- O rendimento médio por habitante não atinge os 400 dólares em 2007.
- As taxas de desemprego são das mais altas do país, colocando-se, em média, 22% acima da média nacional.
- As produtividades aparentes do trabalho são baixas, representando não mais de 12% do que a média nacional.
- Apesar destas províncias continuarem a ser procuradas pela actividade privada – tomando como *proxy* desta procura o número de empresas em actividade entre 2003 e 2006 – o interesse dos investidores está, indubitavelmente, concentrado em Luanda e Benguela, e subsidiariamente no Kwanza Sul⁹⁵.

Do ponto de vista positivo, a província do Kwanza Sul é uma verdadeira surpresa, não apenas em termos absolutos, dados pelos valores dos indicadores de caracterização usados, mas, especialmente, em termos comparativos, sendo a terceira melhor província do país. O único *handicap* é reforçar a posição dominante do litoral de Angola e, conseqüentemente, o desequilíbrio com o interior.

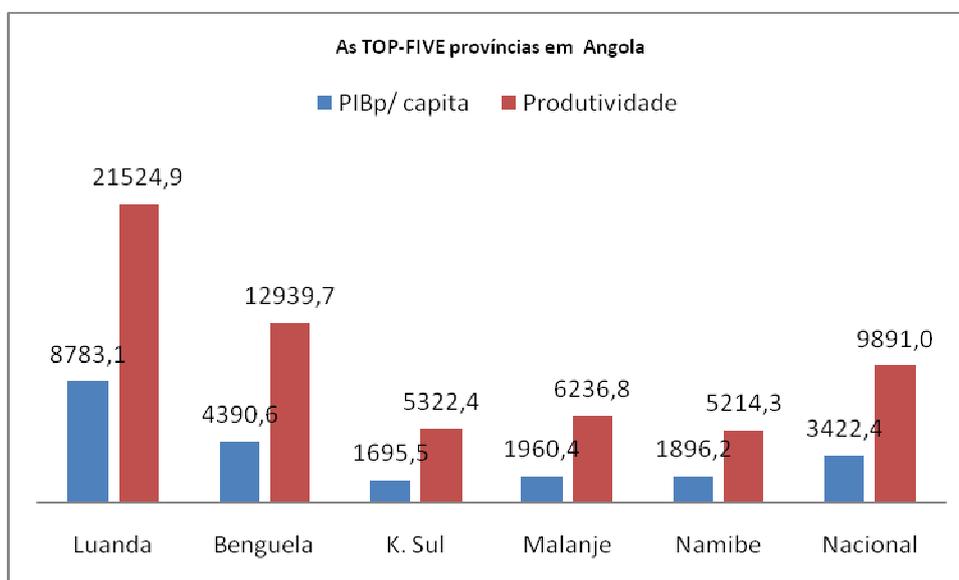
⁹⁴ As mais recentes declarações do Secretário de Estado das Relações Exteriores de Angola, depois da sua participação na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC em Windhoek em finais de Agosto de 2010, vão no sentido de que a Zona de Livre Comércio, criada formalmente em finais de 2008 – e à qual Angola não aderiu –, ainda não estar verdadeiramente em pleno funcionamento.

⁹⁵ No Huambo, o número de empresas em actividade foi de 688 em 2003, 713 em 2004, 748 em 2005 e 814 em 2006, uma taxa média anual de variação de apenas 5,7%. Semelhante comportamento foi registado para a província da Huíla: 1012 empresas em 2003, 1025 em 2004, 1055 em 2005 e 1103 empresas em 2006, correspondente a uma taxa anual de variação da procura empresarial de 2,8%.

AS TOP FIVE PROVÍNCIAS EM DIFERENTES ATRIBUTOS

	PIB p/ capita	Produtividade	Taxa desemprego	Salários	Índice rendimento
Luanda	8783,1	21524,9	16,7	3,82	1,38
Benguela	4390,6	12939,7	30,8	1,25	1,44
K. Sul	1695,5	5322,4	35,0	0,45	0,58
Malanje	1960,4	6236,8	35,8	0,52	0,97
Namibe	1896,2	5214,3	25,8	0,60	0,41
Nacional	3422,4	9891,0	29,4		

Das cinco províncias da tabela anterior, quatro são da zona litoral do país, confirmando-se as conclusões que foram sendo anotadas e destacadas ao longo deste estudo sobre a desertificação de factores de produção, iniciativas empresariais, população e poder de compra, particularmente, das regiões Centro/Leste e Sul de Angola.



FONTE: Cálculos do CEIC.

Face aos cenários que se apresentaram sobre as chocantes desigualdades regionais em Angola, o Estado tem a obrigação de definir políticas de clara matriz discriminatória para com as províncias mais afectadas por esta espécie de doença holandesa que conduz ao seu definhamento em favor de outras e de assumir uma papel voluntarista, criando incentivos à localização de actividades que pela sua natureza estruturante são potencialmente criadoras de externalidades positivas que atraiam investimento privado e limitem o êxodo da mão-de-obra mais especializada⁹⁶.

Se o dualismo que caracteriza a localização geográfica das actividades económicas no país se mantiver, corre-se o risco de se gerarem tensões políticas entre as

⁹⁶ Os pólos agro-industriais podem ser um desses instrumentos, desde que mais ajustados aos interesses das regiões/províncias e menos aos dos promotores estrangeiros ou estatais. Seguramente que não são as únicas modalidades de igualização dos rendimentos regionais. A promoção de políticas de educação e formação que incentivem a preparação dos cidadãos para a mudança, o desenvolvimento de investimentos públicos no reforço e na consolidação das infraestruturas tecnológicas e de formação, uma aposta muito clara no reforço dos centros de saber (o caso das estruturas de investigação agrária do Huambo são, seguramente, um bom exemplo) podem tornar possíveis processos de crescimento sustentado e de convergência real das economias regionais de Angola.

regiões/províncias, ferir a reconciliação nacional e provocar diferendos sociais entre as populações. Algumas das razões não políticas que estiveram na origem duma guerra civil pós-independência de 27 anos ainda não estão completamente apagadas da memória colectiva, sendo avisado não esquecer que o desigual acesso a um rendimento nacional que é de todos ainda é hoje tido como manifestação de desprezo político pelas franjas mais fracas e desfavorecidas da população.

REFERÊNCIAS

- 1.- PERROUX, François, e outros – A Planificação e os Pólos de Desenvolvimento, RES, 1975
2. - WORLD BANK – African Development Indicators, 2002
- 3.- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO – IV Plano de Fomento para Angola 1974-1979, 1973
- 4.- GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA – Carta Estratégica de Luanda, 2002
- 5.- GOVERNO PROVINCIAL DE MALANJE – Plano Director de Desenvolvimento Económico de Malanje 2009-2013, Malanje, Julho de 2007.
- 6.- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO – Monografia de Angola, Luanda 2001
- 7.- MOURA, Hélio – Angola: Dinâmica Populacional, Trabalhos Preparatórios da Estratégia de Longo Prazo, Ministério do Planeamento, 2003
- 8.- GABRIEL, D. Manuel Nunes – Angola: Cinco Séculos de Cristianismo, Literal, 1978
- 9.- INE – Inquérito às Despesas e Receitas Familiares 2001/2002
- 10.- INE – Contas Nacionais 2002.
- 11.- INE – REMPE 2006.
- 12.- PNUD – Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano em Angola 1997
- 13.- MAPESS – Estatísticas dos Centros de Emprego, Gabinete de Estudos e Planeamento
- 14.- GOVERNO PROVINCIAL DA LUNDA NORTE – Plano Director de Desenvolvimento, 2003
- 15.- CRUZ, Francisco Carballo – A Produtividade na Região Norte e na Galiza, Cadernos de Economia, Janeiro/Março 2004
- 16.- SANTOS, Vítor – Teorias do Crescimento Económico e a Vertente Espacial: Ponto de Situação do Debate Teórico, Relatório Económico Anual – 2003, CEIC/UCAN, 2004
- 17.- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO – Plano Nacional 2010-2011, Outubro de 2009.

- 18.- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO – Plano de Desenvolvimento Económico e Social de Médio Prazo 2009-2013, Abril de 2008.
- 19.- GOVERNO DE ANGOLA – Plano Nacional de 2009, Maio de 2009.
- 20.- GOVERNO DE UNIDADE E RECONCILIAÇÃO NACIONAL – Programa de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Sociais Básicos às Populações para o Biénio 2005/2006, Ministério do Planeamento 2005.
- 21.- Presidência do Conselho, Projecto do III Plano de Fomento para 1968-1973.
- 22.- ROCHA, Alves – Algumas Considerações Teóricas sobre Desenvolvimento Regional, Serviços de Planeamento e Integração Económica de Angola, Julho de 1972, com prefácio de José Manuel Zenha Rella.
- 23.- Métodos e Técnicas de Planeamento Económico, Vittorio Marrama, Clássica Editora, 1970.
- 24.- Martin Wolf, Semanário Expansão, 20 de Agosto de 2010: Qual é o papel do Estado?
- 25.- O Papel das Igrejas na Redução da Pobreza em Angola, Soren Kirk Jensen e Nelson Pestana, CEIC/CMI.
- 26.- PACHECO, Fernando – Algumas Reflexões sobre Desenvolvimento Comunitário, Relatório Económico de Angola, 2002, CEIC/UCAN, Outubro de 2003.
- 27.- SANTOS, Vítor – Trajectórias para o Desenvolvimento: Estado, Instituições e Organização Empresarial, Relatório Económico de Angola, 2002, CEIC/UCAN, Outubro de 2003.
- 28.- MINISTÉRIO DAS FINANÇAS – Orçamento Geral do Estado, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007.
- 29.- BUARQUE, Sérgio C – Política Industrial e Competitividade no Brasil, Relatório Económico de Angola 2002, Centro de Estudos e Investigação Científica, Universidade Católica de Angola, Outubro de 2003.